

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO**

VANESSA NESBEDA DA SILVA GIL

**PEDAGOGIA FEMINISTA DECOLONIAL:
decolonialidade e práticas pedagógicas feministas na Marcha Mundial das
Mulheres**

**São Leopoldo
2021**

VANESSA NESBEDA DA SILVA GIL

**PEDAGOGIA FEMINISTA DECOLONIAL:
decolonialidade e práticas pedagógicas feministas na Marcha Mundial das
Mulheres**

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutora em
Educação, pelo Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Danilo Romeu Streck

São Leopoldo

2021

G463p Gil, Vanessa Nesbeda da Silva.
Pedagogia feminista decolonial : decolonialidade e práticas pedagógicas feministas na Marcha Mundial das Mulheres / Vanessa Nesbeda da Silva Gil. – 2021.
152 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.
“Orientador: Prof. Dr. Danilo Romeu Streck.”

1. Decolonialidade. 2. Feminismo. 3. Pedagogia feminista decolonial. 4. Marcha Mundial das Mulheres.
I. Título.

CDU 37

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

VANESSA NESBEDA DA SILVA GIL

**PEDAGOGIA FEMINISTA DECOLONIAL:
decolonialidade e práticas pedagógicas feministas na Marcha Mundial das
Mulheres**

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutora em
Educação, pelo Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em 29, março 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Danilo Romeu Streck (orientador) – Unisinos

Prof^a. Dr^a. Cheron Zanini Moretti - UNISC

Prof^a. Dr^a. Graziela Rinaldi da Rosa – FURG-RS

Prof^a. Dr^a. Isabel Aparecida Bilhão - Unisinos

Prof^a. Dr^a. Maria Julieta Abba - Unisinos

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

AGRADECIMENTOS

Seria impossível agradecer a todas as pessoas que ao longo desses quatro anos estiveram ao meu lado. Foram, de fato, muitas, mas a imensa maioria delas foram mulheres. Amigas que deram incentivo, que deram colo nos momentos de dificuldade. Que disseram incontáveis vezes que eu conseguiria, que daria tudo certo e tudo ficaria bem. Essa tese foi construída por incontáveis momentos de apoio feminino.

À Cíntia Barenho e à Claudia Prates que caminham comigo contribuindo para a minha escrita desde a dissertação. À Fernanda Peixoto, que durante a pandemia foi companhia diária mesmo distante fisicamente. À Evelize, que sempre esteve disponível para ser escuta afetuosa. À Cintia, Tati e Diane, irmãs amorosas que sempre me apoiaram. À Gisele que tantas vezes me maternou.

À minha família, em especial ao meu filho, que como fez ao longo de toda sua vida, compreendeu minha ausência por conta dos estudos. À minha mãe, mulher trabalhadora que tanto contribuiu para meus estudos. À minha Orixá, Oya, pela proteção, transformando as tempestades pelas quais passei, em brisa leve.

Agradeço à minha companheira Fe, que tantas noites compreendeu minha ausência e que assumiu tantas vezes o trabalho doméstico e de cuidados para que eu pudesse me dedicar a esse trabalho.

Ao meu orientador, Danilo Streck, por sua inacreditável doçura e incentivo.

À CAPES, pelo fomento à pesquisa, sendo uma agente de resistência nesses tempos de obscurantismo. Obrigada a todas as mulheres da classe trabalhadora, da classe que vive do trabalho, da qual faço parte e da qual muito me orgulho. Obrigada aos governos de Lula e Dilma, pelo incentivo e oportunidades criadas para que filhas/os da classe trabalhadora chegassem formações acadêmicas em seus diferentes níveis.

E, por fim, a todas as mulheres da Marcha Mundial das Mulheres em todos os lugares do mundo onde se encontram e aquelas que nutriram com suas sabedorias para desenvolvimento desse trabalho.

RESUMO

As teorias decoloniais tem ganhado cada vez mais espaço no campo da educação. A constituição de pedagogias decoloniais tem auxiliado práticas pedagógicas liber-tárias. Ao mesmo tempo também ganha força o feminismo decolonial, que nega a existência de uma mulher universal. Esse trabalho buscou contribuir para a ampliação e melhor compreensão da pedagogia feminista decolonial. Fizemos isso a partir das práticas da Marcha Mundial das Mulheres nos seus quatro campos de ação permanente: autonomia econômica das mulheres; bens comuns e serviços públicos; paz e desmilitarização; e fim da violência contra as mulheres. Também analisamos as práticas pedagógicas dentro da 5ª Ação Internacional realizada em 2020. No sentido de voltar o olhar para as práticas pedagógicas e o educativo de um movimento social popular feminista de caráter transnacional, valorizamos seus textos, materiais visuais e entrevistas com as militantes. Também estivemos presente em formações feministas promovidas pela Marcha Mundial das Mulheres. Adotamos o Materialismo Histórico Dialético como método, levando em consideração as críticas feitas a ele pela economia feminista. Adotamos como técnicas a pesquisa documental devido à grande quantidade de material disponível. Formamos um grupo com mais duas militantes pesquisadoras que chamamos de Amigas Críticas que acompanharam todo o processo da pesquisa. Retomamos os conceitos do grupo de estudos Modernidade/Colonialidade e acrescentamos a análise de teóricas feministas clássicas e decoloniais. Buscamos suporte nas epistemologias e pedagogia feministas. Com esse suporte teórico e a análise do movimento, ampliamos os estudos acerca da Pedagogia Feminista Decolonial que se caracteriza por práticas educativas construídas por mulheres que consideram as experiências e práticas que foram marginalizadas pelas teorias coloniais e que balizam lutas em nível local e internacional com vistas à superação das formas de dominação, opressão e colonialidade.

Palavras-chave: Decolonialidade. Feminismo. Pedagogia Feminista Decolonial. Marcha Mundial das Mulheres.

RESUMEN

Las teorías decoloniales han ido ganando cada vez más espacio en el campo de la educación. El establecimiento de pedagogías descoloniales ha ayudado a las prácticas pedagógicas libertarias. Al mismo tiempo, también cobra fuerza el feminismo descolonial, que niega la existencia de una mujer universal. Este trabajo buscó contribuir a la expansión y mejor comprensión de la pedagogía feminista descolonial. Lo hicimos a partir de las prácticas de la Marcha Mundial de las Mujeres en sus cuatro campos de acción permanente: autonomía económica de las mujeres; bienes comunes y servicios públicos; paz y desmilitarización; y el fin de la violencia contra la mujer. También analizamos las prácticas pedagógicas dentro de la V Acción Internacional realizada en 2020. Para repasar las prácticas pedagógicas y educativas de un movimiento social feminista popular de carácter transnacional, valoramos sus textos, materiales visuales y entrevistas con las militantes. También estuvimos presentes en las formaciones feministas impulsadas por la Marcha Mundial de las Mujeres. Adoptamos como método el Materialismo Histórico Dialéctico, teniendo en cuenta las críticas que le hacen la economía feminista. Adoptamos la investigación documental como técnica debido a la gran cantidad de material disponible. Formamos un grupo con dos investigadores activistas más que llamamos Amigos Críticos que acompañaron todo el proceso de investigación. Reanudamos los conceptos del grupo de estudio Modernidad / Colonialidad y añadimos el análisis de las teóricas feministas clásicas y decoloniales. Buscamos apoyo en epistemologías y pedagogías feministas. Con este sustento teórico y el análisis del movimiento, hemos ampliado los estudios sobre la Pedagogía Feminista Decolonial que se caracteriza por prácticas educativas construidas por mujeres que consideran las experiencias y prácticas que fueron marginadas por las teorías coloniales y que orientan las luchas a nivel local e internacional. nivel con miras a superar formas de dominación, opresión y colonialidad.

Palabras clave: Descolonialidad. Feminismo. Pedagogía Feminista Decolonial. Marcha Mundial de las Mujeres.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cartazes e bandeira da Marcha Mundial das Mulheres.....	13
Figura 2- Militante com guarda-chuvas trazendo frases políticas.....	16
Figura 3 - Marcha na 3ª Ação Internacional em 2010	41
Figura 4 - Movimento em apoio às comunidades tradicionais do Rio Verde e Grajaúna.....	67
Figura 5 - Print sobre relacionamentos abusivos [01]	80
Figura 6 - Print sobre relacionamentos abusivos [02]	81
Figura 7 - Print sobre o Dia do Orgulho LGBTQ+ e Luta AntiCapacitista.....	82
Figura 8 - Bandeiras na porta em época de pandemia.	91
Figura 9 - Batucada Feminista da MMM no Lançamento da 5ª ação.....	92
Figura 10 - Boneca no ato de lançamento da 5ª ação em São Paulo	92
Figura 11 - Indígena no lançamento da 5ª ação.....	93
Figura 12 - Cartaz da Marcha Mundial das Mulheres contra a megamineração no RS	100
Figura 13- Acervo da Marcha Mundial das Mulheres	103
Figura 14- Marcha das Mulheres no Dia da Terra Palestina	104

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FSMPL	Fórum Social Mundial Palestina Livre
IPEA	Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMFDH	Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MSP	Movimentos Sociais Populares
MST	Movimentos Sem Terra
NBR	Normas Brasileiras de Regulação
NDIT	Nova Divisão Internacional do Trabalho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Renamo	Resistência Nacional de Moçambique
RESF	Rede de Economia Solidária e Feminista
Sindipetro	Sindicato dos Petroleiros
SOF	Sempreviva Organização Feminista
UFRGS	Universidade do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Eu sozinha ando bem, mas com vocês marcho melhor	16
2 COLONIALIDADE E A QUESTÃO DO MÉTODO	21
2.1 Epistemologia Feminista Decolonial: base teórica	28
2.2 Economia Feminista	35
2.3 Pedagogia Feminista	37
3 METODOLOGIAS E O FEMINISMOS	41
3.1 Metodologias Feministas.....	42
3.1.1 Técnicas	45
4 A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES	48
5 DECOLONIALIDADE PEDAGÓGICA NA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES: CAMPOS DE AÇÃO	55
5.1 Campos de ação	55
5.2 Autonomia econômica das mulheres	57
5.3 Bens e serviços públicos	64
5.4 Paz e desmilitarização	70
5.5 Fim da violência contra as mulheres.....	75
6 DECOLONIALIDADE PEDAGÓGICA NA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES: 5ª AÇÃO INTERNACIONAL	84
6.1 Ações Internacionais	85
6.2. Lançamento da 5ª Ação Internacional.....	89
6.3 As transnacionais e o avanço sobre a vida das mulheres	94
6.4 luta contra as transnacionais de mineração no RS	96
6.5 Dia daTerra Palestina	101
6.6 24H DE AÇÃO FEMINISTA.....	105
6.7 ENCERRAMENTO DA AÇÃO INTERNACIONAL.	108
7 A PEDAGOGIA FEMINISTA DECOLONIAL NA MMM	113
8 APONTAMENTOS PARA O PRESENTE E O FUTURO	122
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	132
APÊNDICE B – PERFIL DAS ENTREVISTADAS	133
ANEXO A- MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA MARCHA	134

ANEXO B- PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADE DA MARCHA	135
ANEXO C- FOLDER DA PLENÁRIA ESTADUAL DE 2019	136
ANEXO D- “NÃO AO CAPITALISMO VERDE” - MATERIAL PRODUZIDO PELA MMM	137
ANEXO E- MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA 5ª AÇÃO INTERNACIONAL	138
ANEXO F- “MUDAR O MUNDO PARA NÃO MUDAR O CLIMA” - MATERIAL PRODUZIDO PELA MMM	139
ANEXO G- “LAS MUJERES SEGUIMOS EM LUCHA” - MATERIAL PRODUZIDO PELA MMM	140
ANEXO H- MATERIAL PRODUZIDO PARA DIVULGAÇÃO DA 5ª AÇÃO INTERNACIONAL DA MMM.....	141

1 INTRODUÇÃO

Figura 1 - Cartazes e bandeira da Marcha Mundial das Mulheres.



Fonte: Acervo Marcha Mundial das mulheres.

A teoria feminista hegemônica data do início do feminismo na Revolução Francesa; mas, então, não havia grupos organizados de mulheres antes do século XVIII? A luta das mulheres contra a opressão dos homens, dentro da teoria crítica, pode ser datada desde o surgimento do patriarcado, situado por Saffioti (2004) há cerca de seis mil anos. Saadawi (2002) demonstra que as mulheres sempre lutaram pelos seus direitos, bem como ao lado dos homens, quando se fez necessário. Infelizmente, a historiografia, como as demais ciências, tendeu, por muito tempo, a considerar unicamente a história dos vencedores ou dos dominantes. A demora na impossibilidade de alfabetização e acesso das mulheres às universidades atrasou muito a versão das mesmas sobre sua própria história. Durante milênios, as mulheres e suas vivências foram contadas por homens, quase sempre integrantes da elite, pois o letramento tampouco era de acesso a todas as classes sociais.

Dessa forma, as histórias orais, muito comuns entre as mulheres, seus saberes, suas lutas, suas derrotas, suas superações ficaram de fora da cultura ocidental e erudita. Una-se a isso os processos de colonização que é – pensando em termos de história da humanidade – relativamente recente, mas, ainda assim, masculino e patriarcal, e temos um apagamento da história das mulheres.

Nesta tese buscamos evidenciar o lema “nada sobre nós, sem nós”. Ou seja, que sejamos as contadoras de nossas próprias histórias, analistas de nossos processos e que, mesmo quando um homem insistir em falar sobre nós, que não seja sem a nossa validação.

Essa tese nasceu de uma inquietação teórico-metodológica: a necessidade de ampliar a análise da pedagogia feminista decolonial junto aos movimentos sociais. Por isso, escolhemos a Marcha Mundial das Mulheres para realizar tal tarefa.

Dessa forma, a pergunta que baliza o problema de pesquisa é: A relação entre decolonialidade e práticas pedagógicas feministas na Marcha Mundial das Mulheres contribui para ampliação de uma pedagogia feminista decolonial? Proponho-me a investigar como a relação entre decolonialidade e práticas pedagógicas feministas na Marcha Mundial das Mulheres a partir dos quatro campos de ação e 5º Ação Internacional contribuem para a pedagogia feminista decolonial. Como objetivos específicos buscamos identificar as dimensões decoloniais da MMM a partir dos quatro campos de ação e 5º Ação Internacional bem como caracterizá-los. Ainda, por último, procuramos relacionar o educativo da MMM/BR com a pedagogia feminista decolonial.

A Ação Internacional que esteve em curso no ano de 2020, teve como foco o avanço das transnacionais na vida das mulheres e, portanto, as análises as quais nos propormos serão permeadas pelos impactos dessas empresas na vida, nas percepções que as mulheres militantes têm sobre si, sobre o movimento e sobre a realidade atual. Em especial, na forma como a MMM realiza esse debate com suas militantes. Buscaremos descortinar as relações pedagógicas que se materializam a partir dessas práticas educativas. Será um momento fundamental para expor as relações transnacionais, uma vez que a ação ocorre em todos os países e territórios onde a MMM está organizada.

Nesse intuito a tese está organizada em seis partes. Na introdução, encontra-se o caminho até o doutorado, já dialogando com autoras que fizeram parte do

referencial teórico desse trabalho. Em seguida, a exposição do problema, do objetivo geral e dos objetivos específicos.

No capítulo um realizaremos uma revisão teórica sobre colonialidade e método; dessa forma, os conceitos que *sulearão*¹ a metodologia são expostos. Pedimos atenção ao verbo *sulear*, pois traz uma crítica à hegemonia do verbo *nortear* para indicar uma direção correta, um lugar acima do sul, o que geograficamente não faz sentido, uma vez que a terra é um globo, e que produz uma ideia de direção moral e intelectual valorizando o norte em relação ao sul (CAMPOS, 2019, p.14) Neste ponto, apresentamos a epistemologia feminista decolonial, ou seja, uma teoria do conhecimento construída, pensada e aplicada por mulheres, a partir das teorias decoloniais. Outro ponto que merece discussão é a economia feminista, uma vez que essa ciência tem sido dominada, tanto por teóricos liberais como marxistas, sob a ótica masculina e colonialista; assim, trazemos, brevemente, o olhar das mulheres sobre a economia. Cabe salientar que, ao se propor a trabalhar a partir do materialismo histórico dialético em conjunto com a teoria decolonial crítica, as relações sociais de produção são a base para as análises. Encerrando esta etapa, discorreremos sobre a importância da pedagogia feminista tanto para a tese, quanto para o método proposto na nossa pesquisa.

No capítulo dois tratamos da metodologia. No ano de 2020 ocorreu a 5ª Ação Internacional, de 8 de março a outubro. Inicialmente, a parte final da coleta de dados seria durante um evento que marcaria a quinta ação no Brasil, no estado do Rio grande do Norte, em maio de 2020. Contudo, devido à pandemia de Covid-19, os atos de rua e encontros tiveram de ser cancelados. As ações passaram a concentrar-se nas mídias digitais, através das redes sociais do movimento. Portanto, expomos os caminhos encontrados para coletar dados. Também explicitamos as metodologias feministas e a importância que elas tiveram nessa tese. Por fim discorreremos sobre as técnicas que foram utilizadas.²

No capítulo três, apresentamos com maior profundidade a Marcha Mundial das Mulheres e seus campos de ação: autonomia econômica das mulheres, bens comuns e serviços, paz e desmilitarização e fim da violência contra as mulheres.

¹Expressão derivada do termo “*sulear*”, que faz crítica e contraponto ao caráter ideológico do termo “*nortear*”. Mais informações podem ser encontradas no Dicionário Paulo Freire, disponível em: <<http://www.famep.com.br/repositorio/ebook/Dicionario-Paulo-Freire-versao-1.pdf>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2021.

²Site da Marcha Mundial das Mulheres. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/>>. Acesso em 06 de fevereiro de 2020.

Eles são fundamentais para a análise dos objetivos que se propõe esta tese, pois, são suleadores das ações da MMM nos países e territórios onde está organizada.

No quarto capítulo, iniciamos a discussão sobre a decolonialidade pedagógica na MMM como um movimento transnacional com vistas a contribuir para conceito de pedagogia feminista decolonial. Focamos no tema central da quinta ação, ou seja, as empresas transnacionais e como elas avançam sobre a vida das mulheres. Faremos isto, analisando os campos de ação e as ações que a MMM realizou no ano de 2020.

Em reflexões finais, situaremos as questões e apontamentos que, ainda, colocam-se como pontos importantes a serem investigados, uma vez que sabemos da impossibilidade de um único trabalho dar conta da totalidade de um tema.

1.1 Eu sozinha ando bem, mas com vocês marcho melhor

Figura 2- Militante com guarda-chuvas trazendo frases políticas



Fonte: Acervo Marcha Mundial das mulheres.

Nesse momento, a pesquisadora falará em primeira pessoa, pois trata-se de um relato pessoal que dá sentido às escolhas acadêmicas que aqui resultaram. A história da minha vida, que agora contém também a história dessa tese, caminha com a opressão patriarcal e a tomada de consciência quando o movimento feminista

Marcha Mundial das Mulheres cruza o meu caminho. Por isso optei por iniciar esse tópico com a imagem de uma militante segurando um guarda-chuvas onde vemos o símbolo da MMM e logo abaixo “mudam o mundo”. A MMM mudou o meu e com ela busco mudar o que há de injusto no mundo coletivo.

Venho de uma família bastante humilde, mãe semianalfabeta, pai trabalhador autônomo. Porém, em 1988 minha mãe passa a trabalhar no Sindicato dos Metalúrgicos de Guaíba. Desde esse momento, a política passou a fazer parte da minha vida. Acompanhava meus pais nas reuniões que organizavam o nascente Partido dos Trabalhadores. Acompanhava-os durante as campanhas. Brincava em meio à confusão constante dos comitês eleitorais.

Muito jovem, já era uma militante política. Porém, também muito jovem, me tornei mãe, aos quinze anos de idade. Interrompi os estudos, conclui ensino médio em EJA (Educação de Jovens e Adultos), que na época chamava-se supletivo. Saí de casa por conta da gravidez e me separei do pai do meu filho um ano após seu nascimento. Eu era o verdadeiro “azarão”. Todas as condições para que eu reproduzisse a história da maioria das mulheres nas minhas condições estavam dadas: mãe adolescente, pobre e vivendo no interior. Por sorte, ou por necessidade, creio que um pouco de cada, sempre gostei de estudar e logo após meu filho completar dezoito dias voltei à escola. Aos dezoito anos, já trabalhava. Aos vinte e um, iniciei a primeira graduação, em história. Tive de interromper, pois não conseguia pagar as mensalidades. Então, passei a fazer curso pré-vestibular para ingressar em uma universidade federal. Primeira tentativa frustrada. Na segunda ingressei em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e, por fim, ingressei no mesmo curso na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Terminada a graduação, em 2010, no dia seguinte à colação de grau, iniciei minha primeira pós-graduação em Pensamento Marxista Clássico e Atualidades. Um ano e meio depois, iniciava a segunda pós-graduação, desta vez em Políticas Públicas de Gênero e Raça, pela PUCRS. Foi então que, em 2013, ingressei no mestrado em educação da UFRGS, desta vez pesquisando a Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Investiguei o Educativo Na/Da Marcha Mundial das Mulheres e abri caminho para o tema desta tese de doutoramento. Por essa razão, creio que se faz necessário explicar como a MMM entrou na minha vida.

Em 2010, trabalhando como secretária no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre conheci mulheres que militavam na MMM. Na primeira formação de que participei notei que havia uma dinâmica muito específica. Os materiais que apoiavam os debates eram escritos pelas formadoras, os temas faziam sempre conexão entre a opressão patriarcal e o modo de produção capitalista. Havia um ambiente de solidariedade e de horizontalidade nas relações entre as mulheres. O compartilhamento dos alimentos, o cuidado com as crianças que acompanhavam as mães, tudo ali pareceu-me muito acolhedor. Passei, então, a militar com essas mulheres.

A MMM foi fundamental para outro processo essencial para quem sou hoje. Somente aos trinta e quatro anos assumi publicamente que era lésbica. Não tenho dúvidas de que as vivências, as formações, o contato com outras militantes lésbicas deram-me força e confiança para contar ao mundo, sem qualquer receio, que eu sou uma mulher e ama outra mulher. Sem a MMM, talvez, esse momento nunca tivesse chegado ou tivesse sido um processo muito mais complexo. Diante de tudo isso, escrever esta tese é um ato de gratidão a esse movimento, de agradecimento a todas as mulheres que caminham ao meu lado na militância e de retribuição para a organização da MMM.

Importante salientar que há uma relevância epistêmica em minha escrita, isso porque é a escrita de uma subalterna (CURYEL, 2019). É a escrita de uma mulher, pobre, lésbica e latino-americana, podendo pensar esses marcadores sociais de opressão que me atravessam a partir da perspectiva da interseccionalidade como forma de enfatizar os vários eixos de subordinação que entrecruzados me produziram enquanto sujeita³.

Da mesma forma, a escrita é de uma mulher branca. Esse último importa porque é um privilégio epistêmico e social que deve ser cuidadosamente analisado e considerado pela própria autora para que não haja distorções e de fato adote a perspectiva decolonial feminista.

A noção de experiência tem sido pensada como categoria epistêmica com vistas a produzir conhecimentos emancipatórios, ancorados na compreensão de processos de subjetivação. Assim, passamos a valorizar o modo de pensar contextual e narrativo em lugar do formal e abstrato, utilizado pelos homens na

³Sujeita nesta tese e nesse trecho está colocada como substantivo e não como verbo.

sociedade patriarcal e colonialista, o que revela que o viés androcêntrico que percebemos nas produções dos autores, se dá em função dos atravessamentos de gênero e da forma como a experiência modela a produção do conhecimento.

As mulheres vem desenvolvendo epistemologias baseadas em suas experiências de gênero. Essas experiências [...] são consideradas como fatores que dão às mulheres uma perspectiva diferente da realidade, da qual podem emergir uma moralidade, uma ética, um modelo de raciocínio e um paradigma científico diferentes (FARGANIS, 1997, p.230).

Nesse sentido, o objetivo é construir um conhecimento em que o sexismo e o androcentrismo seriam questionados enquanto pressuposto ancorado nas epistemologias do norte. Destaca-se a relevância acadêmica dessa tese justamente por buscar valorizar e teorizar sobre e com as mulheres do sul do mundo, seus modos de aprender e ensinar. Num mundo acadêmico predominantemente branco, de referenciais eurocentrados, pesquisas como essa, que tem como centro a realidade de grupos sociais subalternos, apresentam-se como uma rica fonte de conhecimento. Além disso, também apresenta relevância social porque resgata e visibiliza as formas de resistência a opressões sofridas por grupos sociais que podem, a partir do desenvolvido nessa pesquisa, encontrar contribuições para suas lutas.

Uma última observação precisa ser feita. Busquei construir uma tese que possa ser inteligível para as militantes feministas. Sempre que possível exemplifico conceitos e categorias analíticas com fatos. A escolha de verbos que estão no cotidiano das mulheres é proposital. Também busquei ser sucinta sem perder a rigorosidade acadêmica, pois essa é uma pesquisa que busca ser lida pelas mulheres que a permitiram existir. Isso leva em consideração que para quem divide o peso do trabalho contínuo e a luta por um mundo justo, a facilidade na leitura e a extensão do trabalho impactam no seu alcance. Compreendo que existe o risco de que alguns debates não tenham a profundidade que requerem. Contudo, busquei evitar ao máximo essa possibilidade. Reafirmo que este trabalho tem como pretensão aproximar a academia dos movimentos sociais, mas principalmente ampliar a análise das práticas das mulheres que desafiam as estruturas de poder e servir de ferramenta para fortalecer a luta feminista antipatriarcal, anticapitalista, anticolonial, antirracista e anti-homofóbica. Essa tese foi escrita para ser lida pelas minhas pares acadêmicas, mas também pelas mulheres da periferia dos

grandes centros, pelas ribeirinhas, pelas sem-terra, pelas camponesas, pelas trabalhadoras de todos os setores. Encerro esse momento introdutório, citando uma feminista decolonial que sintetiza o que espero desse trabalho:

As teorias e as práticas forjadas no seio das lutas antirracistas, anticapitalistas e anticoloniais são fontes inestimáveis. Os feminismos de política decolonial colocam à disposição das lutas que partilham o objetivo de reumanizar o mundo a sua biblioteca de saberes, sua experiência de práticas, suas teorias antirracistas e antissexistas, incansavelmente associadas às lutas anticapitalistas e anti-imperialistas. Uma feminista não pode ambicionar possuir “a” teoria e “o” método, ela busca ser transversal. Ela se questiona acerca daquilo que não enxerga, tenta desconstruir o cerco escolar que lhe ensinou a não mais ver, a não mais sentir, a abafar seus sentimentos, a não mais saber ler, a ser dividida no interior de si mesma e a ser separada do mundo. Ela deve reaprender a ouvir, ver, sentir para poder pensar. Ela sabe que a luta é coletiva, sabe que a determinação dos/as inimigos/as em destruir as lutas de libertação não deve ser subestimada, que eles usarão todas as armas à sua disposição: a censura, a difamação, a ameaça, o encarceramento, a tortura, o assassinato. Ela também sabe que na luta há dificuldades, tensões, frustrações, mas também alegria, diversão, descobertas e ampliação do mundo (VERGÉS, 2020, p.38).

2 COLONIALIDADE E A QUESTÃO DO MÉTODO

A tese buscou compreender a decolonialidade pedagógica nos quatro campos de ação da MMM e na 5ª ação Internacional. Da mesma forma, como militante da MMM, buscamos compreender as contribuições da MMM para o feminismo descolonial e como elas podem auxiliar na luta antissistêmica do movimento estudado. Pretendemos empreender tal tarefa a partir da lente do materialismo histórico dialético.

Sobre ter como método o materialismo histórico dialético, pedimos licença para relatar um fato ocorrido nas reuniões de pesquisa do grupo do qual participamos. A colega Marcelisa Monteiro, ao apresentar seu relatório pós-doutoral explicou sua opção por esse método dizendo “*Meu método é o materialismo histórico dialético. Pedir para que eu troque de método é como arrancar meus olhos, é com eles que vejo o mundo*”. Concordamos com Marcelisa Monteiro, para quem tem a transformação social e a superação do capitalismo como horizonte histórico, esse é o método que nos permite ver o mundo a partir de suas contradições e conflitos. Mariátegui, entre tantos outros intelectuais latinos também o utilizaram, foram pertinentes na maioria de suas análises e não deixaram de considerar a realidade de Abya Ayala¹ e nossas experiências como armas potentes na luta contra a homogeneização do pensamento moderno/colonial.

Para esse método, a realidade pode de ser conhecida. Entretanto, faz-se uma busca detalhada pelas diferentes determinações de caráter histórico, social e econômico da realidade pesquisada. Há, dessa forma, uma realidade concreta que é condicionada por diversos fatores e por eles condicionada e que está em constante processo de mutação, portanto, dialética, porque atravessada por contradições próprias de uma sociedade de classes em conflito, próprias do modo de produção capitalista.

A dialética é uma categoria central para o materialismo histórico, pois parte do pressuposto do movimento constante das relações sociais de produção, que são antagônicas, antagonismo esse que se reflete na história humana. A inexistência de um mundo imutável a ser conhecido é descartada, pois tudo está em movimento e constante mutação.

¹ABYA YALA, na língua do povo Kuna, significa Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento e é sinônimo de América.

Se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade não consiste num acrescentamento sistemático de fatos a outros fatos, de noções a outras noções. É um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e justamente nesse processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade (KOSIK, 2002, p.50).

Dessa forma, para o materialismo histórico dialético a produção material da vida, é a categoria fundamental para o estudo dos fenômenos e relações sociais e, portanto, para a educação. Além disso, entende-se que são as condições materiais de existência em um determinado tempo histórico que condicionam não só a consciência, mas a vida de forma geral. Sendo assim, para uma pesquisa que busque conhecer determinada realidade é necessário compreender o processo histórico que envolve o tema pesquisado, sua relação com o modo de produção capitalista, sua relação com o Estado, além do papel da política. Não basta descrever um fenômeno, tão pouco realizar uma análise das suas partes e depois somá-las. É preciso chegar ao concreto. (GIL, 2005. pg.25)

Os economistas do século XVII, por exemplo, começaram sempre por uma totalidade viva: população, Nação, Estado, diversos Estados; mas acabaram sempre por formular, através da análise, algumas relações gerais abstratas determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. A partir do momento em que esses fatores isolados foram mais ou menos fixados e teoricamente formulados, surgiram sistemas econômicos que, partindo de noções simples tais como trabalho, a divisão do trabalho, a necessidade, o valor de troca, se elevaram até o Estado, as trocas internacionais e o mercado mundial. Este segundo é o método é evidentemente o método científico correto. O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade na diversidade (MARX, 2003, p.248).

A partir dessa análise, concluímos que esse é o método mais indicado para essa pesquisa, justamente porque a realidade das mulheres no Brasil, em toda *Abya Ayala* e no mundo, está profundamente relacionada com a forma de organização econômica do sistema capitalista. Deste modo, para discutir educação e movimento feminista, faz-se necessário pensar a partir daquilo que torna esse movimento necessário, ou seja, as diferentes determinações econômicas, políticas, sociais e históricas que deram origem aos movimentos feministas e à Marcha Mundial de Mulheres, os motivos que levaram as mulheres a se organizar, compreendendo as inter-relações e interdependências, indo do específico para o geral e do geral para o específico, num movimento dialético.

Para o materialismo histórico dialético não há metodologia única ou descartável. Cada pesquisa poderá utilizar mais de um instrumento na busca de aferir a realidade. Dessa forma, também nessa pesquisa, trabalhamos na perspectiva de estar atenta ao que a própria pesquisa foi solicitando, revendo metodologia, técnicas e incorporando conceitos quando julgarmos necessário.

Contudo, há a necessidade de ressaltar a razão de uma tese que pretende partir da teoria decolonial optar pelo materialismo histórico dialético. Na metodologia podemos utilizar novas técnicas de pesquisa desenvolvidas por mulheres e as críticas que são feitas, inclusive ao método proposto. Contudo, mesmo sendo reconhecido por ser um método pensado por um homem europeu, é o que, dentro do sistema capitalista, permite-nos compreender com maior profundidade, inclusive, os motivos pelos quais as mulheres foram excluídas da história do pensamento e da ciência como agentes ativos. Além disso, segundo Julie Matthaei (2002)

o marxismo representa aqui tanto uma perspectiva anticlassista como uma tradição desenvolvida de teorização econômica que vejo como superior à hegemônica teoria neoclássica, tanto em geral como em sua capacidade de se combinar com perspectivas feministas e antirracistas (MATTHAEI, 2002, p. 14).

O estudo sobre decolonialidade é, para nós, um campo novo de pesquisa, uma vez que viemos de uma tradição marxista, na qual o modo de produção é o fator determinante e condicionante das relações sociais. Contudo, acreditamos que os estudos decoloniais dialogam com os referenciais que nos trouxeram até aqui. Sobre essa análise trazemos o pensamento de Mariátegui (1929):

O marxismo que todos falam, mas que muito poucos conhecem e, sobretudo, compreendem, é um meio fundamentalmente dialético. Isto é, um método que se apoia integralmente na realidade dos fatos. Não é como alguns erroneamente supõem um corpo de princípios sem consequências rígidas, iguais para todos os climas históricos e todas as latitudes sociais. Marx extraiu seu método da entranha mesmo da história. O marxismo em cada país, em cada povo, opera e aciona sobre o ambiente, sobre o meio, sem descuidar de nenhuma de suas modalidades (MARIÁTEGUI, 1929, p.15).

Pensar a decolonialidade implica em fazê-la a partir da constituição do grupo Modernidade/Colonialidade (M/D), formado por intelectuais que se debruçam sobre as experiências concretas dos subalternos em Abya Ayala (BALLESTRIN, 2013). O grupo realiza um movimento epistemológico fundante que irá redundar na noção de Giro Decolonial, noção que se constitui como marca epistêmica, teórica e política desse grupo.

O giro decolonial, termo cunhado por Maldonado-Torres consistindo em um movimento de resistência, teórico, prático, político e epistemológico, em relação à lógica modernidade/colonialidade (CASTRO-GÓMEZ & GROSGUÉL, 2007, p.28).

Isso na medida em que os autores buscam compreender como se dá a presença da coloniedade que deu espaço à noção de colonialismo histórico, ou seja, na dimensão em que o colonialismo histórico se encerra nos processos de independência das colônias, mas a colonialidade segue interferindo nos processos sociais e políticos em todas as suas dimensões. A colonialidade se reproduz em três dimensões: a do poder, a do saber e a do ser, que serão consideradas ao longo do texto.

Dessa forma, para entender a colonialidade e a invenção da modernidade precisamos resgatar o processo histórico que permitiu sua realização. A expansão marítima, comercial e colonial conhecida como Grandes Navegações do séc. XV realiza a acumulação primitiva do capital permitindo a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Junto a ela três condições fundamentais para a mudança de sistema na Europa foram postas: economia de mercado, propriedade privada dos meios de produção e trabalho assalariado.

Contudo, nas terras encontradas pelos europeus o trabalho assalariado ainda seria uma realidade distante. A chegada dos colonizadores ao continente americano, Cristóvão Colombo em 1492, e, posteriormente, Pedro Álvares Cabral no território que atualmente denominamos Brasil, permitirá à Europa constituir-se como parâmetro de modernidade.

Para que a modernidade pudesse ser forjada foi necessário também denominar os não modernos. Assim, a Europa denominou a si mesma como moderna e os povos que viria a colonizar como não modernos, mais do que isso, não humanos. Evidentemente esse processo no qual o discurso eurocêntrico tornou-se hegemônico não aconteceu de forma linear e sem conflitos:

Trata-se de um momento da história no qual os vários tempos e histórias não se configuram em nenhuma ordem dualista e em nenhuma sequência unilinear e unidirecional de evolução, como o eurocentrismo ensinou a pensar desde o final do século XVII. São, ao contrário, complexas, contraditórias, descontínuas associações entre estruturas fragmentárias e mutantes de relações, de sentidos e de significados, de múltiplas procedências geoistóricas e de simultâneas e entrecruzadas ações, todas, no entanto, partes de um mesmo e único mundo novo em plena constituição. (QUIJANO, 2005, p.9)

A partir desse momento a exploração do trabalho dos seres humanos originários dos territórios colonizados será baseada na ideia de superioridade racial:

O novo sistema de dominação social teve como elemento fundador a ideia de *raça*. Esta é a primeira categoria social da modernidade. Visto que não existia previamente – não há rastros eficientes dessa existência –, não tinha então, como tampouco tem agora, nada em comum com a materialidade do universo conhecido. Foi um produto mental e social específico daquele processo de destruição de um mundo histórico e de estabelecimento de uma nova ordem, de um novo padrão de poder, e emergiu como um modo de naturalização das novas relações de poder impostas aos sobreviventes desse mundo em destruição: a ideia de que os dominados são o que são, não como vítimas de um conflito de poder, mas sim enquanto inferiores em sua natureza material e, por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural. Essa ideia de *raça* foi tão profunda e continuamente imposta nos séculos seguintes e sobre o conjunto da espécie que, para muitos, desafortunadamente para gente demais, ficou associada não só à materialidade das relações sociais, mas à materialidade das próprias pessoas (QUIJANO, 2005, p.17).

Portanto, para entender a colonialidade/modernidade é imprescindível olhar para os processos históricos que a constituíram. Pensar o que somos, como nos tornamos o que somos e o que ainda temos de influência do processo de colonização é fundamental para que possamos nos libertar das amarras históricas que ainda nos constituem. Bem como, compreender as novas formas que o colonialismo segue assumindo na relação norte/sul.

A colonialidade do poder apresenta a dimensão econômica e política das heranças coloniais (MALDONADO, 2007). A colonialidade do poder equivale à interpelação entre formas modernas de exploração/dominação. Esse tipo de colonialidade pode ser encontrada nos escritos de FANON (2005), na medida em que o autor afirma que o olhar imperial do branco não precisa anunciar sua condição racial, ocupando confortavelmente a condição universal de homem. Assim, fixa negras e negros na zona do não ser. É o espanto de uma pessoa ao se deparar com um negro e descobrir que é o médico, pois no seu imaginário, esse lugar é reservado aos brancos². Ela segue mantendo relações de colonialidade no campo da economia, da autoridade, da natureza e recursos naturais, do gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento.

A Colonialidade do *ser* está ligada ao processo de coisificação dos povos colonizados. Deles é retirada sua humanidade. Nos estudos decoloniais esta análise é feita principalmente em relação ao processo de escravização, mas que se perpetua mesmo após a abolição dessa. Ela modela as subjetividades. Fanon

²Como corrido no caso posto em reportagem, disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/08/12/pessoas-continuam-se-surpreendendo-com-um-medico-negro-diz-fred-nicacio.htm>> Acesso em 27 de janeiro de 2020.

(2005), chega a definir esses sujeitos como “condenados da terra”, em função a colonialidade do ser ao qual foram submetidos.

Colonialidade do saber está ligada ao eurocentrismo epistêmico. Ou seja, a Europa se colocou como o centro do conhecimento, ignorando que o pensar é ontológico ao ser humano. Como estabeleceram a si mesmo como humanos e os povos colonizados como não-humanos, evidentemente só o conhecimento vindo da Europa tinha validade. Nesse processo apagaram a contribuição das primeiras civilizações na construção de conhecimento, como o que foi produzido no antigo Egito, por exemplo.

Entretanto, nos parece haver um equívoco que precisa ser ressaltado na teoria do pensamento M/D. Ao fazer o giro decolonial e pensar as categorias de opressão com sexo a partir da conquista das américas, esquece de ressaltar que a diferença de classe e sexo não foi produzida na relação com as colônias. Enquanto em Abya Ayala não serão considerados nem homem, nem mulher os povos originários, as mulheres pobres estarão sendo queimadas nas fogueiras da santa inquisição na Europa e as terras dos camponeses expropriadas pela igreja católica e senhores feudais.

Sustento aqui que a perseguição às bruxas, tanto na Europa quanto no novo mundo, foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras (FEDERICI, 2017, p.26).

A crítica que fizemos acima em nada invalida a teoria da colonialidade trazida pelo grupo M/C. Porém, ao focar todas as opressões na relação colonial, apenas tangenciam a relação de dominação do patriarcado que já existia há milênios no norte da África e onde atualmente denominamos Oriente Médio (SAADAWI, 2002, p. 162).

É preciso lembrar que “[...] a modernidade é uma invenção europeia criada e permitida através do contato dos europeus com a América. Somente com a criação de um outro não-moderno é que os colonizadores puderam se pensar modernos” (DUSSEL, 2005, p.62). Não houve, como a colonialidade faz pensar, um salto de razão e conhecimento europeus que os colocassem como um parâmetro universal. Essa falsa ideia só pode ser criada e mantida tornando os povos americanos como fora desse padrão de modernidade. Dessa forma, a colonialidade é esse lugar destinado aos povos que tinham culturas, conhecimentos e saberes e que foram

utilizados na ideologia da modernidade como selvagens, atrasados, não-modernos. Instaure-se uma relação de poder que valide um conhecimento geográfica e epistemologicamente situado em detrimento de outro, um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, porém, ao invés de estar limitado a uma relação formal de poder entre os povos ou nações, refere-se à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas articulam-se entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça (MALDONADO, 2007, p. 131).

Nesse sentido, Mignolo (2005) irá propor o conceito de diferença colonial, entendido como uma busca pelo conhecimento a partir das margens, aquilo que é produzido pelos considerados subalternos e que foi ignorado pela modernidade/colonialidade.

Aqui nos interessam as práticas educativas da Marcha Mundial das Mulheres, pois ações, práticas e discursos que rompam das brechas da colonialidade são, para nós, a diferença colonial. Para que possamos pensar suas práticas através da pedagogia decolonial faz-se necessário trabalhar a partir da interculturalidade crítica (WALSH, 2005). Esse conceito nos impõe a necessidade de pensamento crítico a partir dos apagamentos produzidos pela modernidade/colonialidade. Não significa apagar o conhecimento produzido pela modernidade/colonialidade, o que seria, inclusive impossível e improdutivo, mas contribuir tendo como base uma nova epistemologia, a partir do giro descolonial, questionando os parâmetros eurocêntricos e visibilizando os conhecimentos, modos de vida, culturas e saberes dos subalternos.

Dessa forma, a interculturalidade crítica é fundamental para uma pedagogia decolonial, essa última entendida como

a construção de uma noção e visão pedagógica que se projeta muito além dos processos de ensino e de transmissão de saber, uma pedagogia concebida como política cultural, envolvendo não apenas os espaços educativos formais, mas também as organizações dos movimentos sociais (OLIVEIRA, 2016, p.38).

Assim, buscamos a construção de análises que fissurem, mais do que isso, rompam com a colonialidade do ser, do saber, do poder e do gênero. Tais análises buscam identificar práticas daquelas que a modernidade/colonialidade nomeou

como subalternas. Para tanto, faz-se necessário uma teoria do conhecimento criada por para mulheres. É sobre isso que falaremos a seguir.

2.1 Epistemologia Feminista Decolonial: base teórica

Cabe à escrita desta tese descortinar o caráter decolonial da Marcha Mundial das Mulheres, na busca de experiências e práticas que rompam com a colonialidade a partir da interculturalidade crítica. Pensar a própria história buscando autonomia em relação ao pensamento dominante constitui-se como uma prática descolonial que buscamos identificar. Buscamos investigar essas práticas realizadas por mulheres do Sul Global que pensam o caráter político de suas ações, baseadas em teorias também construídas no Sul Global.

Por Sul Global compreendemos os países, povos e territórios que o Norte Global denomina como “subdesenvolvidos”, ou em desenvolvimento.:

A constituição mútua do Norte e do Sul e a natureza hierárquica das relações Norte-Sul permanecem cativas da persistência das relações capitalistas e imperiais. No Norte global, os ‘outros’ saberes, para além da ciência e da técnica, têm sido produzidos como não existentes e, por isso, radicalmente excluídos da racionalidade moderna. A relação colonial de exploração e dominação persiste nos dias de hoje, sendo talvez o eixo da colonização epistêmica o mais difícil de criticar abertamente. (SANTOS, 2008, pg.6)

Portanto, há a necessidade de uma mudança em relação à epistemologia dominante para dar conta da realidade das mulheres. A partir da década de 70 tem crescido o número de pesquisadoras que vêm buscando constituir uma epistemologia feminista. Essa caracteriza-se por uma forma de fazer ciência comprometida com a transformação social e é pensada e realizada por e para mulheres (NAVAZ; KOLLER, 2006).

A demora histórica para uma teoria do conhecimento feminista se explica pela exclusão das mulheres nos processos de escrita e registro formal de suas próprias vivências, o que se relaciona com a exclusão das mulheres dos processos de letramento. Sobre isso, Ivone Gebara (2000, p.117) ressalta que “[...] um conhecimento que despreza a contribuição das mulheres não é apenas um conhecimento limitado e parcial, mas um conhecimento que mantém um caráter de exclusão”.

Da mesma forma, Ketzer (2017, p.102) em recente artigo sobre o tema ressalta que a visão cartesiana e masculina de se fazer ciência e construir conhecimento influenciam resultados nas mais diferentes áreas, incluindo pesquisas que estudam comportamento de animais. Isso porque parte-se da premissa que há características inatas a machos e fêmeas em todas as espécies. Dessa forma, todo o processo dá-se para confirmar ideias preexistentes de quem pesquisa e não para questionar ou buscar de fatos novos e relevantes para a ciência.

As ciências humanas não ficaram imunes a esse processo. Citando como exemplo a historiografia, sendo comum referenciar o início do movimento feminista com a Revolução Francesa (MIRANDA, 2009; ALVES, 2017; GARCIA, 2018). Entretanto, esse é apenas um dos aspectos da colonização do saber e das lutas feministas que se pode notar com bastante nitidez. Ainda que o termo tenha sido cunhado na primeira onda, que compreende o movimento sufragista – já posterior à Revolução Francesa – é de imaginar-se que um sistema de dominação de seis mil anos tenha encontrado resistências (SAFFIOTI, 2004). O patriarcado não é um sistema surgido na Europa. Ele consolida-se em sociedades como a egípcia, conforme demonstram os estudos de Nawal Al Saadawi (2002) e Engels (2009) através da instituição da propriedade privada, do estado e da família. A autora demonstra em seu livro *A Face Oculta de Eva: A história das mulheres no mundo árabe*, a longa jornada que foi esse processo de consolidação do patriarcado. Muitas mulheres levantaram-se e travaram lutas contra a hegemonia do poder masculino. Algumas travaram debates com o próprio profeta Maomé, questionando, inclusive, sua capacidade de falar em nome com Alá.

Se o patriarcado como sistema de dominação é colocado por Saffioti (2004) como tendo cerca de seis mil anos, o processo de colonização de Abya Ayala inicia com a chegada dos europeus às Américas em 1492. Nesse processo, instala-se a dicotomia entre humanos e não humanos. Os povos originários foram (e ainda são) considerados como uma outra categoria, algo que pouco se parece com um ser humano, menos ainda que não merece os mesmos direitos. Uma rápida análise do contexto político internacional e indicadores sociais confirmam essa afirmação.

Como afirma Quijano (2000), a ideia de superioridade racial de europeus em relação a negros, povos indígenas e mestiços foi fundamental para a exploração do trabalho e recursos naturais dos povos latino-americanos e caribenhos:

Con el tiempo, los colonizadores codificaron como color los rasgos fenotípicos de los colonizados y lo asumieron como la característica emblemática de la categoría racial. Esa codificación fue inicialmente establecida, probablemente, en el área britano-americana. Los negros eran allí no solamente los explotados más importantes, pues la parte principal de la economía reposaba en su trabajo (QUIJANO, 2000, p.203).

Essa superioridade racial tão bem engendrada que segue operando até os dias atuais foi, segundo o autor, também o que permitiu a separação da exploração do trabalho segundo critérios raciais. Nesse bojo nasce o capitalismo, sugando riquezas, categorizando e hierarquizando seres humanos e conhecimentos. Intelectuais mulheres avançam nesse debate enfatizando que é necessário pensar a exploração específica das mulheres nesse contexto. Houve crítica ao autor por ter considerado a raça/racismo como base da modernidade/colonialidade, sem considerar a questão gênero. A dominação de gênero foi apresentada por Quijano como inferior à classificação racial. Por isso, Lugones (2012) fez uma crítica à centralidade da raça na teoria de Quijano e trouxe o conceito de colonialidade de gênero, ressaltando que:

En los contextos colonizados, por tanto, la consolidación de la hegemonía masculina puede darse sobre todo si existen tendencias opresivas como el racismo y el clasismo, que se complementan y refuerzan entre sí y, por tanto, impactan en la conformación de las relaciones de género (LUGONES, 2012, p.43).

Para Lugones (2012) a raça é, assim como gênero, interdependente. No entanto, ela prioriza a categoria de gênero para traçar uma genealogia de sua construção como uma espécie de mecanismo que também estrutura e hierarquiza o poder. Além do universalismo, podemos citar o dualismo cartesiano, a racionalidade e a objetividade estritamente vinculadas à neutralidade. Considerando que a autora cunhou o termo feminismo decolonial, faz-se necessário explicitá-lo como forma de fazer frente à permanência das colonialidades de ser, saber e poder. Assim, a autora compreende o sistema moderno colonial constituído por traços da organização do gênero pelo dimorfismo biológico e pela heterossexualidade compulsória. As leituras realizadas pelas feministas decoloniais auxiliam a pensar a pluralidade de feminismos de forma crítica. Também permitem pensar os apagamentos dos diversos marcadores sociais de opressão.

Nesse sentido, considerando o marcador de gênero, podemos compreender que tais processos afetam homens e mulheres de formas distintas. Lembrando que não existe um movimento feminista único, mas diversas vertentes. Ochy Curiel (2009)³ nos alerta:

Un proceso de descolonización desde las experiencias latinoamericanas y caribeñas supone entonces entrar en diversas propuestas epistemológicas y políticas ubicándolo pensando y activándolo para anular su universalización, característica fundamental de la modernidad occidental (CURIEL, 2009, p.33).

As várias vertentes feministas, suas disputas, embates e posicionamentos conflitantes, tem como ponto convergente a crítica aos pressupostos da ciência moderna. Isso porque tais pressupostos estão fundados numa perspectiva androcêntrica que vai além da mera exclusão das mulheres na construção do conhecimento, além de colocá-las como seres inferiores.

La ciencia es dada a entenderse como un ente abstracto, inmanente, incontestable, sin poner en entredicho que ésta la llevan a cabo personas que poseen una carga de pensamiento e ideología propia, motivo por el cual sufre una fuerte carga de valores y juicios previos sobre la masculinidad y la femineidad, pudiendo afirmar que la neutralidad del conocimiento supone la legitimación del androcentrismo (SANCHEZ, 2002, p.94)

Mesmo autoras europeias e anteriores à teoria da colonialidade/decolonialidade, como Simone de Beauvoir (2016), já fazia na obra *O Segundo Sexo*, duras críticas à ciência realizada por homens que tomavam o macho como parâmetro. No campo da biologia, criticou a forma como historicamente homens produziram conhecimento, concluindo que:

É, portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da biologia. A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa nesse mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o outro? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana (BEAUVOIR, 2016, p.65).

³Mais sobre a Ochy Curiel pode ser visto no vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PgTecEnnPAo&list=PL2fNiiyJ8SMWc4KMYYx_EWAaYI1baS016&index=2>. Acesso em 12 de maio de 2019.

Quando as mulheres passam a pesquisar e teorizar sobre sua própria vida e história, há deslocamento do conhecimento androcêntrico e a construção de análises que dão conta da realidade histórico social das mulheres. Nesse sentido, Largarde (2010) dirá que as mulheres são seres para o outro. Nossos corpos são marcados pela maternidade, ainda que essa não tenha se concretizado. Somos nós que cuidamos das crianças, dos velhos, dos enfermos, dos mortos. Somos, como afirma Largarde, as primeiras funcionárias do Estado, as primeiras pedagogas (LARGARDE, 2010, p.366). Esse trabalho da socialização primária desempenhado pelas mulheres é um dos muitos trabalhos não pagos, nesse caso, a inclusão dos novos humanos na sociedade. A vida das mulheres está atrelada à formação física e intelectual das novas gerações. Dessa forma, nosso corpo não nos pertence por completo:

La mujer también carga el enfermo que no se puede mover, lo ayuda a bañarse, a caminar, a sentarse, lo carga, lo limpia, lo viste; también carga el cadáver, lo arregla, lo limpia, lo peina, lo pone presentable, lo amortaja, dispone de los despojos para la inexistencia. La mujer carga el cuerpo de los otros desde su formación, hasta su muerte, lo cuida, lo alimenta, lo purifica, con su propio cuerpo (LAGARDE, 2010 p.383).

A partir do regaste da existência das mulheres como sujeitas ativas na construção da história, antigos conceitos passam a ser revistos. Sílvia Federici, em *O Calibã e a Bruxa* (2017), demonstra como a caça às bruxas, a demonização das mulheres contribuiu para a acumulação primitiva do capital, uma vez que eram as mulheres pobres que tinham maior chance de serem identificadas como bruxas e como consequência a desapropriação das terras de seu marido. Mas para além, reforça como a historiografia predominantemente masculina, e aqui incluímos as teorias decoloniais, não atentou para o fato de que tais atrocidades iniciam exatamente com as grandes navegações e a colonização do novo mundo. Ou seja, com a queda do feudalismo e o nascente capitalismo. Tal relação não foi feita e nem percebida pelos historiadores homens. Somente quando as feministas começam a debruçar-se sobre estudos desse período é que relações se estabelecem. Vale ressaltar que nesse processo, da inquisição, não temos a voz das vítimas, uma vez que seus depoimentos foram feitos sob tortura e em seguida foram mortas. Destaca-se o apoio dos grandes intelectuais iluministas nesse processo de perseguição às mulheres, entre eles Hobbes, Bacon, Kepler, Galileu, Shakespeare, Pascal e Descartes (FEDERICI, 2017, p.301). Ou seja, foi necessário todo um aparato

intelectual e científico que desse validade às crueldades feitas às mulheres pobres, é bom que se ressalte, durante a chamada “caça às bruxas”.

Ainda assim, algumas conseguiram deixar sua marca ainda em vida, como por exemplo, Maria Gaeta Agnesi (1718-1799), filósofa e matemática, linguista e filósofa italiana. Foi a primeira mulher a publicar estudos voltados para a matemática, mas sobre o tema como disciplina (SAPUNARU; MARINHO, 2017, p.146). Outro exemplo é Marie-Sophie Germain (1776-1831), que passou a infância confinada estudando, enquanto e seu país a Revolução Francesa acontecia. Na vida adulta, para seguir estudando assumiu a identidade de um homem que havia abandonado os estudos. Marie chegou a fazer uma descoberta importante sobre o último teorema de Fermat, impressionando seu professor. (DE MELLO, 2017, p. 197).

Outro exemplo de apagamento das mulheres pelo pensamento do feminismo dominante do norte global é dado por Ângela Davis (2017) quando relata sua experiência durante visita ao Egito como convidada para falar sobre o combate a extirpação de clitóris. A filósofa dá um relato impactante de como as mulheres ocidentais assumem pautas de outras mulheres situadas geográfica e culturalmente fora do norte global sem ouvi-las, mas vendo a si mesmas como libertadoras. Então conclui:

Na verdade, a relação entre essa importante questão sexual e os elementos socioeconômicos da opressão das mulheres é tal que a primeira é obviamente condicionada pelos últimos. Não é realmente possível antever a abolição universal da circuncisão feminina a menos que o processo de integração das mulheres na força de trabalho avance, a menos que nível de alfabetização das mulheres aumente de modo significativo e a menos que a condição pessoal das mulheres no interior da família evolua. Essas mudanças específicas na condição das mulheres não podem ser consideradas de forma isolada em relação às transformações de longo alcance na sociedade como um todo: o desenvolvimento econômico e a mudança social progressista, que de fato poderiam alterar fundamentalmente a vida das mulheres, bem como dos homens do Egito (DAVIS, 2017, p.116).

É, portanto, necessário construir, identificar e valorizar epistemologias que deem conta do olhar das mulheres sobre suas próprias experiências, lutas, resistências, realidades e produção de conhecimento. Nossa história já foi contada pelos homens, nossos corpos e mentes estudados a partir da comparação com o masculino e colonial. Propomos que nós mesmas nos estudemos, falemos de nós e construamos um conhecimento a partir da nossa perspectiva. Isso não significa

negar todo conhecimento e teoria pensada por homens, mas validar o que estiver correto sob nossa perspectiva e refutar cientificamente aquilo que foi escrito e difundido de maneira errônea.

Construir uma ciência pensada por e para as mulheres é necessária porque no sistema mundo global todas as instituições, estado-nação, família burguesa, empresa, e racionalidade eurocêntrica, estão organizadas na mesma lógica do patriarcado. É importante ressaltar que não estamos falando de um capitalismo patriarcal, ou seja, de um capitalismo no qual o patriarcado aparece como um parceiro, como um aliado. Mas, ao contrário, de um capitalismo que aprendeu com o patriarcado como dominar, como organizar as instituições. Dessa forma, sendo patriarcado o sistema antigo de dominação em relação ao capitalismo e colonialismo, os demais são seus aprendizes, muito mais do que seus parceiros. A maneira como o patriarcado constrói alianças entre homens para dominar as mulheres seja no corpo, na força de trabalho, na subjetividade, de maneira similar ao farão o sistema de escravidão a colonização das Américas, a Constituição da sociedade moderna bem como as anteriores desde o surgimento do patriarcado e da propriedade privada. Por isso, devemos falar em patriarcado capitalista, pois o patriarcado é o sistema principal que organiza o capital e que permite a sua dominação. Sem a exploração contínua da força de trabalho das mulheres, de seus corpos e de suas subjetividades seria impossível para o capital reproduzir-se e expandir a extração de mais-valia das mulheres que é fundamental para a manutenção do sistema. Assim como trabalho não pago – entendido como espaço do amor – o patriarcado ensinou o capitalismo a necessidade de transformar exploração da força de trabalho em um sentimento de amor e lealdade, pelo qual nenhum valor monetário poderia ser colocado. No campo da ciência, cabe ressaltar que muitas das obras, teorias e tecnologias desenvolvidas foram pensadas por mulheres, mas foram assinadas por seus maridos e reconhecidas até a atualidade como tendo sido desenvolvidas pelos homens. Muitas teóricas são apresentadas numa visão romântica de auxiliares de seus maridos, esses tidos como os donos das teorias desenvolvidas, na realidade, pelas esposas.

Portanto, justifica-se uma teoria do conhecimento que visibilize e reconheça o feminino como produtor de conhecimento. Além disso, pensar o trabalho não pago ou superexplorado das mulheres é necessário para a manutenção do sistema

moderno capitalista e colonial. No capítulo a seguir apresentaremos a economia feminista como um instrumento de análise capaz de empreender tal tarefa.

2.2 Economia Feminista

Essa tese parte o Materialismo Histórico Dialético e para que seja coerente com o método, a economia ocupa um lugar central na análise. Entretanto, se queremos uma epistemologia feminista, a teoria econômica na qual nos embasamos também deve ser feminista. Desta forma, alguns apontamentos precisam ser feitos.

Ter suas necessidades materiais atendidas é fundamental para qualquer ser humano. Mais ainda, quando falamos de mulheres, visto que são elas que estão historicamente no lugar de responsáveis pela reprodução humana e pelos cuidados de si e dos demais membros da família.

Com o advento do capitalismo, a compreensão de trabalho deslocou-se da produção familiar para a produção de mercadorias. O trabalho realizado pelas mulheres no âmbito doméstico ficou invisibilizado e o trabalho dos homens cada vez mais realizado no espaço público, valorizado. O capitalismo organizou a produção de mercadorias e o trabalho de forma a aprofundar a divisão sexual do trabalho, impondo às mulheres o trabalho fabril, sem diminuir o peso do trabalho doméstico e de cuidados nas suas vidas.

Dessa forma, as análises e pesquisas econômicas e sociológicas precisam contemplar a diferença entre os sexos, uma vez que, mesmo afetando homens e mulheres, são elas que estão nos trabalhos mais precários, em maior número na situação de vulnerabilidade. A maioria dos pobres do mundo são mulheres⁴, no Brasil, entre aqueles que vivem com menos de um dólar por dia, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 70% do total de 8 milhões de mulheres nessa situação são pretas e pardas⁵. Assim, segundo Hirata (2013):

Por otro lado, el proceso de globalización, si bien creó más empleos para las mujeres, tanto en los países capitalistas desarrollados como en los países denominados en vías de desarrollo, creó empleos vulnerables y

⁴Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental, "Pobreza". Disponível em: <<https://unric.org/pt/eliminar-a-pobreza/#:~:text=Por%20cada%20100%20homens%20dos,1%2C90%20d%C3%B3lares%20por%20dia>>. Acesso em 03 de novembro de 2017.

⁵Disponível em: <http://www.unifem.org.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=146883/>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

precarios que acentuaron la división sexual del trabajo y las desigualdades sociales, no sólo de género, sino también de clases y de razas. Las privatizaciones, la disminución de la protección social, la reducción de todos los servicios públicos, que comenzaron con el ajuste estructural de los años ochenta y son la tendencia actual, tanto en los países del Norte como del Sur, tienen como consecuencias no la disminución del trabajo decente para mujeres y hombres, sino también la explotación creciente del trabajo gratuito de las mujeres en la esfera doméstica y familiar (HIRATA, 2013, p.13).

Diante de realidades como essa, análises sociológicas que tratem do trabalho, encontram na economia uma aliada para descortinar as relações sociais tecidas pelos sujeitos e sujeitas. Entretanto, ela, como todas as outras áreas do conhecimento, não é neutra.

A economia é socialmente reconhecida como masculina, possivelmente pela grande quantidade de conhecimentos matemáticos necessários para a sua compreensão e pela visão do senso comum de que os meninos "preferem" a matemática. Aqui devemos lembrar a discussão feita no capítulo sobre epistemologia, que aponta que o sujeito moderno do conhecimento é masculino. Porém, mesmo que saíamos da economia como área de conhecimento e partamos para a economia compreendida como fenômeno social, ela continua produzindo apagamento das mulheres e suas experiências. A lógica androcêntrica, ou seja, reduzir a humanidade ao ideal masculino, ainda baliza nossa compreensão da esfera econômica e tal fato interfere em nossas análises finais.

Portanto, para atender a necessidade de incorporar o trabalho das mulheres nas análises sócioeconômicas, pesquisadoras feministas passaram a adotar a perspectiva da economia feminista. Mesmo não havendo uma única linha de pensamento sobre o tema, podemos citar:

Além da crítica metodológica e epistemológica às tradições existentes, a temática estudada nas últimas três décadas é muito ampla (...). Dentre os temas analisados destacam-se, o trabalho doméstico, os diferentes aspectos da participação e discriminação das mulheres no trabalho, as políticas econômicas e seus efeitos diferenciados por sexo, os problemas de gênero e desenvolvimento, a invisibilidade das mulheres nos modelos macroeconômicos e o desenvolvimento de novos enfoques que permitam a análise global da sociedade. Basicamente é questionado o viés androcêntrico da economia, que se evidencia nas representações abstratas do mundo usadas habitualmente pelos pesquisadores, onde se omite e exclui às mulheres e à atividade fundamental que estas realizam, não conseguindo assim analisar suas restrições e situações específicas (CARRASCO, 2013, p.02).

Dessa forma, a Economia Feminista visa ampliar o debate em torno dos campos de produção e reprodução, denunciando que para a economia dominante existe um modelo de indivíduo autônomo servindo de referência. Contudo, essa referência não é aleatória, o *homo economicus* é homem, branco, cerca de trinta anos e com relativo capital (NOBRE, 2013). Esse é o modelo de ser humano idealizado que tem sido considerado para a ciência econômica dominante. A questão está no fato de que essa tipologia, além de interferir nos dados científicos utilizados para explicar a realidade econômica, também forma um estereótipo de trabalhador/a que se ramifica pelas demais áreas de conhecimento, fortalecendo a ideologia da classe dominante e a divisão sexual do trabalho.

A teoria econômica dominante, desconsidera a divisão sexual do trabalho, reforça e valoriza o trabalho masculino, perpetua o poder patriarcal através hierarquia do trabalho. Assim como no âmbito da vida escolar ou fabril, constrói-se uma subjetividade que naturaliza as diferenças sociais (DIAS, 2009, p 29). Portanto, compreende-se, desde já, a importância do debate sobre a realidade do trabalho doméstico e de cuidados a partir de teóricas da economia feminista para o estudo da decolonialidade.

Assim, para ser coerente com a metodologia proposta, junto a epistemologia e a economia feminista, acreditamos que uma pedagogia feminista também deve ser explicitada nessa tese. Além disso, temos no horizonte conceituar uma pedagogia feminista decolonial, portanto, em seguida, trataremos justamente do conceito de pedagogia feminista.

2.3 Pedagogia Feminista

Aliada à epistemologia feminista, autoras como Ochoa (2007) vem ressaltando a construção e identificação de uma pedagogia feminista, que a referida autora assim define:

La pedagogia feminista es un conjunto de discursos, una práctica política, y es también una manera específica de educar. Su especificidad consiste en echar una nueva mirada a propuestas político pedagógicas emancipadoras y desde una postura ética, filosófica y política denunciar su parcialidad y su androcentrismo, posicionándose críticamente ante el poder y la dominación masculinos, y promoviendo la libertad y el fortalecimiento de las mujeres, para construir de manera colectiva una sociedad más libre y democrática (OCHOA, 2007, p.3).

A pedagogia feminista é uma pedagogia de transgressão, de liberdade e irreverência. Busca no seu horizonte romper com barreiras que impedem homens e mulheres de serem livres. Por isso está intimamente ligada à pedagogia popular, aos conceitos freirianos de educação popular (FREIRE, NOGUEIRA, 1989, p.34).

Es una pedagogía feminista que se vuelve inconveniente, que provoca al feminismo, lo cuestiona en sus teorías y sus prácticas, no porque crea tener más claridad que lo que se ha acumulado en la experiencia histórica de este movimiento, sino simplemente porque hace de la crítica y de la autocrítica un método fundamental; porque sabe que las preguntas abren más caminos que las respuestas y porque no teme al vacío que pueda crear una pregunta sin respuesta porque, tal vez, en ese espacio puedan multiplicarse nuevos ensayos sociales y culturales que no reproduzcan o, incluso, que desafíen las reglas del poder (KOROL, 2007, p.17).

Uma pedagogia feminista está atenta aos silenciamentos, atenta aos relatos de vida, atenta as experiências desvalorizadas pelas teorias dominantes. Nessa perspectiva (re)constrói subjetividades apagadas, questiona a autoridade e a faz a partir da realidade das mulheres. É uma forma de pensar ensino e aprendizagem que resgata e valoriza o feminino, quebrando a lógica andocêntrica da educação dominante.

Nessa perspectiva trazemos os conceitos de *Descautivar*, *Despatriarcalizar* e *Descolonizar* o conhecimento (MORETTI & ROSA, 2018). Esta tese prioriza a escrita e teorização de mulheres latino-americanas como fontes centrais. Isso de forma alguma é restrição à contribuição de autores homens. Contudo, sempre que possível, os conceitos e problematizações feitas, pensadas por mulheres terão prioridade na escrita da tese. Pois como explicam Moretti e Rosa (2018) “[...] despatriarcalizar significa denunciar também a condição de oprimidas, em que as mulheres vivem, bem como as dominações e opressões que sofrem” (MORETTI & ROSA, 2018, p. 1112).

Despatriarcalizar significa [...] repensar a produção e distribuição do próprio conhecimento, para além das tarefas realizadas (e não realizadas) por gêneros; repensar produções e distribuições das noções de identidade de cada um dos sexos, conseqüentemente das relações de poder, de autoridade e de privilégios; denunciar o favorecimento historicamente tomado pelos homens, em todos os espaços e práticas sociais, bem como nas práticas de ensino; fazer a crítica ao patriarcado no âmbito da educação; estudar outras fontes (MORETTI & ROSA, 2018, p. 1113).

“Descautivar” é um conceito que nasce da teoria de Marcela Lagarde (2015):

Cativeiro es la categoría antropológica que sintetiza el hecho cultural que define el estado de las mujeres en el mundo patriarcal: se concreta políticamente en la relación específica de las mujeres con el poder y se caracteriza por la privación de la libertad. (LAGARDE, 2010, p.151)

Segundo a autora, todas as mulheres, independente de classe social ou raça, passam em sociedades patriarcais, pelos seguintes cativeiros: Madresposas, putas, presas, monjas e loucas.

O primeiro existe porque todas exercemos papéis de cuidadoras de homens, mesmo que esses não sejam nossos maridos ou filhos:

Ser madre y esposa consiste para las mujeres en vivir de acuerdo con las normas que expresan su ser -para y de- otros, realizar actividades de reproducción y tener relaciones de servidumbre voluntaria, tanto con el deber encarnado en los otros, como con el poder en sus más variadas manifestaciones. Esta amplia definición antropológica de la maternidad y de la conyugalidad permite develar lo que tienen de maternales las relaciones conyugales, o algunas establecidas entre padres e hijos, entre madres e hijas, o definir como madres a los padres e así sucesivamente. (LAGARDE, 2010, p.363)

O segundo, o cativeiro das putas, está ligado ao controle da sexualidade. Dessa forma, diz respeito a todas as mulheres, uma vez que, qualquer desvio das normas as coloca no lugar de putas. Define-se assim:

Putas é un concepto genérico que designa a las mujeres definidas por erotismo, en una cultura que lo ha definido como tabú para ellas...todas las mujeres son putas por el hecho de evidenciar deseo erótico, cuando menos en algun época o en circunstancias específicas de sus vidas (LAGARDE, 2010, p.465).

A existência das putas contrapõe-se a das santas ou monjas. Através da cultura judaico-cristã cria-se a santidade da mulher como obediente e casta:

El contenido de las normas genéricas católicas se origina en la tradición judeo-cristiana correspondiente a sociedades patriarcales pastorales organizadas en tribus que transitaron a conformar naciones. Por lo que se refiere a las mujeres, los valores, los códigos, las normas, las representaciones y la mitología se han manteniendo virtualmente sin cambio. Aun cuando los mismos textos son testimonio de la reglamentación del incesto y su prohibición, el establecimiento del matrimonio monogámico, así como de la definición de la representación simbólica de las mujeres a partir de la maternidad, en la figura de María; con todo, la inferiorización de las mujeres, la reproducción de su opresión en todos los órdenes y la simbolización femenina de mal e del pecado, se mantienen, como hace siglos, porque social e culturalmente, el catolicismo reacciona el mundo patriarcal (LAGARDE, 2010, p.464).

Por fim, Lagarde explica sobre as loucas: “En el mundo donde se priva la axiología del bien y el mal, las locas son las muy buenas y las muy malas, aquellas mujeres cuyo despliegue exagerado en la vida las llevó a los extremos de la sinrazón” (Lagarde 2010, p. 687). Ou seja, são as solteironas, as feministas, as artistas, as intelectuais, as que contestam tudo, as que aceitam tudo, as abandonadas, as castas, as lésbicas. Em algum momento da vida todas as mulheres passam por um destes lugares.

Desse modo, “descautivar” é entendido nessa tese como práticas que retiram as mulheres dessas prisões em que o patriarcado as colocou. Quanto ao verbo descolonizar, acompanhamos o entendimento de Maria Lugones (2014a): “[...] descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social (LUGONES, 2014a, p. 940 apud MORETTI & ROSA, 2018, p.1113).

Portanto, uma pedagogia feminista precisa libertar a educação, o processo de aprendizagem desses cativeiros, precisa romper com a colonialidade e despatriarcalizar o conhecimento. Pois vale lembrar que uma pedagogia feminista não necessariamente é decolonial e crítica. Afirmamos isso porque o feminismo, assim como a pedagogia, não é um conceito unitário. As práticas das feministas liberais também poderiam identificar uma pedagogia feminista liberal. Nessa tese nos interessa o decolonial crítico, o feminismo antissistêmico e contribuir para a ampliação dos conhecimentos e experiências que formam da pedagogia feminista decolonial. Diante disso, em seguida vamos explicitar o caminho metodológico que realizamos nessa pesquisa para identificar se haveria ou não uma pedagogia feminista decolonial na MMM.

3 METODOLOGIAS E O FEMINISMOS

Figura 3 - Marcha na 3ª Ação Internacional em 2010



Fonte: Acervo da Marcha Mundial das Mulheres

A tese é escrita enquanto a pesquisadora leciona disciplinas de Sociologia, Filosofia, Geografia e Ensino Religioso em uma escola pública na cidade de Porto Alegre. Sendo professora concursada do Estado do Rio Grande do Sul desde 2012, não é possível deixar de pensar os atravessamentos que tais fatos têm com a escrita dessa tese. Nesse momento, estamos há mais de cinco anos com os salários parcelados, endividados em empréstimos contraídos na tentativa de honrar a dívidas. O adoecimento é uma das faces cruéis da precarização do trabalho docente. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹ a categoria docente é a segunda maior com doenças ocupacionais. Composta por mais de 80% de mulheres, os dados demonstram que aquelas que tomam algum tipo de medicamento antidepressivo são mais de 30%. Infelizmente, fazemos parte dessa estatística. Mas, se tem algo que as mulheres entendem é enfrentar as dificuldades e superá-las.

Tal prática fez perceber que muito do que as mulheres produzem não está escrito, não apenas naquilo que chamamos de conhecimento oral de comunidades

¹Site do Cpers/Sindicato, "Saúde mental de professores se agrava com desvalorização, baixos salários e falta de estrutura", publicado em 22 de outubro de 2018. Disponível em: <<http://cpers.com.br/saude-mental-de-professores-se-agrava-com-desvalorizacao-baixos-salarios-e-falta-de-estrutura/>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2019.

tradicionais ou de mulheres não acadêmicas. Muito do que dizem e produzem as mulheres no mundo acadêmico está disponível em vídeos, em conferências, em vídeos didáticos justamente para facilitar o acesso a esse o conhecimento. Dessa forma, boa parte do que usaremos como referência aqui serão palestras, conferências e material organizado por pesquisadoras feministas difundidos pelas mídias e redes sociais, realidade intensificada por conta da pandemia de COVID-19.

Essa tese propõe-se a estudar o movimento feminista. Parece-nos bastante coerente que os conhecimentos produzidos e difundidos pelas mulheres nas brechas tecnológicas sejam valorizados. Por isso esse capítulo foi aberto com a imagem de mulheres caminhando em fileira, pois é dessa forma, com organização e coletivamente que se construiu essa tese. Também foi utilizada a técnica das amigas críticas que será melhor explicada no capítulo sobre as técnicas. Seguimos agora especificando as metodologias feministas e como serão usadas na tese.

3.1 Metodologias Feministas

O debate sobre pesquisas quali/quantit parece ter sido superado em nível de importância. Contudo, uma pesquisa sobre movimento social de mulheres deverá trabalhar inevitavelmente com dados quantitativos, uma vez que indicadores sobre violência, trabalho doméstico, acesso à saúde e autonomia econômica precisam ser quantificados para justificar a necessidade das lutas. Entretanto, números não são neutros, mas podem pender para o machismo, ainda mais quando analisados e coletados de forma androcêntrica.

A Sempreviva Organização Feminista (SOF) publicou livro, da pesquisadora Cristina Carrasco, intitulado *Estatísticas sobre Suspeita* (2012). Nele, Carrasco discute que, para termos indicadores que deem conta da realidade, é necessário ter presente que a sociedade é patriarcal e historicamente desvaloriza tudo o que é feminino. Dessa forma, por exemplo, as pesquisas econômicas tendem a desconsiderar o trabalho doméstico como importante para o funcionamento da economia, centram-se fundamentalmente na produção e circulação de mercadorias, bens e serviços. Desconsideram que uma gama de trabalhos domésticos e de cuidados precisou ser despendida para que a força de trabalho estivesse disponível ao mercado. Caso essas reflexões não sejam feitas, a pesquisa traduzirá dados a

partir da perspectiva masculina, distorcendo a realidade e dando caráter científico e natural às desigualdades construídas pela sociedade capitalista patriarcal.

Sendo assim, seja nas metodologias e técnicas mais tradicionais utilizadas durante a tese, cabe o olhar da pesquisadora ou estar atento a fim de evitar esses desvios. Tal cuidado é fundamental para que haja coerência com a epistemologia e o método propostos.

Portanto, a metodologia da observação participante foi utilizada. Participamos e registramos seis formações feministas do movimento. Dessa forma, construímos cadernos de campo observando as dinâmicas e debates realizados nesses momentos. Por muitas vezes os temas tratarem de assuntos que o movimento não autorizou a transcrição, os mesmos serviram para análises gerais, porém, não estão transcritos literalmente na tese.

As amigas críticas estiveram em todas essas formações, muitas vezes sendo responsáveis por mediar pelos temas debatidos. Na dinâmica das formações, depois da exposição da mediadora sobre o assunto a ser tratado, abria-se o espaço para o debate, onde as demais militantes contribuíam com suas experiências. As que estavam pela primeira vez, ou a menos tempo no movimento, faziam intervenções questionando, fazendo perguntas, o que se mostrava muito produtivo, pois fomentava o debate e ampliava as questões priorizadas para ser pauta naquele momento.

Para identificar a contribuição da MMM nos movimentos internacionais enquanto pesquisadora, educadora e militante, procurou realizar uma pesquisa que não fosse descritiva, mantendo-se distante das sujeitas – as mulheres – com as quais realizamos a investigação. Os conhecimentos que foram produzidos nessa tese têm por objetivo qualificar a intervenção do/no movimento social popular sobre o qual reflete e intervém. Além disso, não foi pensada para ser uma pesquisa individual, mas um trabalho coletivo que envolve as mulheres que dela fizeram parte, e que ao ser desenvolvido incorpora a reflexão de todas as participantes para que pudessem, desde a sua elaboração, desenvolver uma práxis consciente daquelas e daqueles que dela participam.

Para identificar o educativo da MMM e sua relação com o feminismo descolonial a pesquisa focará nas pedagogias feministas presentes nas formações, nos debates que englobam a economia feminista e os campos de ação propostos pelo movimento e na relação com demais movimentos na Abya Ayala.

A pluralidade de técnicas que descreveremos no próximo tópico está inserida nas metodologias feministas pois:

A pluralidade metodológica utilizando-se de vários instrumentos tanto na coleta quanto na análise de dados também tem sido um dos pressupostos das metodologias feministas. O argumento principal é que as várias metodologias utilizadas no contexto da investigação aumenta a possibilidade dos/as pesquisadores/as entenderem melhor o que estão estudando, além de proporcionar maior credibilidade aos achados e conclusões (RODRIGUES & MENEZES, 2012, p.07).

Textos de militantes da Marcha Mundial das Mulheres e textos do próprio movimento serão usados. De um lado como material de análise, mas por outro, e também, como material de apoio teórico. Isso porque a autora da tese é também uma militante do movimento. Logo, sendo a MMM uma produtora de conteúdo teórico, é parte constitutiva do arcabouço da autora.

Portanto, no próximo tópico abordaremos as metodologias e técnicas que utilizamos na pesquisa. Reforçamos que nos mantivemos abertas durante toda coleta e análise de dados, respeitando o que a dinâmica de investigação pedia. Dessa forma, cabe ressaltar que ao longo da pesquisa e, muito por conta das mudanças trazidas pela pandemia, a pesquisa se aproximou do estudo de caso, pela necessidade de focar com mais ênfase no campo delimitado e ampliando as técnicas possíveis (FREITAS; JABBOUR, 2011, p.11)

É importante também ressaltar outra dificuldade colocada pela pandemia de Covid-19 que impactou no campo da pesquisa. O materialismo histórico busca as contradições na análise da pesquisa. Na dissertação que citamos nesse trabalho, uma das grandes contradições se apresentou na relação entre mulheres do campo e lésbicas, por exemplo. Porém, nessa tese, a realidade política e social do período de campo de pesquisa não favoreceu esse ponto de análise. Isso se deve pelo contexto nacional e internacional do período em que o campo foi realizado. A falta de encontros presenciais precisa ser levada em conta, uma vez que os conflitos e contradições se dão com mais nitidez no convívio e nas trocas e debates presenciais. As divergências sobre pautas prioritárias nesse momento também não surgiram, uma vez que o crescimento da extrema-direita de forma geral facilitou o consenso em torno da luta contra o avanço do conservadorismo. No contexto específico do Brasil, os retrocessos trazidos pelo governo de Jair Bolsonaro, as mazelas trazidas pela pandemia, uniram as lutas dos movimentos sociais.

3.1.1 Técnicas

Dessa forma, tendo por objetivo conhecer e refletir sobre Marcha Mundial das Mulheres, trabalhamos com a pesquisa participante, tendo optado por essa escolha pelo compromisso em, mais do que compreender, servir ao outro (BRANDÃO 1999, p.12). A pesquisa participante inclui a observação participante que “Consiste na participação real do pesquisador na comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste.” (MARCONI, LAKATOS, 2010, p.177). Isso foi possível estando presente nas ações e nos momentos formativos dos movimentos, seus debates internos e suas estratégias de atuação, ações diretas e produção de materiais escritos.

Durante toda construção da tese utilizamos a técnica de “Amigas Críticas”, um grupo composto pela pesquisadora com mais duas militantes dos movimentos no Rio Grande do Sul, Cíntia Barenho e Cláudia Prates. A participação dessas mulheres se deu desde a primeira ideia de formulação de problema até o que se delineou no presente momento. Através das críticas, ideias e opiniões delas e das demais companheiras que o grupo avaliou consultar, chegou-se à conclusão de que a pesquisa deveria investigar as ações, alianças e pautas lideradas pelo movimento em conjunto com outros movimentos nacionais e internacionais nesse período da 5ª Ação e nos quatro campos de ação, além de ter sido também uma sugestão da banca de qualificação. Nossa comunicação foi feita por reuniões presenciais, e, durante a pandemia, por aplicativo de mensagens instantâneas e videoconferências.

Não houve uma periodicidade previamente programada. As “conversas” aconteciam conforme caminhava a pesquisa. Geralmente, antes e após as reuniões com o orientador. Antes para socializar o que estava sendo trabalhado e posteriormente as orientações para informar as sugestões do orientador.

Cíntia Barenho é bióloga e mestre em biologia, o que contribuiu em muito para as questões sobre o impacto das transnacionais, bem como sobre o tema dos bens comuns e serviços públicos. Cláudia Prates é militante da MMM desde seu surgimento, tendo participado de diversas coordenações e é uma referência internacional dentro do movimento. O perfil dessas duas mulheres militantes auxiliou, não só nas questões metodológicas das pesquisas, mas na definição das

entrevistadas e no acesso aos materiais de pesquisa, uma vez que alguns deles vieram de acervos pessoais seus.

Essa ideia surgiu da técnica Amigo Crítico, já utilizado por Lemes (2017, p.44) e seguiu as recomendações da autora de que o amigo crítico seja um pesquisador qualificado, isto é, que tenha conhecimentos do assunto, sendo desejável também ser capaz de relacionar-se com o contexto. Optamos por usar os termos no feminino, pois somos três mulheres envolvidas de forma direta nesse projeto. Cabe ressaltar que todas permitiram a divulgação de seus nomes.

Desde o início da pesquisa houve a participação de seis formações estaduais, tendo como registros cadernos de campo e coleta de materiais distribuídos pelo movimento, como panfletos, cartazes e cadernos de formação. Através desses relatos e de entrevistas com as militantes que participaram desses momentos foi possível mapear as relações da Marcha Mundial das Mulheres/BR com os demais movimentos sociais em Abya Ayala. Também recuperamos vídeo e materiais do 9º encontro internacional ocorrido em 2013 em momentos que julgamos que seria produtivo para a análise.

Houve uma formação estadual em 2020. Foi mais um momento para a observação participante, com olhar especial para o educativo, buscando nos materiais impressos que foram distribuídos, os temas que foram definidos para a formação, observação dos objetos que as militantes utilizam para adornar o espaço e formato das formações. Esses momentos permitiram voltar o olhar da pesquisadora para a formulação dos questionários.

Também foi utilizada a técnica de pesquisa documental, uma vez que existe uma gama de materiais disponíveis que são fontes ricas de acesso ao movimento. Livros, textos publicados em site do movimento, folhetos distribuídos nas formações, materiais enviados para a lista de e-mails do movimento, notas de apoio, solidariedade e de posição dos movimentos sociais envolvidos na pesquisa foram analisados.

Dessa forma, foram analisados dez boletins eletrônicos divulgados pelo grupo de e-mail durante o período de 08 de março de 2018 a 10 de outubro de 2020, seis livros, sete panfletos que tratam desde a descriminalização do aborto na América Latina até convocatória para a 5ª ação internacional que se realizou em 2020, quatro vídeos do site do movimento.

A pandemia de Covid-19 trouxe mudanças consideráveis na estrutura inicial da pesquisa. A impossibilidade de contato físico diminuiu muito o espaço para a observação participante no último ano de pesquisa. Contudo, aumentou muito a produção de materiais virtuais, assim como o conteúdo divulgado nas redes sociais do movimento. Portanto, a pesquisa documental ganhou um peso maior, bem como as entrevistas, uma vez que a observação participante ficou bastante prejudicada no período final de escrita e análise. Foram realizadas dez entrevistas, sendo oito através de questionários e duas por aplicativo de mensagem instantânea. Os dados das participantes está nos anexos desse trabalho e os nomes reais foram mantidos com a permissão das entrevistadas.

Exposto isso, iniciamos a partir de agora a análise dos dados e a apresentação mais aprofundada do movimento.

4 A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento relativamente jovem, considerando seu surgimento em 1995. Ainda assim, devido ao perfil acadêmico de suas militantes, em especial no Brasil, o volume de pesquisas não corresponde à sua capilaridade, o que é uma das justificativas da relevância dessa tese.

Onze trabalhos estão registrados na Plataforma Sucupira¹, sendo oito dissertações e três teses. Já a plataforma BDTD² possui em seus assuntos o descritor Marcha Mundial das Mulheres em duas dissertações e quatro teses

Dentre os trabalhos registrados até hoje nessas plataformas três apresentam extrema relevância para esse projeto. Apresentamos um breve resumo de cada um, bem como de sua importância.

Como já dito, 2015 foi o ano de conclusão da dissertação que teve como objeto de estudo o movimento social popular Marcha Mundial das Mulheres, intitulada “O Educativo na/da Marcha Mundial das Mulheres: mulheres em movimento mudam o mundo.” Concluída pelo Programa de Pós-Graduação de Educação da UFRGS, o trabalho discute a prática pedagógica do movimento no Brasil. A partir dos conceitos de Movimento Profético, anúncio e denúncia de Paulo Freire, apresenta a MMM como anunciadora de um novo mundo ao mesmo tempo em que denuncia a realidade patriarcal, racista, homolesofóbica que, aliada com o capital, constrói um mundo de desigualdades que o feminismo da MMM pretende romper, construindo o que Paulo Freire chama de inédito viável.

Suas formações políticas, batucadas, ações diretas, encontros e ações internacionais são momentos balizados por uma pedagogia libertadora onde “Educador e educandos (liderança e massas), cointencionados à realidade, encontram-se numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento”. (FREIRE, 1987, p.31). Nesse momentos, percebem-se sujeitas, reconhecem a unidade epocal, e tomando uma posição de construir o inédito viável, ou seja, superação das situações limites que as coisificavam (Gil, 2015, p.37) .

Dessa forma, o educativo da Marcha Mundial das Mulheres é construído através de pedagogias contra-hegemônicas como a libertadora no sentido

¹Disponível em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/> Acesso em 17/12/2018

²Disponível em: <http://bdttd.ibict.br/vufind>. Acesso em 17/12/2018

dados por Freire, quanto por Mészáros (2010, p. 90) quando este coloca a que “[...] a educação socialista se destina aos indivíduos sociais e não aos indivíduos isolados”. Suas ações coletivas - o enfrentamento ao patriarcado e ao capitalismo – se constituem como um educativo que visa à superação desses sistemas. Caminha no sentido contrário ao discurso hegemônico de que indivíduos humanos isolados podem superar suas dificuldades materiais. (Gil, 2015, p 85)

E entendendo a MMM como um movimento profético no sentido freiriano, como ressaltado na dissertação da autora dessa tese (GIL,2015):

Para mim, repensar nos dados concretos da realidade sendo vivida, o pensamento profético que também é utópico, implica a denúncia de como estamos vivendo, e o anúncio de como poderíamos viver. É um pensamento esperançoso, por isso mesmo. É nesse sentido que, como o entendo, o pensamento profético não apenas fala do que pode vir, mas falando de como está sendo a realidade, denunciando-a, anuncia um mundo melhor. (FREIRE, 1997, p. 672)

O conceito de educativo será central na construção da tese, uma vez que agora será articulado com o conceito de decolonialidade. A tese em si foi uma continuação da pesquisa realizada entre 2013 e 2015, ampliando a investigação e submetendo o próprio trabalho da autora a uma revisão.

O segundo trabalho que apresenta relevância para esse projeto discute o educativo da MMM, porém, focando apenas nas práticas educativas do Estado do Rio Grande do Sul. Escrito por Ingrid Wink, também militante da MMM, a práxis do movimento é central para a construção de seus argumentos e dialoga com a dissertação da autora dessa tese. Entretanto, por ser uma tese, aprofunda o debate do educativo no sentido de prática emancipadora construída coletiva e solidariamente. Para ela:

A concretização de algumas lutas da MMM, para além de uma prática social cotidiana e militante que educa, aparece também na consolidação de políticas de Estado. As diferentes temáticas debatidas e trabalhadas dentro da MMM conseguem se fortalecer e se expandir entre as militantes devido ao fenômeno da *solidariedade*. Esse fenômeno diz respeito à essência do caráter educativo da MMM. E este caráter educativo da participação na MMM pode ser explicado através de diversos exemplos, como o de mulheres que vivem determinadas situações, mas não vivem outras, e são capazes de compreender e propagar a luta destas outras. E vice-versa. É o elemento que mais aparece nas entrevistas, como um dos fatores mais impressionantes da perspectiva educativa do feminismo da MMM. (WINK, p.167, 2016)

O terceiro trabalho que julgamos bastante relevante é outra tese de doutorado, intitulada “Marcha Mundial das Mulheres: Um Enfoque Pós/Decolonial Sobre Interseções e Solidariedade no Feminismo Transnacional”. Nela, Renata Guimarães Reynaldo estuda as relações norte e sul no feminismo desde a década de 70 e como a MMM se insere nesse contexto. Como melhor exposto adiante, na década de 70 a Organização das Nações Unidas toma para si o tema do feminismo e inicia uma nova fase, a internacionalização do movimento. Reynaldo (2016) retoma esse acontecimento, situando a MMM nos movimentos que posteriormente irão orientar-se a partir de uma oposição aos que optam pelo diálogo com a ONU. Isso porque para a MMM o organismo internacional em questão coopta movimentos sociais de mulheres para uma agenda determinada a partir de interesses próprios. Além disso,

A localização das sedes em Nova Iorque e Genebra permite maior acesso às organizações do Norte e Europa. O Sul termina por ser o lugar onde o Norte aplica seus recursos como benfeitor, mas não a partir das demandas do Sul e sim, dos interesses dos grandes organismos internacionais.(REYNALDO, 2016, p.153)

Diante da necessidade de resistir a esse movimento de cooptação, surge o Movimento Social Popular (MSP) Marcha Mundial das Mulheres (MMM), como uma organização transnacional, todos os continentes, visando a construção de consenso entre os diferentes movimentos sociais feministas ou mistos. A MMM busca produzir uma agenda de lutas comum buscando à superação do patriarcado capitalista e colonialista em diálogo transnacional.

Conforme expresso em um de seus Cadernos de Formação:

Entendemos que o capitalismo incorporou o patriarcado como estruturante das relações sociais. Para isso, aprofundou a divisão sexual do trabalho, fortalecendo uma divisão entre uma esfera pública e outra privada, a primeira considerada o lugar onde se dá a produção e a segunda onde se dá a reprodução (CADERNOS: MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2006, p.3).

Uma das marcas da MMM é a denúncia de que as ações do Estado, principalmente com a retirada de direitos sociais e a flexibilização das relações trabalhistas, afetam aos homens e às mulheres de maneira diferente. Dessa forma

os efeitos da globalização, complexos e contraditórios, impactaram de maneira desigual os empregos masculino e feminino nos anos noventa do

século XX. Se o emprego masculino regrediu ou se estagnou, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional tiveram por consequência um aumento do emprego e do trabalho remunerado das mulheres, em nível mundial, com exceção da África subsaariana. Notou-se um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto nas informais da vida econômica, assim como no setor de serviços. Contudo, essa participação se traduz, principalmente, em empregos precários e vulneráveis, como tem sido o caso na Ásia, Europa e América Latina (HIRATA, 2010, p. 143).

Nesse contexto, no Canadá, mais propriamente em Quebec, no ano de 1995, feministas da Federação das Mulheres de Quebec realizaram uma marcha de 200 quilômetros, denominada Pão e Rosas, com a participação de 850 mulheres. Ao final, diversas pautas foram atendidas, como o aumento do salário-mínimo, a concessão de mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária. Diante do sucesso da ação no contexto de retrocesso das ações de rua, surgiu a ideia de construir um movimento que pudesse aglutinar as mulheres de diferentes movimentos sociais populares, mistos e feministas, em torno da luta anticapitalista. Assim, o movimento se constrói de forma transnacional, ou seja, com presença em todos os continentes, mas com pauta comum e princípios que regem a organização em todos os países e territórios onde está presente, além de uma coordenação internacional centralizada que orienta o movimento nos demais países.

A auto-organização e o autofinanciamento das coordenações nacionais, além de sua ampla autonomia político organizativa (no interior de um quadro dado nos momentos de coordenações mundiais), consentiram em relações de troca e parceria entre as componentes do Norte e do Sul dessa rede. Não se trata, de fato, de uma rede de solidariedade das mulheres do Norte para com as do Sul, mas de movimentos que se vinculam porque lutam, em suas casas, contra uma trama de sistemas globalizados e suas consequências na vida cotidiana das mulheres (DE MOND, 2003, p. 637).

A Marcha Mundial das Mulheres luta para que o capitalismo e o patriarcado e colonialidade sejam superados conjuntamente. Uma vez que a sociedade capitalista, patriarcal e colonial tem a violência como princípio, abarcada no individualismo, na exploração do trabalho e baseada nas várias expressões da colonialidade está na sua constituição e forma de organização ser agressiva.

[...] No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é

insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo esta necessidade de fazer uso da violência (SAFFIOTI, 2001, p.115).

Saffioti (2001) explica que os homens possuem, enquanto grupo social, um projeto que deve ser chamado de dominação-exploração. Entretanto, as mulheres, enquanto grupo social, não possuem nenhum projeto para dominar os homens, ainda que, muitas vezes, a elas seja delegada a função de desempenhar o papel patriarcal, especialmente em relação a crianças e adolescentes. É, entretanto, um poder delegado pelos homens e não produzido por elas. O poder de mando e opressão produz-se na relação com o macho e não por uma ideologia de superioridade entre mulheres. Elas atuam através da ideia de poder masculino, assumindo características do gênero masculino, ou seja, da construção social do masculino. (GIL, 2015, pg. 77). Porém, sem que esse poder esteja ligado ao grupo social dos homens, porque ele não existe, assim como a colonialidade só pode existir a partir de uma relação colonizador/colonizado.

Baseada nessa realidade, de cinco em cinco anos é realizada ação internacional em todos os países e territórios onde a MMM está organizada. É momento em que a práxis concretiza-se na ação, pois como lembra Freire (1987):

É necessário que a liderança revolucionária descubra esta obviedade: que seu convencimento da necessidade de lutar, que constitui uma dimensão indispensável do saber revolucionário, não lhe foi doado por ninguém, se é autêntico. Chegou a este saber, que não é algo parado ou possível de ser transformado em conteúdo a ser depositado nos outros, por um ato total, de reflexão e de ação (FREIRE, 1987, p. 30).

Antônio Gramsci, ao falar sobre os problemas de movimentos movidos pelo espontaneísmo, alertava:

Ocorre quase sempre que o movimento 'espontâneo' das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da ala da direita da classe dominante, por motivos concomitantes: por exemplo, uma crise econômica determina, por um lado, descontentamento das classes subalternas e movimentos espontâneo de massa, e, por outro, determina complôs de grupos reacionários que exploram o enfraquecimento objetivo do governo para tentar golpe de estado (apud, LIGUORI, 2017, p.235).

Gramsci não ignora o movimento espontâneo das massas, pelo contrário, deixa nítido que é tarefa do partido político que luta pela hegemonia a favor dos subalternos orientar e dar uma direção consciente ao movimento espontâneo. Dessa

forma, a direção de um movimento, dar direção a movimentos espontâneos corresponde, nas palavras o autor: “[...] exatamente à ação política real das classes subalternas como política de massas e não simplesmente a aventura de grupos que invocam a massa” (apud, LIGUORI, 2017, p.235). Não trataremos de partido nessa tese, mas de um movimento social feminista que assume a direção, juntamente com uma gama de outros movimentos, através da construção de alianças, denunciando a realidade que precisa ser mudada e anunciando a realidade que desejam construir. Também usamos o termo subalternas aqui considerando o pensamento de Gramsci acima citado.

Dialogando com o pensamento gramsciano, trazemos os escritos de Spivak, (2014) pensadora vinculada ao grupo de estudos subalternos indianos, autora da relevante obra intitulada “Pode o Subalterno falar?”. Nele a autora desenvolve o conceito de subalterno não apenas como sinônimo de oprimidos, mas como sujeitos e grupos sem autonomia reconhecida diante de grupos dominantes. Segundo Spivak a condição de subalternidade pode ser traduzida no silenciamento ou apagamento, no caso deste trabalho, as mulheres do sul global, ou mesmo aquelas de comunidades ou grupos sociais marginalizados, como pequenos “suis” dentro do norte global. Spivak propõe a construção de práticas que fomentem e estimulem a tomada de consciência através da valorização das histórias de resistência que constituem enquanto narrativas das subalternas.

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à mulher como um item respeitoso nas listas de prioridade global. A representação não definiu. A mulher intelectual como intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio (SPIVAK, 2014, p. 126).

Importante salientar que a produção de seu pensamento se dá na intersecção com os feminismos de estudos pós-coloniais e pensamento marxiano. Nesse sentido, a autora conclui que o subalterno não tem voz em relação ao pensamento dominante, mas que a posição da mulher subalterna estaria assentada numa lógica de negação da sua existência. Dessa forma podemos dizer que a mulher é subalterna do subalterno. A autora constrói uma crítica acerca dos teóricos hegemônicos que se outorgam o direito de falar em nome dos subalternos e das subalternas. Logo, não permitem a fala dos subalternos, cometendo epistemicídio (SANTOS, 2010).

Assim, a MMM pode ser considerada como um espaço de fala e audição das subalternas. Os encontros são momentos em que essas mulheres se reúnem num mesmo tempo e local, como lideranças de seus países e territórios. Mas, não são elas individualmente que definem o que se discute, mas são porta-vozes das discussões de suas organizações que foram feitas localmente, expressando visões coletivas. As ações apresentam-se como a concretização dessas decisões, como o momento em que a reflexão que torna ação coletiva internacional através da solidariedade e construção de pontos de convergência nas lutas transnacionais.

Os debates são balizados por campos de ação comuns definidos pelo momento de forma coletiva. Sobre eles trataremos a seguir.

5 DECOLONIALIDADE PEDAGÓGICA NA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES: CAMPOS DE AÇÃO

A partir de agora vamos analisar as práticas da MMM através de seus campos de ação e 5º ação Internacional. Nele daremos ênfase ao giro decolonial do movimento, ou seja, seu olhar sobre as relações de poder e dependência Norte/Sul global. Também analisaremos o educativo do movimento e como isso se traduz em práticas pedagógicas que constroem uma pedagogia feminista decolonial.

Para tanto, analisamos falas das militantes em entrevistas realizadas para a pesquisa, em vídeos do movimento disponíveis na internet, como registros dos materiais de vídeo do 9º Encontro Internacional em 2013, e em registros em caderno de campo durante a observação participante e as ações realizadas na 5º ação internacional de 2020. Cabe ressaltar que o movimento permitiu a participação nas formações, mas não a divulgação dos debates e falas das militantes.

5.1 Campos de ação

A violência física e psicológica aparece com maior evidência nas lutas do movimento, porém, a Marcha Mundial das Mulheres possui quatro campos de ação em torno dos quais todas as ações são realizadas, sendo eles: autonomia econômica das mulheres; Bem Comum e serviços públicos; Paz e Desmilitarização; Fim da violência contra a mulher.

O fato de ter-se colocado a palavra “econômica” após “autonomia”, no primeiro campo, indica a existência de outros campos onde as mulheres ainda não a possuem e seguem lutando pela sua autodeterminação, como o corpo, por exemplo. Porém, justamente pelo caráter monetarista da sociedade capitalista, ter autonomia econômica é fundamental para assegurar as demais. Sem autonomia econômica, determinar coisas básicas da vida como a economia doméstica, a profissão a seguir, o trabalho a ser realizado, o domínio do próprio corpo, entre tantas outras escolhas, fica muito limitado. As mulheres burguesas possuem opções para escapar de situações de falta de autonomia que são negadas às mulheres da classe trabalhadora, como o aborto seguro, por exemplo. Enquanto as primeiras podem contar com a eficiência e a discrição de clínicas particulares, as segundas ficam sem

opção ou à mercê de práticas extremamente perigosas como clínicas clandestinas sem nenhuma higiene ou medicamentos falsos e/ou ineficazes.

Sair de situações de violência doméstica também evidenciam essa realidade. Ainda que todas as mulheres estejam vulneráveis a esse tipo de violação, a falta de alternativa de troca de moradia, de autossustento e de seus dependentes mantêm muitas mulheres nessa situação. A prostituição, colocada pelo liberalismo como possibilidade de trabalho como qualquer outro, é denunciada pela MMM como uma das imposições do patriarcado capitalista a mulheres sem alternativas de se autossustentar. Esses, entre outros tantos motivos, fazem da autonomia econômica um dos campos prioritários de ação.

Outro campo não menos importante diz respeito ao Bem Comum e serviços públicos. Refere-se a bens específicos que são compartilhados e que beneficiam a maioria de uma comunidade. Estão diretamente ligados à soberania, como água, terra, moradia e conhecimento. Serviços públicos e de qualidade também são fundamentais para a dignidade da vida humana, tais como educação, saúde, energia, entre tantos outros. A falta de acesso público a esses serviços compromete a autonomia e a dignidade dos povos.

Ao fazer uma relação com os campos citados acima é possível notar que ele está intimamente ligado à paz e à desmilitarização, uma vez que o interesse do grande capital é privatizar os serviços públicos e bens comuns. Para alcançar esse objetivo promove guerras, invade territórios e viola corpos de mulheres e crianças. Utilizando da mídia para mascarar a guerra e o genocídio provocado para alcançar seus interesses, mostra a ocupação israelense na Palestina como um conflito étnico-religioso, por exemplo, enquanto o verdadeiro motivo é a dominação dos recursos hídricos da região. Falseiam a realidade retirando seu caráter geopolítico e reforçando um estereótipo contra árabes. Sabendo que são as mulheres aquelas que ficam com a responsabilidade dos cuidados com crianças e idosos, com todas as tarefas que o trabalho dos cuidados exige, a paz e a desmilitarização são temas urgentes para a vida digna das mulheres.

O fim da violência contra a mulher é o quarto campo de ação da MMM. As violações ocorridas nos três campos acima podem ser todas enquadradas como violência contra as mulheres. Por isso, lutar pelo fim de todas elas é o que permite que um dia todas as mulheres tenham uma vida digna.

Esses quatro campos e as pautas da 5ª ação internacional foram o foco desta pesquisa. O entendimento das militantes sobre os campos e práticas do movimento sobre eles e a forma como eles aparecem na ação internacional realizada em 2020 nos permitiram delimitar as análises e responder as questões a que nos propomos responder. A partir desse momento, buscaremos analisar cada um mais detalhadamente.

5.2 Autonomia econômica das mulheres

Seres humanos são animais que dependem de cuidados por um período relativamente longo para que possam sobreviver. Precisam ser socializados com outros humanos para aprender os códigos de determinada sociedade. Um filhote humano demanda cuidados intensivos nos primeiros anos de vida. Na velhice novamente demandam cuidados de outras pessoas. Mas, mesmo nesse período de vida entre a infância e a velhice existe uma gama de cuidados necessários para a sobrevivência. Na teoria feminista crítica chamamos esses trabalhos de reprodução social:

Abrange as atividades que sustentam seres humanos como seres sociais corporificados que precisam não apenas comer e dormir, mas também criar suas crianças, cuidar de suas famílias e manter suas comunidades, tudo isso enquanto perseguem esperanças de futuro (FRASER et al, 2019, p.106)

Assim Federici (2019) alerta:

No entanto, não existe nada natural em ser dona de casa, tanto que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamentos diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a mulher para esse papel, para convencê-la de que crianças e marido são o melhor que ela pode esperar da vida. (FEDERICI, 2019, p.43)

É das mulheres o trabalho de cuidar das crianças, dos idosos e do trabalho reprodutivo. Por isso podemos dizer que as mulheres são seres que tem seus corpos pertencentes a outros (LAGARDE, 2010). Não são corpos para si mesmas, mas para o cuidado de outros humanos.

Falar de autonomia econômica das mulheres é falar de trabalho das mulheres, autonomia para tomar as decisões sobre sua vida e, entre tantas outras

coisas, do trabalho reprodutivo e a desvalorização do trabalho dos cuidados, é falar diretamente sobre a reprodução social.

A desvalorização do trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não, tem raízes na divisão sexual do trabalho, no machismo e na escravidão. A divisão sexual do trabalho é a divisão de tarefas, trabalhos, entre atividades masculinas e femininas, hierarquizados, sendo os trabalhos destinados aos homens mais importantes do que os destinados às mulheres. É um fenômeno que se reestrutura de acordo com a sociedade e o tempo histórico no qual está inserido. Dessa forma, ao longo da história, na maioria das comunidades, foram as mulheres as responsáveis pelo trabalho doméstico. Vale ressaltar que o fato de haver divisão sexual do trabalho por si só não obrigatoriamente leva a hierarquização. Em Abya Ayala essa hierarquização se aprofunda ou se constrói com a chegada dos colonizadores e a imposição da lógica sexista que trouxeram.

Para compreender a desvalorização do trabalho doméstico, na sociedade moderna, patriarcal e ainda tomada pela colonialidade, precisamos evidenciar os conceitos de trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. O primeiro é o tipo de trabalho que, como já diz o nome, produz valores de uso, ou seja, mercadorias que podem ser vendidas e compradas. O segundo, comumente realizado pelas mulheres, refere-se aos trabalhos que permitem e garantem que os/as trabalhadores/as tenham condições de reproduzir sua força de trabalho: limpar a casa, cozinhar, lavar a roupa, cuidar dos filhos e das pessoas idosas da família. A força de trabalho é a única mercadoria que possui o/a trabalhador/a: a sua capacidade de trabalhar e produzir mercadorias. Assim, mesmo sendo fundamental para a sociedade, o trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não, é interpretado como tarefa natural das mulheres, e por ser visto como inerente à condição de fêmea é invisibilizado pela sociedade. Teóricas feministas e movimentos organizados de mulheres buscam, cada vez mais, denunciar a impossibilidade de separar trabalho produtivo e reprodutivo dentro da lógica capitalista.

A separação entre trabalho doméstico (reprodutivo), realizado prioritariamente pelas mulheres, e trabalho produtivo, destinado aos homens, permaneceu, durante muito tempo, naturalizada. O movimento feminista procurou denunciar essa questão, apontando que essa separação dentro do mercado de trabalho não representava o destino natural de cada sexo, mas era fruto da organização do trabalho e da economia. O movimento passou, então, a revelar as grandes contribuições do trabalho reprodutivo para o sistema capitalista, entre elas a de reproduzir a baixo

custo a força de trabalho e a de exercer de forma gratuita parte do trabalho necessário à manutenção da economia capitalista. (FREITAS, 2007, p. 11).

No sistema capitalista, o trabalho feminino assumirá um novo caráter. Com a chegada da Revolução Industrial, as mulheres passaram a fazer parte da força de trabalho dentro das fábricas, acompanhado de as crianças. Entretanto, o trabalho do lar continuou o mesmo, caracterizando então o que se chamaria dupla jornada de trabalho. Da Primeira Revolução Industrial até os dias atuais a vida das mulheres sofreu largas mudanças, em especial nos grandes centros urbanos. A entrada das mulheres no mercado de trabalho se deu de forma massiva, sem diminuir com isso suas responsabilidades no âmbito doméstico. Será a empregada doméstica que assumirá o lugar na realização do trabalho reprodutivo.

Contudo, a questão de classe não está separada da questão de gênero e raça, uma vez que as mulheres a enfrentarão conforme sua classe permitir. As mulheres da burguesia contratarão as mulheres pobres, em sua maioria negras, para assumirem em seu lugar as maçantes tarefas do lar, adotando o sistema de delegação (HIRATA, 2013). Às mulheres pobres, que possuem baixa escolaridade, não resta alternativa a não ser vender sua força de trabalho, mesmo que sem o mínimo de direitos. De qualquer forma, a responsabilidade segue sendo feminina. O neoliberalismo manterá a estratégia utilizada no final do século XIX, no universo fabril, porém, incorporando uma parcela de mulheres em setores intelectualizados, que só poderão se manter empregadas através da precarização do trabalho doméstico remunerado, que as substituirá na dinâmica da divisão sexual do trabalho dentro do lar. Segundo material de formação da MMM sobre o assunto:

[...] Assim, essas mulheres passaram a ter, diretamente, interesses opostos aos daquelas que estão nos trabalhos precários, mal remunerados e em tempo parcial. Entre os retrocessos trazidos pelo neoliberalismo, está a expansão da mercantilização do corpo e da vida das mulheres, que também é marcada pela dimensão de classe e raça. No mundo inteiro, foi sobre os ombros das mulheres que recaiu uma enorme sobrecarga de trabalho, com diminuição de políticas sociais. Faz parte desse processo o que muitas estudiosas chamam de globalização dos serviços de cuidados, que se refere ao grande contingente de mulheres que migram dos países do Sul para o Norte para trabalhar como empregadas domésticas e cuidadoras em geral. (MARÇA MUNDIAL DAS MULHERES, 2013, p. 09).

Pesquisas apontam que o processo de internacionalização do trabalho tem tido sérias consequências para o trabalho feminino. Se, por um lado, os postos de trabalho para as mulheres crescem gradativamente a partir da década de 80, e

especialmente nos anos 90 do século passado, com o fortalecimento do neoliberalismo, esses trabalhos serão cada vez mais precários, com baixos salários e pouca ou nenhuma regulamentação. Conforme aponta Hirata (2010):

Houve um aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto no setor formal quanto nas atividades informais e um novo crescimento dos empregos no setor de serviços. No entanto, e este é um dos paradoxos da mundialização, seu crescimento foi acompanhado também pelo aumento de sua precarização e sua vulnerabilidade. Estes empregos são frequentemente instáveis, mal remunerados, desvalorizados socialmente, com possibilidade quase nula de promoção e de se fazer carreira, e com direitos sociais frequentemente limitados ou inexistentes tanto na Ásia, quanto na Europa e na América Latina (HIRATA, 2010, p. 12).

O neoliberalismo está sendo apontado aqui não apenas como política econômica ou monetarista. Trata-se do desenvolvimento de uma racionalidade que modela as subjetividades até convertê-las na norma das existências. Podemos afirmar que o que presenciamos é a imposição de um tipo de política econômica que precariza o trabalho serve como a ideologia que naturaliza as desigualdades.

Além disso, o conservadorismo tende a aumentar nos períodos de crise e precarização do trabalho, tocando diretamente a vida das mulheres.

A la economía de mercado de la explotación del trabajo no remunerado de las mujeres corresponde una sociedad de mercado que presupone la organización de las y los trabajadores en familias nucleares. Podemos comprobar que en las últimas dos décadas ha habido un aumento continuo del conservadurismo, que valoriza el rol de las mujeres en la familia para justificar su sobrecarga de trabajo y responsabilidad frente al recorte de políticas públicas de apoyo a la reproducción social (en países donde éstas existían) o para impedir la aprobación de tales medidas. Al mismo tiempo, hay una creciente presión que empuja a las mujeres a salir del mercado de trabajo como forma de disminuir las tasas de desempleo. Entre los mecanismos utilizados están la oferta de salarios más bajos para las mujeres, la imposición del recorte a los servicios públicos que provocan tanto mayor desempleo de mujeres (que son mayoría en el sector público) como más tareas de cuidados asumidas por ellas sin costos para el Estado o el sector privado (COMITÉ INTERNACIONAL MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2013, p. 07).

Portanto, está evidenciado que, em períodos de retrocesso de direitos sociais, avanço de políticas que beneficiam o capitalismo e precarização do trabalho, os efeitos não são os mesmos para homens e mulheres. Além disso, existe uma forte relação entre norte e sul global, ficando os últimos com a precariedade das relações de trabalho. Ou seja, o sexo feminino segue sendo um poderoso recurso de

acumulação e reprodução do capital, que, aliado ao patriarcado e as novas formas de colonialismo, reforça o conservadorismo e o controle sobre a vida das mulheres.

Sobre o colonialismo, nesse contexto, FEDERICI (2019, p.136), explica que a globalização criou uma nova divisão internacional do trabalho (NDIT) produtora de uma ideologia que difundiu a ideia que a partir da realocação da produção nos países do chamado “terceiro mundo”, e incorporaria essa população à economia global de forma benéfica. Contudo, o que se criou foi uma precarização do trabalho de mulheres e homens nesses novos locais de produção. Sobre o trabalho das mulheres, ela ressalta:

Isso significa que todas as mulheres estão sendo ‘integradas’ à economia mundial e exercem uma dupla função produtiva, produzindo trabalhadores para as economias locais e países industrializados, além de mercadorias destinadas à exportação (FEDERICI, 2019, p. 140)

Para analisar esse movimento, assim como a MMM, utilizamos os estudos sobre a economia feminista, descortinando nas relações econômicas o trabalho invisível realizado pelas mulheres. Cabe ressaltar que a MMM também produz materiais próprios, trabalhando com a perspectiva da decolonialidade. Além disso, fomenta redes de economia solidária onde mulheres possam realizar sua autonomia econômica, valoriza também a economia dos cuidados. Em uma compilação de textos sobre o tema organizado por mulheres de diversos países onde a MMM está organizada, compreende-se a relevância destes para o movimento López *et al* (2018).

Sobre isso escreve uma marchante da Guatemala:

Hablar del cuidado significa reflexionar sobre una dimensión de la vida cotidiana, rodeada de mucho silencio, obligación y violencia. Por ello, para varias organizaciones feministas y de mujeres la redistribución y colectivización de la organización actual de los cuidados constituye una acción política emancipadora indiscutible para desmontar las relaciones de poder dominantes e incrustadas en la piel, el cuerpo y la historia de las mujeres (ESCORBETO, 2018, p19).

A MMM tece sua rede de lutas com diversas organizações de economia solidária, muitas delas mistas, ou seja, onde participam homens e mulheres. Contudo, aposta fundamentalmente na autonomia das mulheres nesse processo. Sobre a importância da Economia Solidária a autonomia econômica para a MMM, a militante Maria do Carmo relata em entrevista realiza pela pesquisadora:

Pensar no tema da Autonomia Econômica é fundamental para pensar no tema do feminismo porque sem autonomia econômica as mulheres não vão conseguir ter liberdade e autonomia no geral. Para Marcha Mundial das Mulheres não tem como ter real autonomia econômica dentro do sistema capitalista, que é explorador, então não tem como romper com patriarcado sem romper com o capitalismo. Então, temos que buscar a autonomia econômica dentro da economia popular e solidária, para mim não fala mais só economia solidária, eu falo com o nome popular e solidária porque economia popular solidária e tem princípio da autogestão, o princípio fundamental para a gente pensar na economia Popular solidária como algo viável dentro da resistência a esse sistema de exploração (Entrevista com Maria do Carmo, militante da MMM)

Sobre a rede de solidariedade tecida pelos movimentos sociais, juntamente com a MMM, para incentivar projetos de economia solidária e popular:

A marcha mais do que apoia e divulga projeto de economia popular e solidária, mas faz parte de diversos projetos de economia Popular solidária não só no Brasil, mas em todo o continente. Eu conheço mais os projetos de Economia Popular solidária feminista dentro da RESF, que é a rede de Economia solidária feminista¹ e que é gerida pela GUAYÍ². Aí temos outros projetos que não só os ligados RESF, em São Paulo as gurias da SOF desenvolvem muito bem junto associações de mulheres, também as mulheres do Vale do Paranhana têm projetos de economia solidária feminista com os princípios da autogestão e da agroecologia, junto ao MST, a gente tem diversas parcerias da Marcha com as mulheres do MST desenvolvendo a questão da agroecologia e também trazem esse projeto no Rio Grande do Sul e a parceria da Marcha Com com RESF (Entrevista com Maria do Carmo, militante da MMM).

E sobre o educativo do movimento nesse campo de ação, a militante responde:

É educativo porque pela própria dinâmica que a gente estabelece dentro da Marcha Mundial das Mulheres principalmente no Brasil, mas não só no Brasil, que é a dinâmica de fazer formação e ativismo, formação e ação de rua ação e intervenção feminista. Então a partir dos temas, dos aprofundamentos dos debates colocados como fundamentais que vem nossa intervenção, então nos preocupamos muito com a questão da formação feminista. Debates muito e procuramos muito aprofundar as questões e sempre todas as militantes que estão naquele momento, nos debates de formação, entendendo, colaborando, contribuindo para que o debate avance a gente consiga fazer o nosso entendimento feminista.

¹Site Guayí: Democracia, Participação e Solidariedade, "Rede de Economia Solidária e Feminista", Disponível em: <http://guayi.org.br/?page_id=1584&fbclid=IwAR3yirw1WrK-BD11aS-/BYW-al4bDer_1nLCZa33e8714vbd8hoSquw8m3Qk>. Acesso em 07 de janeiro de 2021.
²Disponível em: <<http://guayi.org.br/>>. Acesso em 07 de janeiro de 2021.

Quando a gente faz formação política quando a gente faz ação feminista, a gente está sempre pensando primeiro aprofundamento do assunto de acordo com as que as outras companheiras da Marcha já escreveram nesses 20 Anos de Movimento no Brasil, mas também com o que restante do feminismo tá pensando, se apoiar nas companheiras que fazem do estudo do feminismo sua vida, mas também se apoiar nas companheiras que fazem na prática feminista sua vida. Para nós no feminismo principalmente na marcha essas coisas não estão colocadas em caixinhas separadas, né? é tudo junto é uma construção do que uma ideia marxista para mim uma construção de práxis mesmo. (Entrevista com Maria do Carmo, militante da MMM)

Questionada sobre o educativo, Evelise Souza, outra militante coloca:

Por que a forma de organização, essa questão é muito importante, entendeu? A questão da coletividade da gestão, tudo isso quando a marcha passa formação para as mulheres de economia solidária, a marcha trabalha essas questões, assim, então as mulheres que estão nos empreendimentos aprendem que elas estão fazendo ali faz parte de um processo libertador e a Marcha como formadora também aprende com essas mulheres na nossa prática, então acontece a Práxis revolucionária, a união da teoria com a prática (Entrevista com Evelise Souza, militante da MMM).

Sabemos que iniciativas de economia solidária, cooperativas e agricultura familiar não são ameaças à hegemonia capitalista. Entretanto, são possibilidades de construção de autonomia econômica para muitas mulheres, questionando a ideia liberal do que é trabalho, criando assim outras formas de articulação, produção e reprodução. Além disso, essas formas de trabalho permitem uma nova percepção de mundo, forjadas na coletividade.

Assim, acreditamos que fica demonstrado pelas falas das militantes a busca da superação da colonialidade do saber. As práticas das militantes e seus saberes são valorizados, reconhecidos e tomados em si mesmos como válidos, sem necessidades de estar validado por um saber do norte global. A importância dada às formações e o apoio à economia solidária apostam nas dimensões intelectuais e práticas e o movimento dialógico que se dá entre elas. Ao fazer isso a partir da realidade e dando voz às subalternas, constrói dinâmicas que possibilitam a autonomia econômica a partir do Sul do mundo.

Observamos que a opressão de gênero, bem como as demais opressões interseccionadas, fundamenta o adensamento das desigualdades ancoradas nas colonialidades, explicitada aqui pela colonialidade do saber. Para tanto, pensamos

que a articulação entre a pluralidade de vozes das mulheres apresentadas nos leva a pensar em um projeto libertador a partir da pedagogia feminista decolonial que conceituaremos nessa tese, desde uma perspectiva subalterna, atrelada a uma reflexão sobre as experiências dessas mulheres para a construção de alternativas feministas para economia.

Contudo, além de autonomia econômica, a garantia de acesso à terra, água, saneamento básico, educação são fundamentais para que essas experiências se concretizem e se mantenham. Por isso, a seguir trataremos justamente do campo de ação que luta para garantir acesso universal aos bens comuns e serviços públicos.

5.3 Bens e serviços públicos

Bens comuns e serviços públicos são essenciais para a vida humana. Vivemos num planeta de recursos finitos, mas que o atual modo de produção, o capitalismo, trata como se fossem infinitos. Entende-se por bens comuns recursos naturais, acesso à água, energia, soberania alimentar.

O processo histórico de apropriação de bens comuns no continente americano é descrito por FEDERICI (2019):

O maior processo de privatização e cercamento de terras ocorreu no continente americano, onde, no início do séc. XVIII, os espanhóis tinham se apropriado de um terço das terras comunais indígenas sob o sistema da encomienda. A caça de escravos na África trouxe como consequência a perda de terras, porque privou muitas comunidades de seus melhores jovens (FEDERICI, 2019, p.130).

O acesso à terra é um dos bens comuns que mais é apropriado pelo capital. No capitalismo o uso da terra que não serve para o grande capital é considerado “não uso”. Com o esgotamento dos recursos fósseis, a terra para plantio de monoculturas para biocombustível transformou-se na nova forma de cercamentos. Isso ocorre através da grilagem de terras nos países “subdesenvolvidos” para o uso da agricultura industrial com sede nos Estados Unidos e Europa.

Os serviços públicos são aqueles que respondem aos direitos e necessidades básicas da população como ter moradia, gás e eletricidade, saneamento e tratamento de esgoto, educação e saúde, transporte público, telecomunicações, água potável. Deveriam por definição, ser de qualidade e estar ao alcance de todos, sem diferença de classe, casta, gênero ou situação econômica. Entretanto esses serviços têm passado da esfera pública, ou seja de responsabilidade do Estado, para a privada, o que tem

como resultado que aqueles que não podem pagar pelo serviço são impedidos de ser beneficiados por eles. Além disso, os serviços públicos estão estruturados em torno de um modelo urbano, o que resulta em um melhor acesso para aqueles que vivem nas cidades, e um acesso muito limitado para aqueles que vivem em áreas rurais.³

A Economia Ecológica nos lembra que a vida humana depende da natureza. Dessa forma, não considera a natureza como recurso, mas como um bem. É da natureza que vem nossos alimentos, nossa água, minério, madeira, tudo que necessitamos para construir nossas casas e abrigos, e é para ela que voltam nossos corpos quando a vida em nós deixa de existir. Somos ecodependentes (NOBRE & MORENO, 2020).

No Brasil temos a maior reserva de água potável do mundo, o Aquífero Guarani⁴. Com a escassez cada vez maior desse recurso natural, o grande capital vem buscando o acesso privado à propriedade e distribuição da água no mundo. E nesse sentido há um seguimento da colonialidade, uma vez que é no norte global onde se situam as empresas que buscam explorar os recursos naturais do sul global.

A busca pela concessão dos recursos hídricos no Brasil não é novidade (MELLO, 2005). Porém, com a retomada do neoliberalismo no governo de Jair Bolsonaro os antigos entraves estão se desfazendo. Um novo marco regulatório⁵ que aguarda sanção presidencial permite que empresas públicas entrem em concorrência com empresas privadas para a administração das redes de água, esgoto e saneamento. A aprovação deve levar ao aumento da tarifa para áreas mais pobres, pois prevê o fim do chamado subsídio cruzado, ou seja, o lucro em área populosa custeia o prejuízo em municípios menores.

A educação é outra área onde a privatização acontece por diversos caminhos. Há anos empresas privadas e o terceiro setor ligado a grandes empresários estão

3Site da Marcha Mundial das Mulheres, "Bem Comum e Serviços Públicos". Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/bem-comum-e-servicos-publicos/>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2021.

4Disponível em: <<https://www.cpt.com.br/cursos-meioambiente/artigos/aquifero-guarani-maior-reserva-de-agua-doce-do-planeta#:~:text=No%20Brasil%2C%20um%20dos%20aqu%C3%ADferos,em%20torno%20de%201.800%20m.>>>. Acesso em 07 de julho de 2020.

5Site da Câmara dos Deputados Federais do Brasil, "Oposição crítica aprovação de novo marco do saneamento básico pelo Senado". Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/671525-oposicao-critica-aprovacao-de-novo-marco-do-saneamento-basico-pelo-senado/>> . Acesso em 29 de julho de 2020.

dentro das escolas públicas. No site do Instituto Ayrton Senna está explicitado a forma como operam junto às secretarias de educação:

De modo colaborativo, o Instituto apoia equipes de secretaria na elaboração de propostas curriculares, de formação, acompanhamento e avaliação voltadas à educação integral. Essas propostas são validadas e aprimoradas em escolas de tempo integral ou parcial, onde educadores e estudantes se tornam coautores das soluções desenvolvidas.⁶

O instituto fornece conteúdos e materiais didáticos baseados na lógica do empreendedorismo e da meritocracia. Dessa forma, ao utilizar os materiais disponibilizados a lógica empresarial e privada adentra a educação pública, criando uma ideologia que naturaliza a privatização.

A MMM tem travado lutas em toda Abya Ayala na busca de frear as privatizações dos bens comuns e em defesa da vida. Nesse sentido denunciam:

El ritmo de la destrucción de nuestros bienes comunes ha sido cada vez más acelerado en Brasil, lo que pone la cuestión de la Amazonía en el centro de muchos debates, nacionales y internacionales. Nosotras, las mujeres, estamos atentas a eso hace mucho tiempo, por sermos las primeras afectadas por el avance del capital en nuestros territorios. Cuando llegan los emprendimientos de mineración y agronegocio, las mujeres son las primeras a tener la vida afectada por la pérdida de la tierra, que tenía la función de producción de alimentos para autoconsumo, para fines como la privatización del agua, y son las que ven aumentar la violencia y explotación sexual. Mucho nos preocupa el fortalecimiento de ese modelo que ha sido muy impulsado por la política del gobierno Bolsonaro, responsable por la reducción de fiscalización ambiental, la flexibilización de leyes que garantizaban la conservación, la quita de derechos de las comunidades y el incentivo a actos de violencia y destrucción por parte de latifundarios y dueños de empresas. Este año en Brasil, observamos un incremento de la violencia hacia comunidades, liderazgos y mismo agentes de órganos ambientales.⁷

Esse avanço do capital sobre territórios põe em risco não só a sobrevivência de povos e comunidades, como a soberania alimentar na região. Sefu Sanni⁸, militante da MMM no Quênia destaca a diferença entre soberania e segurança alimentar. Enquanto a primeira é a garantia de alimentação produzida pela população local, com seus produtos locais e respeitando a natureza, a segunda

6 Disponível em: <<https://www.institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/como-atuamos/educacao-integral-para-o-ensino-medio.html>>. Acesso em 27 de julho de 2020.

7Las feministas reivindican: mantengamos la Amazonía, expulsemos a Bolsonaro! Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/las-feministas-reivindican-mantengamos-la-amazonia-expulsemos-a-bolsonaro/>>. Acesso em: 8 janeiro de 2021.

8Disponível em: <<https://capiremov.org/experiencias/mulheres-construindo-soberania-alimentar-na-africa/>>. Acesso em: 8 janeiro de 2021.

baseia-se apenas na garantia de alimentação, muitas vezes com importação de alimentos ou de doações internacionais, no caso de grande parte da África. A militante destaca que o plantio e a colheita na África são trabalhos predominantemente femininos e que com a urbanização cada vez maior tem sido deixado para pessoas idosas, uma vez que os jovens cada vez mais tem buscado os grandes urbanos para viver e trabalhar. Realidade também enfrentada no Brasil (TROIAN et al, 2011).

A soberania alimentar é um direito dos povos! Lutar por soberania alimentar é lutar por terra e alimento saudável, por trabalho digno e pelo fim da exploração, do agronegócio e do latifúndio. As mulheres são as principais responsáveis pela produção e preparo de alimentos, e acumulam esses saberes há muito tempo. Lutar por soberania alimentar é, também, lutar pelo reconhecimento do trabalho das mulheres agricultoras e pela reorganização do trabalho doméstico, de cuidados e de preparo de alimentos (Arquivos Soberania alimentar, Capire, 2020).

Dessa forma, a luta por soberania territorial e alimentar é foco do movimento não só em Abya Ayala, mas também em África. A luta passa pela resistência ao agronegócio e a expropriação de terras. A manutenção e valorização das formas tradicionais de cultivo são fundamentais para a soberania alimentar na região. Contudo, no Brasil a luta contra a especulação imobiliária e remoção de comunidades tradicionais, assim como em África, é uma realidade cotidiana.

Figura 4 - Movimento em apoio às comunidades tradicionais do Rio Verde e Grajaúna



Fonte: Acervo da Marcha Mundial das Mulheres

Na imagem acima vemos a chamada feita no site do movimento em apoio às comunidades tradicionais caiçaras do Rio Verde e Grajaúna. Em julho de 2020 as comunidades estiveram sob ameaça de remoção, após um longo embate judicial.

Há registros de ocupação das terras por comunidades tradicionais que remontam cinco séculos⁹, mas que por conta da especulação imobiliária foram desconsiderados pela justiça. Ainda, nesse caso, vemos o entrelaçamento das lutas propostas nos eixos da MMM, uma vez que tal fato se liga também à paz e desmilitarização, por ser o Estado um agente que no lugar de apoiar as comunidades, está ao lado do grande capital. Liga-se também à autonomia econômica das mulheres, pois sabemos que muitas ribeirinhas são chefes de família.

Quando perguntada sobre a importância desse tema para si e para a MMM, a militante do Brasil, Carolina, responde da seguinte forma:

Eles devem ser preservados, ainda mais sob todos os ataques que estamos sofrendo com os governos neoliberais estaduais e federal. Contudo, com a visão feminista da MMM precisamos avançar em muitas pautas para além destes ataques. Como citei antes, não conseguimos fazer encontros presenciais desde o início da 5ª Ação para debater, porém, tivemos um número considerável de marchantes participando dos webinários, lives e reuniões.

Para a mesma pergunta, Isabel, militante de Moçambique, observa:

Uma temática que nos tem levado a pensar a importância do Estado, dos serviços públicos e dos bens comuns. Em tempos de pandemia Covid fica bem patente o transtorno criado pela ausência de um serviço público de saúde que funcione e que sirva a maioria das pessoas.

Em 2020 destacamos algumas ações do movimento em relação à defesa dos bens comuns como públicos. Foi lançada uma nota em conjunto com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) repudiando uma propaganda publicitária do governo do Rio Grande do Sul. Na peça está em destaque uma mulher grávida, dando um sentido de futuro em relação à venda das empresas energéticas. Em nota o movimento se pronuncia:

⁹Site do Instituto Socioambiental, "Nota sobre os fatos ocorridos na comunidade Tradicional caiçara Rio Verde e Grajaúna", publicado em 12 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-vale-do-ribeira/nota-sobre-os-fatos-ocorridos-na-comunidade-tradicional-caicara-rio-verde-e-grajauna>. Acesso em 08 de janeiro de 2021.

sistemas de contabilidade nacional, para que sejam incorporadas estatísticas e análises baseadas em indicadores que considerem os territórios e o tempo das pessoas. A economia ecológica trabalhou com a proposta de indicadores relacionados à dimensão biogeofísica e, a partir da economia feminista, a organização do tempo foi colocada em evidência (ISLA et al, 2020. p.27).

Dessa forma, fica evidenciado a preocupação com a formação pedagógica das militantes. O curso visou instrumentalizar as militantes para os debates sobre o tema e serem multiplicadoras do tema nas formações feministas de seus núcleos estaduais e municipais.

Assim, vemos que mesmo em diferentes países e com realidades muito diferentes, há uma percepção coletiva sobre o tema. Rompem com a colonialidade do poder e do ser no sentido de reivindicarem a manutenção das formas de vida de povos que tem sua existência constituída por saberes e práticas locais. Reconhece a manutenção de bens comuns como públicos e não aceita o discurso modernizador do norte global. Resistem ao epistemicídio porque constroem o conhecimento a partir da relação teoria e prática, buscando referenciais entre mulheres subalternizadas, sem cair numa negação ingênua de toda e qualquer teoria vinda do norte global.

5.4 Paz e desmilitarização

Os conflitos podem ser tipificados de várias formas, étnicos, territoriais, dominação colonial e luta por independência, religiosos, entre outros. Contudo, em sua maioria são, na realidade, conflitos econômicos. Ou seja, o objetivo é o controle de recursos naturais, comercialização de armas e tecnologia de guerra. É o caso, por exemplo, da Palestina, onde a mídia apresenta como religioso um conflito que na verdade é a ocupação de território e recursos naturais pelo Estado de Israel.

O exército é a instituição que sustenta o Estado através do uso da força. Representa ideologicamente a expressão maior do patriarcado, uma vez que reforça a ideia de masculinidade, violência física, ausência de questionamentos e pensamento crítico, hierarquia rígida, associa homens às armas e mulheres à necessidade de proteção.

Em situação de guerra o corpo das mulheres é visto e entendido como território a ser violado, conquistado. Vale lembrar que chegou a ser entendido

historicamente como despojo de guerra. No Iraque, por exemplo, há estudos mostrando especificamente os casos de estupro como arma de guerra (RIAL, 2007).

O papel do Estado como um violador em situações de conflito não necessariamente acontece em situações de guerra. Basta questionar o poder vigente e o modelo neoliberal que constatamos a violência. Em 2019, as ruas do Chile foram tomadas por manifestações contra o neoliberalismo e o governo de Sebastian Piñera. O Instituto Nacional de Direitos Humanos do Chile recebeu quatrocentos e quarenta e duas denúncias de tortura e maus-tratos, sendo setenta e quatro de violência sexual contra as mulheres¹². Esse tipo de violência passa um recado para as mulheres que participam dos atos, o recado de qualquer uma pode ser a próxima vítima.

Na realidade, em todo mundo, as mulheres são as primeiras vítimas da ocupação colonial e da guerra. Elas enfrentam o assédio sistemático, o estupro político e a escravização, enquanto suportam o assassinato e a mutilação de pessoas que amam e a destruição de infraestruturas que, antes de mais nada, lhes permitiam prover a própria subsistência e a de sua família (ARRUZZA et al, 2019, p.91).

Federici (2019) demonstra, utilizando o caso de Moçambique, como a guerra e depois a ajuda humanitária podem servir para recolonizar um país. Em Moçambique a guerra recebeu apoio norte-americano através da Resistência Nacional de Moçambique (Renamo). A utilização das minas terrestres destruiu a capacidade produtiva das terras cultiváveis, tornando o país dependente de ajuda externa. A necessidade de aceitar ajuda humanitária impede que países nessa situação neguem a entrada da Ongs independente das intenções por detrás do recebimento e distribuição de alimentos e demais itens.

O uso da “ajuda alimentar” entregue às pessoas deslocadas e vítimas da fome para garantir o cumprimento das condicionalidades econômicas, criar dependência alimentar a longo prazo e boicotar a capacidade do país de controlar seu futuro econômico e político. Não devemos esquecer que a ajuda alimentar é um grande impulso para o agronegócio estadunidense, que ganha suas vezes: primeiro, porque se livra de seus enormes excedentes e, segundo, porque lucra com a dependência de alimentos importados dos países “ajudados”. (FEDERICI, 2019, p.176)

¹²Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/12/02/uma-zona-de-guerra-e-uma-zona-de-estupro-diz-pesquisadora-sobre-abusos-no-chile>> . Acesso em 11 de agosto de 2020.

Aqui relembremos a fala da militante da MMM Sanni¹³ sobre a importância e a dificuldade de se estabelecer soberania alimentar na maior parte da África, evidenciando mais uma vez o entrelaçamento dos eixos.

Em site internacional recém criado pela MMM, a compreensão de desmilitarização está posta da seguinte forma:

A desmilitarização é uma urgência política para muitos povos ao redor do mundo. Questionar o controle militar sobre povos e territórios é lutar pela paz, pela soberania popular e por um mundo sem violência, imperialismo, colonialismo, armamentismo e guerra. As vidas das pessoas não são descartáveis, e os corpos das mulheres não são campos de batalha!¹⁴

A MMM tem estado à frente na organização de solidariedade internacional às mulheres Saharauis O Saara Ocidental foi colônia espanhola até 1945. Desde lá, no lugar de soberania, tem vivido sob ocupação do Marrocos. O país vive dividido por um muro de 2.700 km de comprimento construído por Marrocos. Outra parte da população vive em território cedido pela Argélia. A resistência à ocupação é liderada pelas mulheres e em muito se prece com a luta pela Palestina Livre. Nas palavras da militante Saharaui da MMM, Najat Khaya:

A luta de toda mulher na África e em todo o mundo é a luta das mulheres saarauí. Acredito que veremos progresso quando percebermos que não importa nossa origem ou nacionalidade, pois uma coisa sempre precisaremos reivindicar como mulheres: a construção coletiva de um lugar bom para se viver. Então vamos trabalhar em conjunto por um mundo pacífico, igualitário e digno em que todas e todos merecemos viver.¹⁵

A luta e o apoio do movimento também acorrem em Abya Ayala. Um dos episódios onde a MMM demonstrou seu apoio e denunciou internacionalmente o golpe de Estado foi no caso da Bolívia que retirou do poder o presidente democraticamente eleito Evo Morales Ayma. Em nota se expressa o movimento:

Com dor e raiva dizemos que um novo golpe de Estado mancha o continente. Reconhecemos nele a reação do imperialismo e da oligarquia às vitórias do povo e do governo boliviano, em matéria econômica e no pagamento da dívida social e cultural através da diversidade dos povos bolivianos. A oligarquia nacional e as forças do imperialismo não estão

13Disponível em: <<https://capiremov.org/experiencias/mulheres-construindo-soberania-alimentar-na-africa/>>. Acesso em 08 de janeiro de 2021.

14Site Capire, “Desmilitarização”. Disponível em: <<https://capiremov.org/tag/desmilitarizacao/>>. Acesso em 08 de janeiro de 2021.

15Site Capire, “Sustentar a vida na última colônia da África”. Disponível em: <<https://capiremov.org/analises/sustentar-a-vida-na-ultima-colonia-da-africa/>>. Acesso em 08 de janeiro de 2021.

dispostas a permitir mais um governo do lado dos povos, nem um presidente que não serve os seus interesses nem se curva às ordens do imperialismo norte-americano.¹⁶

Dessa forma, fica expresso que há uma forma organizativa da MMM que é orientada pela urgência das lutas. São as mulheres entendidas como subalternas que ganham visibilidade na escolha dos apoios.

Nos questionários percebemos uma diferença maior entre a familiaridade com o tema, umas com respostas curtas, outras mais elaboradas¹⁷. Todas têm a percepção de que afeta a vida das mulheres, mas apenas duas ressaltam a questão racial e uma menciona uma crítica às nações Unidas.

As mulheres são as mais afetadas pelas guerras e pela militarização dos territórios com a violação de suas vidas, corpos, e sofrem todas as formas de abuso, opressão e dominação. (Analine, DF)

São as mulheres e crianças as mais atingidas pela cultura da guerra. Promover a paz e a desmilitarização para proteger nossas crianças e combater o genocídio do povo preto no Brasil, fortalecendo a organização nos nossos territórios. (Ana Naiara/RS)

Não acompanhei nenhum debate sobre esses assuntos, talvez tenha sido abordado de forma transversal. Mas, em outras atividades para além das da 5 Ação nós debatemos, formulamos e construímos junto aos territórios acerca de como a desmilitarização influencia na vida das mulheres, principalmente para as negras e periféricas que sofrem com esse projeto de extermínio da população pobre, periféricas e negra. (Carolina, RS)

A reflexão sobre a desmilitarização tem sido fundamental, desafiando o que as Nações Unidas defendem que é Paz e Segurança (Isabel Casimiro, Moçambique)

As mulheres são as maiores vítimas dos conflitos. (Denise, RS)

Entre as que responderam mencionando a questão racial, uma é branca e outra negra, o que indica que o tema é debatido no movimento como um todo e não

¹⁶Site Marcha Mundial das Mulheres, "Nem golpes às mulheres nem golpes de Estado! Mulheres solidárias com o povo da Bolívia!". Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/nem-golpes-as-mulheres-nem-golpes-de-estado-mulheres-solidarias-com-o-povo-da-bolivia/>>. Acesso em 08 de janeiro de 2021.

¹⁷Aqui cabe ressaltar que estamos comparando apenas a pergunta específica sobre paz e militarização, sendo que há casos em que a resposta é curta nesse tema, mas é longa em outras, como no tema da autonomia econômica onde a maioria respondeu de forma mais extensa e aprofundada.

apenas entre as militantes negras. A militante que menciona a ONU é Moçambicana, onde a presença das organizações internacionais são alvo de críticas profundas dos movimentos sociais populares. Cabe destacar mais uma vez que todas reconhecem que em espaços de conflito, mas mulheres são as mais atingidas.

Os conflitos bélicos são das faces cruéis da colonialidade. Seguem, pelo uso da força e desumanização do outro, ocupação de territórios, roubo recursos naturais. Utilizam o discurso salvacionista para intervir em países onde na verdade buscam se apropriar de bens comuns e/ou atender a interesses geopolíticos. Para isso tratam o povo desses locais como incapazes de gerir seu próprio país, de tomar suas próprias decisões. Agem como se a eles só restasse a tutela de um suposto salvador conhecedor da verdade. Estabelecem a necropolítica, entendida como:

Com isso, a necropolítica não se resume apenas a disseminação da morte como prática política, mas fundamentalmente como um processo de constituição da soberania do poder por meio da estruturação de espaços como subalternizados (colônias) em que se exerce o poder sem lei [...] e que se fundamenta racionalmente pela mobilização da categoria raça como um dispositivo científico racional (DE OLIVEIRA, 218, p. 11).

Dessa forma, movimentos sociais que constroem resistência a esses processos são fundamentais. Além disso, como no caso da MMM, além de ser espaço de voz desses povos, consolida solidariedade internacional entre suas militantes e com outros movimentos. Solidariedade essa que não está apenas nas subalternas, mas em mulheres dos países do norte global que priorizam a solidariedade internacional e usam seus privilégios de raça, de localização geográfica, e de acesso a meio de comunicação para auxiliar as lutas das subalternas.

Além disso constrói uma pedagogia voltada para a não violência. Não num sentido pacifista onde as sujeitas e os sujeitos oprimidos aceitam pacificamente sua opressão, mas onde a violência, se já física, seja pela perda de seus bens comuns, perda de suas terras e tantas outras formas de violência são motores para construção de resistências. Essas resistências, construídas com redes de solidariedade internacional não impedem, nem invalidam que, em determinados casos, haja, por parte dos povos oprimidos o uso da força. Um exemplo é resistência das mulheres curdas que formaram um exército para lutar contra o ISIS.

Destacamos um encontro realizado pela MMM em 2019 com a presença de lideranças de mulheres entre elas mulheres curdas. Abaixo trecho da fala da

represente curda sobre a experiência da revolução Rojava, que é como está sendo o chamado o processo de organização dos territórios que foram libertados pelo exército de mulheres curdas:

Resistências nos territórios: acúmulos, lições e desafios: Partindo de experiências concretas de poder popular com base nos territórios e na integração dos povos, esse momento buscará refletir sobre formas contra-hegemônicas de gestionar e organizar a sociedade inscritas em processos de resistência, como é o exemplo das mulheres curdas (Rojava), de Honduras e comunidades no Quênia. Nesse momento, a intenção é debater a perspectiva dos comuns, reforma ou revolução, transições. Com Alessia Dro, Sophie Ayoo Ogutu, Osawa Binesh Albert.¹⁸

Portanto, a pedagogia feminista decolonial da MMM, ao tratar da paz e da desmilitarização, respeita as formas de lutas locais. Compreende que o fim de todas as formas de violência é o horizonte que buscam, mas reconhecem que para muitos povos, o uso da força bélica ainda é a única opção. Ressaltamos que no site¹⁹ do movimento e nas formações feministas, o apoio a luta do povo curdo se faz presente. Logo faz parte da pedagogia feminista da MMM.

5.5 Fim da violência contra as mulheres

Existe um paradoxo em relação à violência contra as mulheres. Toda mulher em algum momento da vida sofreu algum tipo de violência, mesmo que não física, mais “sutil”, como um comentário de cunho sexual na rua, ou uma passada de mão durante uma festa. Mas não conhecemos homens que admitam ter cometido qualquer tipo de violência. Isso evidencia que não existe um tipo único de agressor. Mesmo o mais cordial dos homens possivelmente já cometeu violência contra uma mulher. Os agressores são nossos pais, filhos, irmãos, amigos, companheiros de partido, de organização sindical. Quando pensamos no agressor raramente consideramos que os homens que amamos estejam entre eles. É preciso desmistificar o estereótipo do agressor como um homem bruto, que apresenta traços aparentes do comportamento violento.

¹⁸Fundação Perseu Abramo, "Seminário internacional discute feminismo e neoliberalismo", publicado em 12 de junho de 2019. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2019/06/12/seminario-em-sp-discute-feminismo-e-neoliberalismo/>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2021.

¹⁹Site de Marcha Mundial das Mulheres. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/seminario-internacional-da-mmm-segure-com-discussao-sobre-resistencias-nos-territorios/>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

A violência contra as mulheres é fruto do patriarcado, do capitalismo, de processos coloniais. Não se apresenta apenas na forma física, mas psicológica, patrimonial, moral e sexual. Pode ser um empurrão, pode ser desconsiderar a fala, os saberes de uma mulher, pode ser o controle de suas finanças, pode ser a difamação pela utilização de meios digitais ou em seu círculo de relações ou a obrigando a atos de cunho sexual contra sua vontade.

Muitas vezes a violência é tão enraizada na sociedade que sua percepção é dificultada. Um exemplo é o sexo forçado no casamento, raramente visto como estupro, tanto pelo agressor, como pela vítima. É comum que mulheres, mesmo no meio acadêmico ou de militância social, tenham suas falas interrompidas ou que um homem a tente explicar algo sobre o qual ela possui um domínio muito maior do que ele.

As diferenças de classe e raça também interferem na violência. Mulheres negras e pobres têm mais dificuldade de sair de relações de violência por conta das abismais desigualdades econômicas e raciais existentes na maior parte do mundo. Fatores culturais também interferem, como a circuncisão feminina ainda realizada em vários países de forma legal ou ilegal. Em outras culturas a violência se expressa na hiperssexualização da mulher, em outras pela privação da autonomia sobre seu próprio corpo. O comum a todas elas é que reforçam a dominação masculina, seja onde for. Algo que deve ser ressaltado é que em todos os outros eixos do quais tratamos anteriormente a violência contra a mulher está de alguma forma expressa.

A MMM tem como um dos seus eixos centrais o enfrentamento à violência contra as mulheres, entendida pelo movimento dessa forma:

A violência contra as mulheres é estrutural e é inerente aos sistemas patriarcal e capitalista. É usada como uma ferramenta de controle da vida, corpo e sexualidade das mulheres por homens, grupos de homens, instituições patriarcais e Estados. Apesar de afetar às mulheres como grupo social, cada violência tem um contexto específico e temos que compreender como, quando e por que ocorre a violência contra as mulheres. (Fim da Violência contra as Mulheres. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/fim-da-violencia-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 8 jan. 2021.)

Como forma de combate à violência contra as mulheres, a MMM ressalta que é necessário ir além de ações punitivas:

Sabemos que as medidas punitivas são necessárias, mas insuficientes para erradicar a violência. Nos países onde as leis existem, é difícil que cheguem

às mulheres que não pertencem à classe média, urbana e branca. Temos que exigir que nossos Estados se tornem responsáveis, demandar políticas públicas para as vítimas de violência, para as mulheres e crianças traficadas, para os grupos minoritários, para as mulheres rurais, negras, migrantes e indígenas. Mas, além disso, são necessárias ações que busquem prevenir e que coíbam os atos de violência antes que ocorram. (Fim da Violência contra as Mulheres.²⁰)

A Marcha Mundial das Mulheres trabalha com o conceito de violência sexista, ou seja, a violência à qual estão submetidas as mulheres, que está marcada pelo fato de serem mulheres e só por um homem podem ser realizadas. Uma mulher adulta não pode oprimir um homem, ainda que possa, eventualmente, ser violenta com ele, diferente da violência cometida pelos homens contra as mulheres, onde o fato de ser mulher a legitima.

A violência sexista é aquela que a mulher sofre pelo fato de ser mulher e é exercida pelos homens. O feminismo conceitua a violência como toda vez que as mulheres são consideradas coisas, objetos de posse e poder dos homens e, portanto, inferiores e descartáveis. Um homem que na rua nos dirige gracejos e cantadas quando nem olhou, mas só pelo fato de sermos mulheres, tem mesma motivação dos que cometem estupros. Ou seja, nós estamos ali e eles podem dispor de nosso corpo como um objeto. A violência sexista tem suas bases na existência de relações desiguais entre homens e mulheres. São sustentadas pela construção social do ser mulher como gênero feminino inferior ao ser homem como gênero masculino. Como decorrência dessas relações desiguais de gênero, todas as mulheres estão sujeitas a esse tipo de violência, que é sempre praticada pelos homens, e, por isso, chamamos de violência sexista. (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2006)

Essas violências encontram-se para além da violação do corpo, pois estão no fato de serem mulheres. Portanto, precarização do trabalho feminino, mercantilização do corpo e da vida, e tantos outros fenômenos que ocorrem, são ou têm viés de violência sexista.

A expressão máxima da violência sexista é o feminicídio, ou seja, assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres, quando a morte decorre ou está ligada diretamente ao sexo da vítima e esse é o feminino, sendo o executor do sexo masculino. Em sua imensa maioria é um crime cometido por um homem próximo, como marido, companheiro, filho, namorado, pai. Mas pode ser realizado por um desconhecido, como os casos de assassinatos de mulheres na Cidade de Juarez,

²⁰Site Marcha Mundial das Mulheres, Fim da violência contra as mulheres". Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/fim-da-violencia-contra-as-mulheres/>>. Acesso em 08 janeiro de 2021.

no México, famosa mundialmente pelo alto grau de violência contra mulheres²¹, em especial as trabalhadoras que, cotidianamente, são estupradas e mortas a caminho do trabalho.

O movimento também denunciou o aumento dos casos de violência doméstica durante a Pandemia do COVID-19 iniciada em 2020. O isolamento aumentou o tempo em casa dos agressores, a perda de renda de muitas famílias se transformou em violência física para muitas mulheres²².

Entretanto, este eixo, o da violência, vai para além das citadas e tipificadas em legislações como a Femicídio ou Maria da Penha. Os três eixos anteriores tratam de formas de violência contra as mulheres. As violações vão para além da relação direta entre um homem agressor e uma mulher agredida, mas passa pela falta de políticas públicas, remoção de comunidades tradicionais para atender ao interesse das empresas transnacionais, passa pela falta de apoio a economia popular e solidária que facilitam o acesso das mulheres a autonomia econômica. Passa pelo papel do Estado.

Diante disso, a MMM fez ações virtuais, devido à impossibilidade de ações de rua, chamando a hashtag #ForaBolsonaro²³. O caráter reacionário do atual governo, a abolição de importantes políticas públicas para as mulheres, o caráter familista que tomaram as ações do agora Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos foram denunciadas pelo movimento desde a posse presidencial em 2019. Falaremos mais sobre esse assunto no capítulo sobre o lançamento da 5ª Ação Internacional.

No tema da violência, militantes que foram sucintas no tema da paz e desmilitarização, teceram comentários bem mais profundos,

Na marcha aprendi que a violência de gênero é estruturante na sociedade, infelizmente, a violência é presente em todos os níveis e em todas as camadas sociais. A violência contra as mulheres é uma chaga e

²¹Maiores informações: <http://www.plazapublica.com.gt/content/las-muertas-de-juarez>. Acesso em 28 de abril de 2019.

²²Blog da Marcha Mundial das Mulheres, "14 anos da Lei Maria da Penha! Onde estão os direitos das mulheres?", publicado em 07 de agosto de 2020. Disponível em: <<http://mmm-rs.blogspot.com/2020/08/14-anos-da-lei-maria-da-penha-onde.html>>. Acesso em 08 de janeiro de 2021.

²³Site Marcha Mundial das Mulheres, "Las Feministas Reivindican: Mantengamos la Amazonía, Expulsemos a Bolsonaro!", publicado em 12 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/las-feministas-reivindican-mantengamos-la-amazonia-expulsemos-a-bolsonaro/>>. Acesso em 08 de janeiro de 2021.

se apresenta nas relações de trabalho, nas relações sociais, na militância política, nas relações de afeto. (Denise/RS)

A violência não é somente a física, ela é patrimonial, psicológica, sexual, moral por isso é tão difícil combatê-la muitas mulheres nem tem ideia de que são vítimas de violência porque a sociedade machista e patriarcal relativiza a violência dos homens e da sociedade como provas de amor, cuidado e as vezes até elogios. (Denise/RS)

Outro motivo que torna este tema difícil de combater e exterminar é que geralmente é praticada por pessoas muito próximas (parentes, vizinhos maridos, namorados/as) e com relações de afeto, amor, parentesco e amizade. A violência maltrata, machuca e adocece as mulheres e núcleos familiares, principalmente os filhos as que têm tendência a reproduzir as posturas machistas e violentas nas suas relações (Denise/RS).

Outras militantes centram suas respostas nas ações realizadas para combater a violência contra as mulheres

Aqui no DF nos juntamos a outros movimentos para denunciar as violências e debater sobre o assunto em audiências e manifestações públicas. (Rosângela/DF)

Campanhas e diálogos junto a entes públicos como CRM e Ministério Público (Débora/RS)

O Fórum Mulher que hospeda a MMM em Moçambique coordenou uma comissão que elaborou a proposta de Lei contra a Violência Contra as Mulheres. Eu integrei esta comissão (Isabel, Moçambique)

Contudo, percebe-se que no caso da violência há um engajamento local das militantes, não apenas o entendimento do tema a poio a ações no nível nacional e internacional do movimento. Fica expressa a preocupação com políticas públicas demandadas pelas mulheres, em consonância com o que é colocado nos textos do movimento.

Segato (2019) argumenta que no processo de colonização os homens que antes tinham já algum nível de dominação sobre as mulheres, aprenderão com os colonizadores a potencializar essas relações hierárquicas. Nas sociedades contemporâneas o patriarcado está aliançado com a colonialidade e o capitalismo.

Também parte deste panorama da captação do gênero pré-intrusão pelo gênero moderno é o sequestro de toda política, ou seja, de toda deliberação sobre o bem comum, por parte da nascente esfera pública republicana em

expansão, e a conseqüente privatização do espaço doméstico, sua “outrificação”, marginalização e expropriação de tudo o que nela era político. Os vínculos exclusivos entre as mulheres, que orientavam para a reciprocidade e a colaboração solidária, tanto nos rituais como nas tarefas produtivas e reprodutivas, veem-se dilacerados no processo do encapsulamento da domesticidade como “vida privada”. Isto significa, para o espaço doméstico e quem o habita, nada mais e nada menos que um desmoronamento de seu valor e sua munção política, ou seja, de sua capacidade de participação em decisões que afetam à coletividade toda. As conseqüências desta ruptura dos vínculos entre as mulheres e do fim das alianças políticas que eles permitem e propiciam para a frente feminina foram literalmente fatais para sua segurança, pois tornaram-nas progressivamente mais vulneráveis à violência masculina, por sua vez, potencializada pelo estresse causado pela pressão exercida sobre os homens no mundo exterior (SEGATO, 2019, p. 121).

Figura 5 - Print sobre relacionamentos abusivos [01]



Fonte: Marcha Mundial das Mulher no Instagram



Fonte:Marcha Mundial das Mulheres no Instagram

O movimento em suas redes sociais produziu uma série de cards alertando para diversas formas de violência para a data que no Brasil se comemora o dia dos namorados. Os textos que acompanham as imagens rompem com a ideia de amor romântico disseminado pela sociedade patriarcal onde o controle sobre a vida da mulher é visto como cuidado. Também busca desconstruir a ideia de que existe uma forma de ser e se portar que é desejável para uma mulher.

Figura 7 - Print sobre o Dia do Orgulho LGBTQ+ e Luta AntiCapacitista



Fonte: Marcha Mundial as Mulheres no Instagram

No card acima, também disseminado nas redes sociais do movimento durante o Dia do Orgulho LGBTQ, ressalta que além de reconhecer todas as configurações amorosas. No texto coloca que a luta pelo reconhecimento dos relacionamentos fora do padrão de heterossexualidade compulsória estão nas pautas populares e anticapitalistas. É necessário lembrar que na maior parte do mundo, mas em especial, no Brasil, há um crescimento do conservadorismo e de violência contra a população LGBTQ²⁴.

Cabe ressaltar que na dissertação da autora, sobre o educativo do movimento, o tema da sexualidade, em especial da lesbianidade aparece como umas das contradições enfrentadas pela MMM durante a 3º Ação Internacional.

Entretanto, a reunião de tantas mulheres com histórias de vida diversas não se deu sem conflitos. Uma das dificuldades se apresentou na relação das militantes héteros com as lésbicas e bissexuais. No segundo dia, algumas mulheres solicitaram que as lésbicas não usassem o mesmo banheiro que marchantes heterossexuais. O entendimento era de que lésbicas não eram mulheres, ou não poderiam ocupar o mesmo lugar de mulheres que se consideravam heterossexuais. Sobre esse tema específico realizei uma entrevista com Cinthia Abreu, militante da MMM de São Paulo para compreender a forma como o Movimento tratou da

²⁴Revista Catacrá Livre, "Pesquisa comprova aumento de violência com LGBTQs desde a eleição", publicado em 20 de março de 2019. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/pesquisa-comprova-aumento-de-violencia-com-lgbts-desde-a-eleicao/>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

questão. Diante do ocorrido, reuniram-se lésbicas e bissexuais que formaram uma comissão e foram buscar auxílio na coordenação da MMM. A orientação foi de que cada coordenação estadual, ou seja, a coordenação das responsáveis pelos ônibus dos estados, conversassem com suas companheiras para que o tema fosse tratado. (GIL, 2015. p.66)

Portanto, argumentamos que a MMM rompe com a colonialidade de gênero quando se luta contra a violência contra as mulheres e pessoas homo e bissexuais numa perspectiva anticolonial e antipatriarcal. Permite que as mulheres e LGBT sejam sujeitas coletivas de sua própria libertação. Também demonstra que o movimento lida com suas contradições, educando as militantes através do diálogo. No capítulo seguinte discutiremos as ações do movimento dentro da 5ª ação internacional, onde o tema da violência será novamente discutido.

Até aqui discutimos e analisamos os quatro campos de ação, autonomia econômica das mulheres, bens comuns e serviços públicos, paz e desmilitarização e fim da violência contra as mulheres. Acreditamos ter identificado as dimensões decoloniais da MMM a partir de seus quatro eixos de ação através das práticas pedagógicas do movimento em relação a cada uma delas. Também acreditamos ter conseguido caracterizá-los e historicizá-los a partir dos materiais digitais e textos produzidos ao mesmo tempo, alcançando, assim, os objetivos propostos inicialmente.

Seguiremos tratando deles dentro da dinâmica da 5ª Ação Internacional, sempre que essas relações se estabelecerem.

6 DECOLONIALIDADE PEDAGÓGICA NA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES: 5ª AÇÃO INTERNACIONAL

Em 2020 a MMM realizou sua 5ª Ação Internacional, de 8 de março a 17 outubro. O tema central de luta é o avanço das transnacionais sobre a vida das mulheres. Para tanto, uma série de materiais foram produzidos, cursos de formação, ações virtuais, webnários. No planejamento inicial haveria um encontro internacional em maio na cidade de Mossoró, em Rio Grande do Norte. Contudo, diante da pandemia de Covid-19 o evento precisou ser cancelado. Diante disso as ações ocorreram em sua maioria de forma virtual.

No manifesto de lançamento da 5ª Ação Internacional, o movimento afirma:

Em 2020, a Marcha Mundial das Mulheres realiza sua 5ª Ação Internacional, com o lema “Resistimos para viver, marchamos para transformar”. Com esta Ação, seguimos avançando na construção de um movimento permanente de luta feminista, anticapitalista e antirracista. A 5ª Ação resiste à ofensiva do capital contra a vida, ao ascenso do conservadorismo e do autoritarismo em diferentes partes do mundo. Marchamos com nossas propostas e ações concretas, por uma sociedade baseada na igualdade, na justiça, na liberdade, na paz e na solidariedade.²⁵

Com sede em Moçambique o comitê internacional do movimento permite que o feminismo construído pela MMM não se limite às pautas das mulheres brancas do norte global. Lutar contra o avanço das transnacionais sobre os territórios é lutar contra as novas formas de colonização impostas pelo neoliberalismo.

O calendário de ações foi proposto da seguinte forma: 8 de março o lançamento da ação internacional, 30 de março dia da terra palestina e 17 de outubro encerramento da Ação Internacional. Discutiremos cada uma a seguir, conjuntamente com a luta contra as mineradoras transnacionais que não estavam como uma ação específica dentro do calendário, mas mereceu uma atenção central durante o ano de 2020. Também faremos um breve relato das ações que antecederam a 5ª ação.

²⁵Folheto da 5ª Ação Internacional de 2020. Disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Folheto-Acao-Internacional-2020_Encarte_PT.pdf>. Acesso 07 de setembro de 2020.

6.1 Ações Internacionais

Em 2000, aconteceu a primeira ação internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), que contou com a presença de 5.000 grupos de 159 países e territórios. O lema dessa ação foi *“2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”*. Ao final, foi entregue à Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, nos Estados Unidos, um documento com dezessete pontos de reivindicação, apoiado por cinco milhões de assinaturas.

Em 2005 aconteceu a segunda ação internacional; nela milhares de mulheres foram às ruas. Nessa ocasião, foi construída a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, da qual citamos um trecho:

A Marcha Mundial das Mulheres, da qual fazemos parte, identifica o patriarcado como o sistema de opressão das mulheres e o capitalismo como o sistema de exploração de uma imensa maioria de mulheres e homens por uma minoria. Estes sistemas reforçam-se mutuamente. Eles se fundamentam e se articulam com o racismo, o sexismo, a misoginia, a xenofobia, a homofobia, o colonialismo, o imperialismo, a escravatura e o trabalho forçado. Eles legitimam os fundamentalismos e os integristas que impedem as mulheres e os homens de serem livres. Eles geram a pobreza e a exclusão, violam os direitos dos seres humanos, em particular os das mulheres, e colocam a humanidade e o planeta em perigo. Nós rejeitamos este mundo!²⁶

A terceira ação internacional ocorreu em 2010, com marchas e mobilizações em cinquenta países. O ato final dessa ação aconteceu na República Democrática do Congo. Segundo o site oficial do Movimento, no Brasil:

Em 2010, a Marcha Mundial das Mulheres realizou sua terceira ação internacional, nos períodos de 8 a 18 de março, e de 7 a 17 de outubro, com mobilizações de diferentes formatos em vários países do mundo. O primeiro período marcou o centenário do Dia Internacional das Mulheres com diversas marchas. O segundo teve ações simultâneas, com um ponto de encontro em Kivu do Sul, na República Democrática do Congo, expressando a solidariedade internacional entre as mulheres, enfatizando seu papel protagonista na solução de conflitos armados e na reconstrução das relações sociais em suas comunidades, em busca da paz. Com o tema *“Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”*, a 3ª Ação Internacional se baseou nos quatro campos de atuação sobre os quais a Marcha Mundial das Mulheres tem se debruçado. Os pontos são: Bem comum e Serviços Públicos, Paz e desmilitarização, Autonomia econômica e Violência contra as mulheres. Cada um desses eixos se desdobra em

²⁶Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, Adoptado no V Encontro Internacional da Marcha Mundial de Mulheres, Ruanda, 10 de Dezembro de 2004. Disponível em: <<http://cartamundialdasmulheres.blogspot.com.br/>>. Acesso em 10 maio de 2019.

reivindicações que apontam para a construção de outra realidade para as mulheres em nível mundial²⁷.

No Brasil, três mil mulheres rurais, urbanas, indígenas, negras, brancas, jovens, adultas, idosas, lésbicas, bissexuais e heterossexuais, de todas as regiões do país, marcharam, entre a cidade de São Paulo e Campinas/SP.

No ano de 2015 ocorreu a quarta ação internacional, segundo o site do movimento o objetivo desta seria:

Enraizar a MMM e fortalecer as regiões são alguns dos objetivos da próxima ação internacional, que está em construção. A proposta é fortalecer a defesa dos “territórios das mulheres”, que são compostos por seu corpo, pelo lugar onde vivem, trabalham e desenvolvem suas lutas, suas relações comunitárias, sua história. Durante a ação será construído um mapa das resistências das mulheres, e outro com as alternativas feministas²⁸.

Foi realizada entre os dias 8 de março e 17 de outubro. Diferente de outros momentos em que as mulheres de todos os estados se reuniram em uma ação comum, na ação de 2015 o processo se deu em nível local. As ações foram descentralizadas visibilizando as lutas que mulheres realizam em seus territórios.

A 4ª Ação está fortemente marcada pela luta contra empresas transnacionais, que se utilizam do corpo das mulheres, na prostituição da sua força de trabalho, no trabalho precário, que invadem territórios, forçando milhares de trabalhadoras/es a migrarem de seus lugares de origem, além de secar os rios que alimentam as comunidades etc.

Foi então em Varzelândia, Minas Gerais, que no dia 19 de abril de 2015 as mulheres da MMM de 31 municípios organizaram a marcha; durante o percurso, uma série de denúncias eram realizadas. Em frente ao Banco do Brasil, denunciaram as dificuldades do acesso ao crédito para agricultoras, em frente à delegacia denunciaram o mau atendimento às mulheres vítimas de violência. A relação entre a crise hídrica e o setor de mineração, que vem impactando negativamente na vida das mulheres, também não foi esquecida:

Outra pauta importante, abordada pelas mulheres, foi o projeto de mineração colocado em prática na região, o qual tem avançado cada vez mais sobre os territórios, causando impacto sobre o trabalho das mulheres e

²⁷Blog das Marcha Mundial das Mulheres, “MMM: O que é a Marcha Mundial das Mulheres”. Disponível em: <<http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2021.

²⁸Site Marcha Mundial das Mulheres, “Ações internacionais”. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/acoes-internacionais/>> Acesso em 15 maio de 2019.

umentando a prostituição e a violência sexista. A mineração é uma das principais causadoras da crise hídrica e por isso as mulheres gritaram que “não aguentam tanta humilhação, não tem água pra beber, mas tem pra mineração”²⁹.

No Rio Grande do Sul foi intenso o processo organizativo para a realização de uma ação com duração de três dias, 26, 27 e 28 de setembro, em Santana do Livramento. A escolha do local deveu-se ao fato de a cidade fazer uma larga fronteira com o Uruguai e estar a menos de 700 km da fronteira com a Argentina. Dessa forma, permitiu a ação com a participação de mulheres dos três países – Brasil, Uruguai e Argentina. Uma das especificidades desse local é que, pelo fato de ser uma fronteira, muitos agressores a atravessam no intuito de fugir³⁰ da Lei Maria da Penha, que pune a violência contra a mulher, bem como tipifica o feminicídio.

O eixo prioritário para a quarta Ação, no RS, foi o corpo, entendido como território de cada mulher, tendo o debate centrado na descriminalização e legalização do aborto. Nesse sentido, a participação das mulheres dos Movimentos Sociais Populares uruguaios foi de grande contribuição, já que, no Uruguai, o aborto³¹ é legal desde 2013 e, desde então, não mais se registraram mortes de mulheres em decorrência do procedimento clínico para isso.

É importante destacar que a Marcha Mundial das Mulheres é um Movimento que se diferencia dos movimentos tradicionais pela sua composição com diversos outros movimentos, servindo como um elo entre eles, como, por exemplo, a Rede Latino-Americana de Mulheres Transformando a Economia (REMTE). No Brasil, a MMM é composta por organizações como Sempre Viva Organização Feminista (SOF), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sindicato dos Petroleiros (Sindpetro), entre outros. O Brasil abrigou o Secretariado Internacional da MMM até 2013, quando esse passou a ser sediado em Moçambique, no sudeste da África.

Pela sua forma de organização e construção de alianças, rompendo com as lógicas hegemônicas de feminismo e entrelaçando os marcadores de raça, sexo,

²⁹Site Marcha Mundial das Mulheres, “Mulheres marcham nas ruas de Varzelândia”. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/mulheres-marcham-nas-ruas-de-varzelandia/>>. Acesso em 02 de junho de 2019.

³⁰Site CUT Brasil, “Dia Internacional das Mulheres: CUT-SP abre a semana de mobilizações e debate a desigualdade salarial entre homens e mulheres”, publicado em 03 Março de 2009. Disponível em: <<http://cut.org.br/noticias/dia-internacional-da-mulher-c41f/>>. Acesso em 03 de junho de 2019.

³¹Revista Fórum, “Após legalização, desistência de abortos cresce 30% no Uruguai”, publicado em 30 maio de 2015. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/noticias/apos-legalizacao-desistencia-de-abortos-cresce-30-no-uruguai/>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2021.

gênero e classe, podemos acrescentar a interculturalidade como uma das marcas do movimento, essa entendida como:

Por eso mismo, la interculturalidad debe ser entendida como designio y propuesta de sociedad, como proyecto político, social, epistémico y ético dirigido a la transformación estructural y socio-histórica, y asentado en la construcción entre todos de condiciones – de saber, ser, poder y de la vida misma –, de sociedad, Estado y país radicalmente distintos. Pero también debe ser entendida como herramienta de accionar; es decir, el interculturalizar como acción deliberada, constante, continua y hasta insurgente, entrelazada y encaminada con la del decolonizar (WALSH, 2012, p.73).

A quinta Ação Internacional foi realizada em 2020. Dessa vez, a MMM trouxe a consigna “Resistimos para viver, marchamos para transformar.” Em vídeo gravado³² logo após a reunião do comitê internacional da MMM, Miriam Nobre explica que a quinta ação teria como objetivo denunciar a perda de direitos e os ataques aos trabalhadores, o avanço da ofensiva conservadora sobre a vida das mulheres, o *acaparamento*³³ de territórios. Segundo ela, o movimento identifica o papel das empresas transnacionais nesse processo e ressalta que elas cooptam os movimentos sociais e constroem um feminismo de mercado e neoliberal. Ao mesmo tempo, o movimento reafirma seu compromisso com o socialismo e ressalta as iniciativas dos territórios que trabalham com agroecologia e economia solidária, com base na solidariedade entre os povos.

Por feminismo liberal, entende-se:

A grande mídia continua a equiparar o feminismo, em si, com o feminismo liberal. Longe de oferecer uma solução, contudo, o feminismo liberal é parte do problema. Centrado no Norte Global, entre a camada gerencial-profissional, ele está voltado para a “imposição” e a “quebra do telhado de vidro”. Dedicado a permitir que um pequeno número de mulheres privilegiadas escale a hierarquia corporativa e os escalões das Forças Armadas, esse feminismo propõe uma visão de igualdade baseada no mercado, que se harmoniza perfeitamente com o entusiasmo corporativo vigente pela “diversidade”. Embora condene a “discriminação” e defenda a “liberdade de escolha”, o feminismo liberal se recusa firmemente a tratar as restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres. Seu verdadeiro objetivo não é igualdade, mas meritocracia. Em vez de buscar abolir a hierarquia social, visa diversificá-la, “empoderando” mulheres “talentosas” para ascender ao topo. Ao tratar mulheres como grupo “sub-representado”, suas proponentes buscam garantir que algumas poucas almas privilegiadas

³²Rumo à 5ª Ação Internacional da Marcha. Vídeo disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=362185684395705>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2021.

³³Acaparar significa: fazer ou ter monopólio de; açambarcar, abarcar, monopolizar (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa).

alcancem cargos e salários iguais as dos homens de sua própria classe. Por definição, as principais beneficiárias são aquelas que já contam com consideráveis vantagens sociais, culturais e econômicas. Todas as demais permanecem presas no porão (ARRUZZA et al, 2019, p.37).

Dessa forma, o feminismo da MMM se contrapõe ao feminismo liberal. Não basta ser mulher, uma vez que algumas assumirão apenas a busca pela igualdade dentro de sua classe, o que, na verdade, é um grande engano, pois mesmo que obtenham igualdade jurídica e econômica, ainda assim sofrerão com outras opressões patriarcais, como a objetificação de seus corpos, a imposição de padrões de beleza e seguirão vulneráveis a violências físicas.

A partir desse momento vamos analisar as ações realizadas durante a 5ª ação internacional.

6.2. Lançamento da 5ª Ação Internacional

No Brasil o lançamento da 5ª Ação Internacional teve como foco a luta contra o governo de Jair Bolsonaro. O atual presidente foi eleito em 2018 em uma campanha apoiada em notícias falsas disseminadas através das redes sociais. Há tantas suspeitas que, inclusive, está em andamento uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as diversas denúncias de crimes digitais ocorridos durante a campanha eleitoral e que se seguiram após as eleições³⁴.

O governo eleito tomou uma série de medidas que aprofundaram as mazelas e violências já vivida pelas mulheres. Uma das primeiras foi a extinção Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, órgão que possuía status de ministério e criou o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), liderado por uma pastora evangélica chamada Damares Alves. Sob seu comando encerrou-se a construção das Casas da Mulher Brasileira que atendia de forma rápida e integral mulheres vítimas de violência³⁵.

34Site do Senado Federal Brasileiro, "CPMI - Fake News: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito". Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?0&codcol=2292>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2021.

35Site da Pública: Agência de Jornalismo Investigativo, "Após sete meses, Damares não gastou um centavo com a Casa da Mulher Brasileira", publicado em 16 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/08/apos-sete-meses-damares-nao-gastou-um-centavo-com-a-casa-da-mulher-brasileira/>>. Acesso em 17 de setembro de 2020.

A MMM denuncia que a prática de retirada de direitos não é exclusividade da realidade brasileira através de um panfleto disponível para download no site brasileiro do movimento:

As mulheres enfrentam o capitalismo autoritário em muitos países. A direita nos governos reprime o povo e beneficia as empresas transnacionais. Para isso, prendem, matam, tiram todos os direitos e condições de vida e cada um tem que se virar.³⁶

O mesmo panfleto citado denuncia não só a violência sofrida pelas mulheres, mas contra a população negra, contra a juventude, contra LGBT's além do avanço das privatizações que entregam as empresas públicas nacionais nas mãos das empresas transnacionais. Além disso, o documento alerta que a ascensão da extrema direita que ocorre em todo mundo, no Brasil se fortaleceu após o golpe parlamentar imposto à presidenta Dilma Rousseff em 2016. Portanto, além de denunciar as ações que permitiram que a extrema-direita chegasse ao poder no Brasil, denuncia que esse é um processo internacional e colonialista.

Em relação a autonomia econômica das mulheres, um dos campos de ação da MMM, o governo Bolsonaro apresentou-se como uma triste realidade. A pobreza extrema só no ano de 2019 recebeu mais 170 mil integrantes³⁷. Sabemos que as mulheres são os mais pobres entre os pobres e que são as responsáveis pelos cuidados da família. São elas que lidam com a falta de comida na mesa. No vídeo de lançamento da ação o movimento de anúncio e denúncia é constante (FREIRE, 1997).

Com a imagem de Bolsonaro e do presidente norte-americano Donald Trump ao fundo, a voz de uma mulher diz: “[...] em 2020 enfrentamos o avanço da extrema-direita, do conservadorismo, do capitalismo autoritário e da xenofobia. Este é um tempo de resistência e de internacionalismo”³⁸. Ao afirmar que lutarão contra o

36Site da Marcha Mundial das Mulheres, "Panfleto | Neste 8 de março, vamos para as ruas exigir: Fora Bolsonaro! As mulheres querem trabalho digno, liberdade, democracia. Justiça para Marielle!", publicado em 21 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/panfleto-8-3-2020/>> Acesso em 17 de setembro de 2020.

37Site UOL, Economia, "Mais de 170 mil brasileiros entraram para a pobreza extrema em 2019", publicado em 18 de maio de 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/18/mais-170-mil-brasileiros-entraram-para-a-pobreza-extrema-em-2019.htm>>. Acesso em 17 de setembro de 2020.

38Página da Marcha Mundial das Mulheres na plataforma Youtube, "Resistimos para viver, marchamos para transformar! | 5ª Ação da Marcha Mundial das Mulheres", vídeo publicado em 06 de

avanço do capitalismo sobre a vida e reafirmar as alternativas anunciadas pelo movimento, as imagens que aparecem são das grandes transnacionais que detêm o grande capital internacional.

Figura 8 - Bandeiras na porta em época de pandemia.



Fonte: Acervo da Marcha Mundial das Mulheres

Na figura 8, podemos visualizar a frente da casa de uma das militantes. Com a pandemia já sendo anunciada, muitas militantes optaram pelo isolamento e encontraram formas, desde suas residências de estar presentes no lançamento da ação. Mais uma vez vemos a busca de alternativas para seguir a luta coletiva por parte de cada mulher, adaptando-se as possibilidades do momento.

Figura 9 - Batucada Feminista da MMM no Lançamento da 5ª ação



Fonte: Acervo da Marcha Mundial das Mulheres

Figura 10 - Boneca no ato de lançamento da 5ª ação em São Paulo



Fonte: Acervo da Marcha Mundial das Mulheres

Já em São Paulo, como vemos nas duas imagens acima, a mobilização de rua teve força. Na figura 5 vemos uma boneca vestindo a camiseta do movimento em defesa do abortamento legal e a irreverência que marca as ações de rua do movimento. Na outra imagem vemos a batucada da MMM,

que também possui um educativo próprio. As oficinas de batucada compreendem mais do que aprender a bater nas latas e o ritmo dos cantos. O ato de reaproveitar latas, de reciclá-las, serve como meta fora para a própria história das mulheres ao longo dos séculos, que usam a criatividade para resistir. Usam o que tem disponível para criar instrumentos de luta e solidariedade. Dessa forma, cada uma aprende, além de usar o instrumento, construí-lo. Para as oficinas são levados tecidos de chita floridos, de várias cores, que servem para adornar, enfeitar e para fazer a alça que será posta no ombro da batuqueira para que possa sustentar o instrumento. Dessa forma, para que exista a batucada e preciso desprendimento de tempo, e preciso trabalho. Se entendemos que o trabalho é educativo, no sentido do fazer que educa, esse espaço do Movimento e, com muita certeza, um espaço educativo. E um espaço de resistência, onde o som das vozes das mulheres, que tantas vezes foi descartado da história, se junta ao som de materiais que foram para o lixo (GIL, 2020. p.119).

Figura 11 - Indígena no lançamento da 5ª ação



Fonte: Acervo da Marcha Mundial das Mulheres

Também utilizamos a foto acima para demonstrar a presença das mulheres de comunidades tradicionais na abertura da 5ª Ação em São Paulo/SP.

Em todas as capitais do país atividades de rua foram realizadas, como um festival cultural em Maceió, Vitória e Maceió. Em outras cidades, como Porto Alegre, Manaus, São Luís atos políticos foram marcados. A irreverência e a criatividade são marcas das ações de rua do movimento.

A seguir vamos detalhar e analisar as ações prioritárias que marcaram a 5ª Internacional, em especial, no Brasil.

6.3 As transnacionais e o avanço sobre a vida das mulheres

Na década de 70, com a implementação dos golpes militares em Abya Ayala, em especial com a retirada do poder de Salvador Allende, no Chile, o norte global passa a ter maior ingerência no sul global. Uma nova lógica irá se impor aos países então chamados de subdesenvolvidos, com o poder do Estado sendo substituído por organismos internacionais. Sobre isso:

Com efeito, esta nova lógica do capitalismo impõe que o Estado adira a diretrizes político-econômicas oriundas de órgãos supranacionais. Cortes nos orçamentos da saúde e na educação, flexibilização dos direitos sociais dos trabalhadores, o não pagamento de subsídios à produção interna são todas decisões tomadas pelo Estado, mas que resultam de exigências oriundas de órgãos supranacionais, como o Banco Mundial, o FMI e a OMC e pela necessidade de atrair investimentos estrangeiros diretos das empresas. Diretrizes a que o Estado tem que aderir se quiser continuar participando do jogo econômico (LOPES, 2014, p.4).

Na década de 90, as empresas multinacionais iniciam a compra de outras pequenas empresas e implantação de filiais. Nesse período, com a ascensão do neoliberalismo como ideologia dominante do modo de produção capitalista, as multinacionais se tornam transnacionais. Ou seja, deixam de ser empresas com atuação internacional, tendo como característica sedes e filiais atuando em vários países, para atuarem em campos diversos e ao redor do mundo, porém com uma sede única.

Uma das características das transnacionais é a diversificação dos setores onde atuam e a terceirização da produção. Isso dificulta a sua responsabilização pelas violações de direitos trabalhistas e violações de direitos humanos. Existe uma ausência de organismos internacionais que regulem essa rede descentralizada de produção, mas concentrada nos lucros para o norte global, onde essas se localizam massivamente.

Mas, ao vermos como nos principais setores as atividades se concentraram no topo da pirâmide, com poucas empresas extremamente poderosas, começamos a entender que se trata sim de poder no sentido amplo. Agindo no espaço planetário, na ausência de governo/governança mundial, frente à fragilidade do sistema político multilateral, as corporações manejam grande poder sem nenhum contrapeso significativo (DOWBOR, 2017, p.447).

Algumas implicações são bastante evidentes. Ainda que na avaliação de alguns analistas, citados pelo New Scientist, as empresas se comprem umas às outras por razões de negócios e não para “dominar o mundo”, não ver a conexão entre esta concentração de poder econômico e o poder político constitui ingenuidade ou evidente falta de realismo (DOWBOR, 2017, p.519).

Dessa forma, as transnacionais impõem sua presença em países exigindo concessões que vão desde terras até flexibilização de leis trabalhistas. Transformam governos em reféns de suas exigências em troca de empregos, sem garantias de retorno para a população para além de postos na maioria das vezes altamente precarizados.

Helena Hirata demonstra num estudo comparativo feito entre Brasil, França e Japão que durante os anos 90 houve um aumento significativo no emprego de mulheres. Isso serviu de argumento ideológico sobre como o neoliberalismo era benéfico para as mulheres. Entretanto, seu estudo demonstra que o que ocorreu foi um aumento no desemprego masculino e a substituição nessas vagas por mulheres com jornadas mais extensas, menos direitos e mais precarizadas (HIRATA, 2010, p. 143).

Em um dos debates virtuais³⁹ promovidos para MMM, uma militante do movimento ambientalista Amigos da Terra explica:

As transnacionais quando invadem os territórios destroem todas as bases da vida, incluindo os meios de sustento dos povos quilombolas e povos indígenas, atacam povos que há muito tempo resistem no seu território desde uma lógica contra-hegemônica. Quando a Vale contaminou o Rio Doce ela não matou apenas a biodiversidade de uma bacia hidrográfica inteira, mas ela também atacou o modo de vida de comunidades que viviam e tinha o seu modo de vida baseado nas águas, que se transformaram em lama tóxica. Essas empresas se valem de uma arquitetura impunidade. A gente tem dado esse nome “arquitetura da impunidade” que sempre vai brindar elas de privilégios enquanto. Ela (a transnacional) impõe leis aos Estados impedindo que os estados estejam ao lado dos povos. Elas se valem daquilo que nós chamamos de maquiagem, que as companheiras conhecem tão bem, que é a maquiagem lilás do feminismo liberal, que fingem se importar com a vida das mulheres, de algumas mulheres. Ao mesmo tempo e ao mesmo tempo a gente tem observado como movimento ambientalista como Amigos da Terra, a MMM e a Via Campesina, que nas últimas décadas o poder corporativo passou a incorporar o discurso ambientais para um

39Live transmitida na página da Marcha Mundial das Mulheres no Youtube com o tema “24h de Solidariedade Feminista contra as Empresas Transnacionais”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5tleA1uRR0s&t=658s>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2021.

capitalismo de mercado e fazer a dita maquiagem verde também. Por trás de todo discurso de responsabilidade social eles passaram a financiaram uma economia dita Verde, mas que de verde só tem a nota do dólar porque eles passaram a criar mecanismos de apropriação e financeirização da natureza colocando o meio ambiente no mercado. A natureza passou a ser moeda e acumular Ainda Mais Capital, massacrando os povos (Letícia, Amigos da Terra, 27:26).

Portanto, as transnacionais não só precarizam o trabalho através de mecanismo de terceirização e interferências nas legislações nacionais, elas também destroem territórios, ecossistemas e modos de vida. O rompimento das barragens no Brasil são exemplos bastante vivos dessa realidade. O próprio Governo Federal admitiu que não há barragens seguras no Brasil.

A presença das transnacionais nos países que o Norte Global denomina como “terceiro mundo” representa de forma bastante nítida a continuidade do projeto colonial. Drena recursos naturais e força de trabalho, precariza vidas e mostra a face mais cruel do capitalismo. A seguir trataremos do caso específico das mineradoras transnacionais e sua política de exploração que sustenta o que vimos argumentando até aqui.

6.4 luta contra as transnacionais de mineração no RS

Algumas lutas tornaram centrais no ano de 2020, em especial uma que ocorre aqui no Rio Grande do Sul contra a instalação de mineradoras. Uma das principais empresas que buscam a exploração de carvão às margens do Rio Jacuí chama-se Copelmi e tem relação direta com a empresa chinesa Zhejiang Energy Group. Na China esse tipo de exploração foi proibido, o que leva a empresa chinesa a buscar a exploração em países com legislação ambiental mais flexível.

Já em 2015 a MMM assinou nota do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente a Mineração⁴⁰ em que expunha entre seus objetivos de defender

⁴⁰Site da Marcha Mundial das Mulheres, "Nota: A contra “agenda Brasil” ameaça os territórios", publicado em 19 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/nota-a-contra-agenda-brasil-ameaca-os-territorios/>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2021.

território de povos quilombolas, a garantia de cumprimento da convenção 169⁴¹ da OIT, entre outras pautas.

Gabriela Cunha, militante da MMM, em entrevista explica a luta do movimento nesse tema:

[...] na verdade não é contra as mineradoras todas, porque não está na nossa pauta pequenas mineradoras e minerações de alguns materiais, por exemplo, pensar uma mineradora pequena que extrai areia num lugar que não tem nem conflito com população humana, nós não conversamos sobre isso. Na verdade, nós estamos é contra as mineradoras que são transnacionais que estão ligadas ao capital transnacional, que é isso mineradoras que tem mega projetos. Então para nós é muito preocupante os megaprojetos pelo tamanho do impacto que eles podem causar inclusive já causaram em alguns lugares do Brasil e no mundo, né? No Brasil recentemente teve o rompimento da barragem em Brumadinho e Mariana teve também uma grande contaminação do Rio no Pará de alumínio, eu acho, que uma mineradora também vazou seu resíduo Industrial e pelo mundo tem muitos casos. Então são os megaprojetos que são ligados aos capitais transnacionais que nos preocupam e MMM é contra isso porque acredita no outro tipo de desenvolvimento territorial que não seja esse desenvolvimento de econômico de aumento de lucro de extração, de colonialismo e de uma super exploração da natureza, né? E também todos os casos de megamineração que a gente está lutando hoje são casos de expulsão de pessoas dos seus territórios

Em relação aos serviços públicos e bens comuns e a luta contra as mineradoras, Gabriela Cunha explica:

As mega minerações, elas modificam ou até mesmo degradam os bens comuns com água e a terra. É inerente à atividade de mineração retirar tudo que tem em cima daquele minério que se quer extrair e a recuperação, no sentido de retornar exatamente como era, ela é impossível. Existem algumas técnicas que fazem uma remediação, mas não retorna ao que era antes. Principalmente quando a gente fala de lugares onde existem florestas ou áreas onde são altamente produtivas de alimentos, demoraria muitos e muitos anos para tu ter uma área novamente que produza alimentos. Então, em relação os bens comuns, impacta a água mudando ciclo hidrológico das regiões, impacta diretamente no acesso a esse bem comum para as mulheres. Em questão a serviços públicos esse impacto a gente sabe que tem diretamente ligado ao impacto na qualidade de vida das famílias e ainda mais as mulheres são responsáveis por manter a saúde das suas famílias a alimentação na segurança hídrica e uma vez que o estado ele não

⁴¹Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/legislacao/legislacao-docs/convencoes-internacionais/convecao169.pdf/view>>. Acesso em 23 de outubro de 2020.

fornece serviços públicos qualidade de saúde. Mais uma vez as mulheres são os responsáveis por cuidar, por exemplo, a megamineração de carvão a gente sabe que a fuligem do carvão quando se faz a extração, porque quando faz a extração, eles usam explosivos e esses explosivos soltam muita poeira e fuligem de carvão. Em qualquer cidade que tem mineração de carvão, a cidade é toda tapada de fuligem. Isso faz muito mal para os pulmões, para as vias respiratórias e o índice de doença das pessoas nessas regiões é alto. Então, não tendo serviços públicos de qualidade no sentido da saúde, do cuidado, as mulheres vão ser as mais impactadas tendo que fazer isso cuidado com as famílias doentes, as crianças, os idosos, né? Poderia falar do abastecimento de água como retirar uma população que tem acesso a uma água é um bem comum do território tira ela e muda aquele ciclo hidrológico, tu acaba colocando essas populações em áreas urbanas ou às vezes nas periferias dessas áreas urbanas onde há, às vezes, problemas de abastecimento de água, onde o serviço chega ou ele chega mas é falho. Então, também tem um problema do serviço público que não consegue garantir isso, né?

Quanto ao eixo fim da violência contra as mulheres, Gabriela explica:

Em todo lugar onde existe megamineração há um aumento na violência das mulheres aumento nos índices de estupros e de gravidez resultado desses estupros e de abortos ilegais e que levam à morte, pois, sempre nos canteiros de grandes obras se criam prostíbulos incluindo menores de idade. Então é muito histórico e documentado isso. Se quiser dar uma olhada. Até você sabe mais. O próprio MAM, que é o movimento pela soberania popular na mineração, eles fizeram um documento enorme só falando da violência das mulheres em relação a mineração. Então, isso é um ponto que tem a ver com a instalação da mineração que também às vezes continua quando começa a operar. Apesar de quando opera, diminui muita quantidade de trabalhador, mas ainda fica marca e algum vestígio desse tipo de práticas violentas, né? E também tem um segundo ponto que seria essa violência na expulsão das pessoas das suas terras ou da degradação, poluição dos bens comuns dessas pessoas. É uma violência diretamente contra as mulheres nas relações responsáveis por garantir a segurança das suas famílias, segurança alimentar e de saúde.

Sobre paz e desmilitarização, a militante ressalta:

Eu diria que a paz no sentido que os povos e as comunidades precisam ter autonomia sobre seus territórios e as megaminerações elas expulsam as pessoas desses territórios no processo totalmente colonialista e explorador. Então, acabando com a paz entre comunidades que às vezes há muitos anos e muitas gerações vivem e tem os seus modos de vidas e culturas naquelas regiões. E desmilitarização, a primeira coisa que vem na minha cabeça são situações em que as empresas, com ajuda do Estado militarizado, querem proteger os seus empreendimentos, proteger essas áreas de mineração, proibindo que outras pessoas acessem alguns

bens comuns que estejam ali ou perto. Acabam então cercando a área e até matando se for preciso caso pessoas queiram acessar a área. Há casos de pessoas que já morreram porque queriam acessar águas superficiais em áreas de mineração e quando eu falo áreas de mineração não é só a área que é explorada, né? A empresa quando ela ganha concessão para exploração, ela ganha concessão para uma área maior além daquela área específica que está o minério, uma parte em volta que inclui então na sede administrativa, um estacionamento, um canteiro de obras, até o próprio acesso viário que é construído para os caminhões chegarem saírem, né? Caminhões e tratores, tudo mais. Então, é uma área bem grande. Às vezes, dentro dessas áreas que são cercadas pelas mineradoras, ainda existe alguma água que a população precise acessar e isso acaba sendo impossibilitado por uma militarização e estado protegendo junto essas mineradoras

Outra fala de Gabriela demonstra como a MMM se articula com outros movimentos e constrói alianças para além da luta local ou nacional:

Nós da Marcha Mundial das Mulheres a gente também se baseia em documentos e teorias que são publicadas pelas entidades parceiras pessoalmente te falei essas publicações das mulheres do MAM. Eu vejo que é fundamental as feministas estarem alertas contra as megaminerações. O nosso território assim como em solidariedade a outros países outras mulheres que sofrem Mega minerações seus territórios também porque isso não é só uma particularidade do Rio Grande do sul, né?

No momento há mais de 150 projetos de mineração no Rio Grande do Sul, que, se instalados, poderão colocar o estado no ranking de terceiro maior estado minerador do país. Quatro desses projetos estão em fase avançada de licenciamento nos municípios de Eldorado do Sul, São José do Norte, Caçapava do Sul e Lavras do Sul.

Figura 12 - Cartaz da Marcha Mundial das Mulheres contra a megamineração no RS



Fonte: Acervo da Marcha Mundial das Mulheres

Na imagem acima aparece uma faixa colocada na Assembleia Legislativa do Rio grande do Sul pela MMM no intuito de pressionar o legislativo a não aprovar os projetos de megamineração. No grupo de mensagens instantâneas do movimento as companheiras que acompanharam a temática passavam informações sobre o andamento dos projetos e mobilizavam para que as demais militantes pressionassem seus deputados.

Compreendemos que a forma como a MMM faz a luta contra as mineradoras se encaixa na pedagogia feminista decolonial, uma vez que torna mundial uma luta local. Denuncia ao mundo todo a exploração das transnacionais em território brasileiro e em Abya Ayala como colonialismo. Ao trazer esse tema para a luta de suas militantes, descoloniza o pensamento, demonstra como o específico é geral e questiona o crescimento econômico a qualquer preço.

6.5 Dia da Terra Palestina

Entre os dias 28 de novembro e 1 de dezembro de 2012, em Porto Alegre, ocorreu o Fórum Social Mundial Palestina Livre. A Marcha Mundial de Mulheres integrou o comitê nacional e local de organização do evento.

A luta do povo palestino inicia em 1948, quando a ONU atribuiu mais da metade do território palestino para a criação do Estado de Israel. Atendia interesses do movimento sionista, ao mesmo tempo, interesses econômicos da Inglaterra e dos Estados Unidos. Não por outro motivo Israel tem servido como principal aliado dos interesses imperialistas e colonialistas na região.

Entretanto, o movimento sionista não se contentou em ter garantido seu território e sua soberania e passou a ocupar as terras que haviam sido deixadas para os palestinos/as, mesmo que esses/as tivessem uma população muito maior.

Desde então, as palestinas e palestinos têm sido expulsos de suas casas e sofrem as mais cruéis formas de violência por parte do exército de Israel. Um exemplo disso foi o massacre no campo de refugiados de Sabra e Chatila, que deixou mais de 3 mil palestinos/as mortos/as, e que completou trinta anos em setembro de 2012.

Na noite de 16 de setembro de 1982, os militares israelenses liberaram o caminho para que Milícia Libanesa Falangista Cristã entrasse no campo em Beirute e massacrassem os/as alojados/as. Crianças, idosos/as e homens foram mortos, enquanto as mulheres eram estupradas.

A pressão sionista na tentativa de impedir a realização do Fórum Social Palestina Livre (FSMPL) foi imensa. Um dia antes do evento o próprio Ministério Público retirou o apoio, fazendo com que a organização tivesse que realocar as reuniões, oficinas e atividades em sindicatos e espaços abertos da cidade.

As reuniões do comitê internacional ocorriam em São Paulo no Centro Florestan Fernandes, de responsabilidade do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). Em várias das reuniões os participantes palestinos que viviam na Palestina ou mesmo em países como o Egito não tinham certeza se conseguiriam retornar as suas casas. Uma dessas pessoas era a militante da Frente Popular para a Libertação da Palestina, considerada ainda hoje como terrorista pelos Estados Unidos e Israel.

A guerra que o estado israelense impõe sobre a palestina se conecta diretamente com a luta pela paz e desmilitarização e fim da violência contra as mulheres, além da luta pelos bens comuns. Isso porque Israel controla os recursos hídricos na faixa de Gaza, negando acesso de água potável à região⁴². Nesse momento segue em curso a construção de um muro na Cisjordânia que está previsto para ter 700 km de extensão, separando famílias e impondo um regime de apartheid ao povo palestino.

A luta pela autodeterminação dos povos é um dos temas defendidos pela MMM. Estando no calendário oficial do movimento, dia 30 de maio foi marcado pela mobilização em torno do Dia da Terra Palestina. Como já estava em período de pandemia, as ações de apoio foram realizadas de forma virtual⁴³.

O núcleo do Rio Grande do Sul teve protagonismo nesse tema. Propôs uma série de vídeos de militantes da MMM do Brasil e refugiadas palestinas⁴⁴ convocando os demais movimentos sociais a se unirem não só pela luta pela Palestina livre, como por outros povos em luta por territórios, como no Sahara Ocidental, mundo Árabe e o Oriente Médio, na Costa do Marfim, Honduras e Curdistão⁴⁵. A data de 30 de março lembra um massacre impetrado pelo Estado de Israel para conter uma greve e uma série de manifestações devido a tomada de 25mil metros de terra palestina.

42BBC News Brasil, "Anistia acusa Israel de negar acesso à água potável aos palestinos". Publicado em 27 de outubro de 2009. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/10/091026_israel_anistia_agua_np>. Acesso em 25 de fevereiro de 2021.

43Página da Marcha Mundial das Mulheres no Instagram, vídeo em publicado em 30 de março de 2020. Disponível em <https://www.instagram.com/p/B-Xva2QHuff/?utm_source=ig_web_copy_link>. Acesso em 25 de fevereiro de 2021.

44Página da Marcha Mundial das Mulheres no Instagram, Dia da Terra Palestina, vídeo publicado em 30 de março de 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-XyVm0HDrg/?utm_source=ig_web_copy_link>. Acesso em 25 de fevereiro de 2021.

45Site SINTESE, "Dia Internacional da Mulher: Marcha Mundial das Mulheres", publicado em 07 de março de 2011". Disponível em: <<https://www.sintese.org.br/2011/03/07/dia-internacional-da-mulher-marcha-mundia-das-mulheres/>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2021.

Figura 13- Acervo da Marcha Mundial das Mulheres



Fonte: Acervo da Marcha Mundial das Mulheres

Em entrevista no site do movimento, a militante da MMM na Palestina denuncia:

As mulheres palestinas têm sofrido, direta ou indiretamente, os horrores da ocupação, desde a Nakba em 1948 até os dias atuais. Os ataques contínuos da ocupação israelense levaram à deterioração das condições humanitárias, sociais, econômicas e de segurança nos territórios palestinos ocupados e na Faixa de Gaza. E isso afeta direta e negativamente as condições das mulheres palestinas em termos de segurança e proteção, participação econômica e política, e a capacidade das mulheres de acessar serviços básicos, como saúde e educação. As mulheres estão expostas a mecanismos criminosos usados pela ocupação, e a violações no dia a dia, tais como a restrição da liberdade de movimento e do direito à saúde, prisão e detenção arbitrárias, tortura e outros maus tratos, mortes sob custódia, expulsões forçadas e violação da liberdade de expressão. Também se inclui o sofrimento das mulheres com suas famílias palestinas, as formas de tortura a que são submetidas, as condições precárias de detenção nas prisões de ocupação, especialmente diante da disseminação da Covid-19. Métodos brutais de detenção são praticados pelo exército de ocupação durante as operações de prisão e a transferência ilegal de mulheres detidas para prisões dentro de Israel, como a prisão de Hasharon, onde, na maioria dos casos, elas

são impedidas de se comunicar com suas famílias e são mantidas em prisões inadequadas. As mulheres estão expostas a ameaças, provocações e assédios físicos, psicológicos e sexuais que têm efeitos negativos de longo prazo (“Entrevista | Ocupação colonial e patriarcado na Palestina: entrevista com Ruba Odeh | Capire,” 2021).

Figura 14- Marcha das Mulheres no Dia da Terra Palestina



Fonte: Acervo da Marcha Mundial das Mulheres

Trazer a pauta das mulheres palestinas para todas as militantes é uma prática pedagógica e decolonial. Visibilizando uma luta que é colocada pela mídia tradicional como um conflito religioso, a MMM denuncia que é uma luta colonialista e imperialista. Dá voz às sujeitas e sujeitos subalternos, e o faz a partir da orientação de suas militantes que são palestinas, refugiadas palestinas e emigrantes palestinas. É furar o silenciamento dos governos e das mídias internacionais acerca do genocídio do povo palestino.

6.6 24H DE AÇÃO FEMINISTA

Desde 2014 a MMM realiza as 24 horas de ação de solidariedade feminista. A definição da data se deu para relembrar um colapso do edifício de Rana Plaza, em Bangladesh, em 2013. Nesse local eram produzidas roupas para cinco marcas famosas de roupas, Benetton, Carrefour, Mango, Wallmart, El Corte Inglés e Auchan, nos seus oito andares. A maioria das trabalhadoras eram mulheres e estas figuraram entre os 1.138 mortos e 2000 feridos/as e/ou incapacitados/as. Ainda hoje a família das vítimas e sobreviventes lutam para receber as indenizações monetárias pela tragédia.

Cabe ressaltar que se estima que mais de 3 milhões de trabalhadores de Bangladesh trabalham na indústria têxtil, sendo 90% mulheres. Estudo realizado pela Global Slavery Index⁴⁶ de 2016 comprova que levando em conta a porcentagem estimada da população vivendo sob escravidão em 167 países, Camboja ficou na 3ª posição (1,65%); Bangladesh, na 10ª (0,95%); Indonésia, na 39ª (0,28%); China, na 40ª (0,25%); e, Vietnã, na 47ª (0,15%). Além disso, o trabalho infantil é comum nas oficinas de costura⁴⁷. As condições de trabalho em sua maioria em trabalho análogo à escravidão⁴⁸. Contudo, essa não é uma realidade somente asiática. Nesse mesmo ranking o Brasil ocupa 51ª posição.

O barateamento custo da produção das mercadorias é fundamental para o lucro das empresas. Entretanto, como nos alertou Marx (2017, p.68), a concorrência e a busca da redução de custos, leva à queda tendencial da taxa de lucro.

Em suma: na medida em que cada capitalista procura maximizar seus lucros, a taxa de lucros tende a cair. A concorrência obriga cada capitalista a tomar uma decisão (a de incorporar inovações que reduzam o tempo de trabalho necessário à produção da sua mercadoria) que lhe é individualmente vantajosa, mas que, ao cabo de algum tempo imitada pelos

46Site Made for minds, "A lógica perversa de exploração na indústria têxtil", publicado em 19 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/a-l%C3%B3gica-perversa-de-explora%C3%A7%C3%A3o-na-ind%C3%Bastria-t%C3%Aaxtil/a-41863973>>. Acesso em 03 de outubro de 2020.

47Rede Peteca: chega de trabalho infantil na indústria da moda em Bangladesh, publicado em 27 de março de 2017. Disponível em: <<https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/noticias/materias/alem-da-etiqueta-o-trabalho-infantil-na-industria-da-moda-em-bangladesh/>>. Acesso em 03 de outubro de 2020.

48SETTE, Sandra Mara Franco; SOUSA, Angela Alves de; REIS, Clayton. Bangladesh: A Exploração do Trabalho Humano e a Degradação do Meio Ambiente a Partir do Curtimento e Tingimento do Couro Exportado para a Europa. Revista CONSINTER (Online), Ano IV, 2018. DOI: <<http://dx.doi.org/10.19135/revista.consinter.00006.02>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2021.

outros, tem como resultado uma queda da taxa de lucro para todos os capitalistas (NETTO, 2012. p.166).

Importante ressaltar que Marx fala de uma tendência que não se realiza por completo, pois se assim fosse, sistema seria consumido por si mesmo. Entretanto, para barrar essa tendência, o capitalismo se vale de estratégias de exploração, como, por exemplo, a manutenção de um grande exército industrial de reserva disposto a trabalhar por baixos salários, reduções salariais e elevação da taxa de exploração.

É contra o sistema capitalista e suas empresas transnacionais que marcham as mulheres da MMM. Em todos os países onde o movimento está organizado durante uma hora, entre 12h e 13h, as militantes realizam atos nas ruas e nas redes sociais. Como o movimento está organizado em todos os continentes e contempla todos os fusos horários, fechando 24h de ação.

Em 2020, por conta da pandemia, os atos de rua foram cancelados. Dessa forma, as mulheres focaram seus esforços nas redes sociais. No Brasil, uma das ações foi um debate virtual⁴⁹ sobre o impacto das transnacionais na vida das mulheres.

Relembrando que muitas mulheres morreram exatamente no 24 de Abril porque estavam trabalhando para que as transnacionais tivessem mais lucros. E por que que nós da Marcha somos contra as transnacionais? Eu vou citar aqui duas coisas que eu acho que sustenta a nossa luta contra as transnacionais. Primeiro porque as transnacionais é algo muito presente muito, muito vivo nos territórios e na vida das mulheres, é a expressão mais significativa do capital e o duelo do capital contra vida. E essas transnacionais, elas promovem reforçam a divisão internacional do trabalho, a divisão sexual e racista do trabalho, cada vez mais aumenta o lucro e reduz o custo do trabalho em todo mundo. São essas transnacionais que por exemplo impõe que as grandes redes de trabalho no mundo para os homens e para os homens negros é a segurança e para as mulheres o trabalho doméstico e trabalho do entretenimento. E o outro aspecto pelo qual nós lutamos contra as transnacionais é que elas querem se transformar em um agente político para direcionar nossas vidas, pautar nossas vidas, é assim com os medicamentos, É assim que a indústria da beleza e assim nos nossos territórios (Entrevista com Conceição Dantas, 11:45).

No vídeo passado durante o debate virtual sobre as 24 horas de ação feminista, as mulheres denunciam a empresa Bayer que fábrica medicamentos contra o câncer ao mesmo tempo em que produz agrotóxicos com componente

49Live transmitida na página da Marcha Mundial das Mulheres no Youtube com o tema “24h de Solidariedade Feminista contra as Empresas Transnacionais”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5tleA1uRR0s&t=658s>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2021.

glifosato. Isso ocorre devido à junção da empresa Bayer com a Monsanto; dessa forma, elas causam a doença e oferecem a cura.

As transnacionais quando invadem os territórios destroem todas as bases da vida, incluindo os meios de sustento dos povos quilombolas e povos indígenas, atacam povos que há muito tempo resistem no seu território, resistem em uma lógica contra hegemônica. Quando a VALE contaminou o Rio Doce, ela não matou apenas a biodiversidade de uma bacia hidrográfica inteira, mas ela também atacou o modo de vida de comunidade que viviam e tinha o seu modo de vidas baseadas nas águas, que se transformaram em lama tóxica. Essas empresas se valem de uma arquitetura da impunidade. A gente tem dado esse nome, “arquitetura da impunidade”, que sempre vai blindar elas de privilégios, enquanto elas impõem leis aos Estados impedindo que os Estados estejam ao lado dos povos. Elas se valem daquilo que nós chamamos de maquiagem, que as companheiras conhecem tão bem, que é a maquiagem lilás do feminismo, fingindo se importar com a vida das mulheres, de algumas mulheres. Ao mesmo tempo a gente tem observado, como movimento ambientalista, como Amigos da Terra, a Marcha e a Via Campesina, que nas últimas décadas o poder corporativo passou a incorporar o discurso ambientais para um capitalismo de mercado e fazer a dieta da maquiagem verde também. Por trás de todo discurso de responsabilidade social, eles passaram a financiar uma economia dita Verde, mas que de verde só tem a nota do dólar, porque eles passaram a criar mecanismos de apropriação e financeirização da natureza, colocando o meio ambiente no mercado. A natureza passou a ser moeda e acumular ainda mais capital, massacrando os povos (Letícia, Amigos da Terra, 27:26).

As transnacionais e sua intermitente exploração impedem a autonomia econômica das mulheres e às expõem a uma realidade de constante violência. As falas das militantes⁵⁰ trazem também a apropriação dos bens comuns através da “maquiagem verde” e financeirização da natureza.

As “24h de ação feminista” são acima de tudo uma ação de solidariedade. Sendo uma ação anual, atua como uma forma de manter sempre atual o foco de atuação contra a exploração do trabalho das mulheres.

Os processos de solidariedade dos movimentos sociais surgem da necessidade de uma resposta internacional aos ataques à soberania e violações sistemáticas dos direitos de comunidades e lutadores sociais. Divulgando as lutas, tornando-as conhecidas, articulando a resistência junto com organizações aliadas, organizando brigadas e vigílias, essas organizações fazem da solidariedade uma prática política: uma solidariedade horizontal e de classe. (“Experiências | Solidariedade, uma prática internacionalista | Capire,” 2021).

50Página Mulheres de Luta. Tema do vídeo publicado no Youtube: "Descubra o que é Feminismo Decolonial". Entrevista com Rebecca de Souza. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=19rpQLkZwcl>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2021.

Dessa forma, a solidariedade se constrói como base para o fortalecimento de redes entre os movimentos sociais. A citação acima extraída do site internacional do movimento, expõe as metodologias de resistência, brigadas, vigílias. Evidencia que para cada luta e contexto a solidariedade se expressa respeitando as possibilidades e urgências locais.

6.7 ENCERRAMENTO DA AÇÃO INTERNACIONAL.

O encerramento da 5ª Ação Internacional ocorreu entre os dias 12 e 17 de outubro de 2020. Escolhemos analisar o encerramento da ação a partir do Documento Regional das Américas. Nele o movimento avalia a conjuntura política e as ações do movimento nos 17 países e territórios onde ele está organizado, Argentina, Brasil, Chile, Bolívia, Paraguai, Peru e Macronorte do Peru, Venezuela, Panamá, El Salvador, Honduras, Guatemala, México, Cuba, República Dominicana, Estados Unidos e Quebec. Esse documento nos interessa, em particular, nessa tese porque lança o olhar para as Américas, colocando num campo interligado norte e sul epistêmico quando nos relembra que Estado Unidos e Quebec compõe as Américas. Como destacado no documento:

Na região das Américas, convivem a principal potência imperialista do mundo, os Estados Unidos e seu vizinho e aliado Canadá, e, ao Sul, os países da América Latina e Caribe, profundamente marcados por essa presença imperialista e pelas relações que se desenvolvem a partir dela. Viver, estar e ser das Américas, onde os povos originários resistiram à colonização a partir de suas culturas, visões de mundo e espiritualidades, nos marca como uma região de lutas e alternativas construídas a partir das bases (DOCUMENTO REGIONAL DAS AMÉRICAS, 2020, p.3).

E ressaltam sobre o processo de colonialismo: “Estamos testemunhando novas formas de colonialismo: agora não são mais pelas caravelas, mas pelas empresas transnacionais” (Documento regional das Américas, 2020, p.3), e alertam que sobre as desigualdades no continente, tendo os Estados Unidos como o país que mais avança com as transnacionais sobre o restante das Américas.

Evidentemente a pandemia de Covid-19 perpassa todas as análises. No caso do Brasil o movimento destaca o negacionismo do governo, bem como no caso dos Estados Unidos. Nesses dois países os governos assumiram uma postura de negligência em relação à pandemia, chegando a recomendar medicações que não

possuíam eficácia comprovada cientificamente⁵¹. Ao contrário de Venezuela e Cuba, onde os cuidados foram intensificados e o número de mortes em relação ao resto do continente foi bastante reduzido, mesmo diante dos bloqueios econômicos e midiáticos.

O documento ressalta que as medidas tomadas pela maioria dos governos, mesmo com diferenças entre si, foram restrição de mobilidade e atividades, transferência de renda, entrega de alimentos e anistia ou ampliação de prazos para pagamentos de serviços básicos, foram insuficientes. Além disso, no campo da economia formal, privilegiaram os empregadores em detrimento dos/as trabalhadores/as.

A MMM denuncia que o distanciamento social tem servido de desculpa para ações de repressão, criminalização e militarização. Enquanto no Brasil cresce o número de jovens negros mortos pela polícia, na Colômbia, Chile e Equador, processos de luta social foram reprimidos por conta da pandemia. Foi imposto toque de recolher em Honduras, com ameaças de morte para ativistas e impunidade para militares, aprofundamento da militarização na Guatemala e desvio de recursos da saúde para a militarização, como no caso também dos Estados Unidos (Documento regional das Américas, 2020, p.7).

A segunda parte do documento trata da mercantilização da vida. Para tanto, ressaltam a postura das transnacionais farmacêuticas que não só encarecem os medicamentos de uso constante, como oferecem tratamentos sem comprovação como o caso da cloroquina (Documento regional das Américas, 2020, p.8).

Nos Estados Unidos, o documento denuncia a violência, o desaparecimento de mulheres e a violência sexual nos territórios indígenas, além da falta de acesso à água e à terra, bem como o aumento de atos racistas. No Brasil, denunciam que Coca-Cola e Nestlé pressionam para a privatização da água. No Peru, que 21 rios estão contaminados pela mineração. Lembram que no Peru, Brasil, Bolívia e Colômbia, apesar de ter crescido a produção de alimentos, a agricultura familiar não é reconhecida. Dessa forma, os governos seguem priorizando as empresas de agronegócio, responsáveis pelas monoculturas (Documento regional das Américas, 2020, p.9).

⁵¹Revista Eletrônica Brasil de Fato, "Quem são os defensores da cloroquina e ivermectina que foram vítimas da covid-19?", publicado em 16 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/01/16/quem-sao-os-defensores-da-cloroquina-e-ivermectina-que-foram-vitimas-da-covid-19>>. Acesso em 18 de janeiro de 2021.

Estes regimes de morte que estão ganhando espaço mercantilizam os bens comuns (terra, água, semente) como se a natureza pudesse ser medida em valor monetário. Isto está levando ao colapso do planeta em uma lógica patriarcal e antropocêntrica, que olha a natureza como se ela estivesse a serviço das pessoas e do capital, buscando justificar políticas de despossessão - injustificáveis. Os recentes incêndios no Pantanal e na Amazônia no Brasil, na costa oeste dos Estados Unidos, e na bacia do rio Paraná na Argentina devastam áreas gigantescas, impactando também os centros urbanos (DOCUMENTO REGIONAL DAS AMÉRICAS, 2020, p.9).

Enquanto isso, nos grandes centros urbanos, a pandemia reforçou o teletrabalho. No Chile e Argentina, foram criadas novas regulamentações para esse tipo de trabalho, flexibilizadas. Em relação à educação à distância, o documento lembra que enquanto o Chile tem 80% de pessoas com acesso à internet, na Nicarágua esse percentual é de 25%.

Na terceira parte do documento o foco está nas mulheres, trabalho e vida (Documento regional das Américas, 2020, p.10). Denunciam que no contexto de pandemia o trabalho doméstico e de cuidados caiu ainda mais sobre as mulheres, que somos a maioria das trabalhadoras na saúde, com a venda de alimentos e 95% das pessoas que trabalham em limpeza no continente (Documento regional das Américas, 2020, p.11). E assim fazem a crítica às transnacionais nesse contexto:

As empresas transnacionais ganharam mais poder no contexto de ataques e da fragilidade de nossas democracias, tornando-se sujeitos da política, avançando na vida cotidiana e impondo-se como organizadores de respostas “pós-pandêmicas”. É assim que o mercado quer se apresentar como uma alternativa à extrema direita, incorporando parte de nossas exigências e pintando a si mesmo em novas cores. Na prática, as empresas transnacionais estão se apropriando do discurso dos direitos das mulheres para aumentar os níveis de exploração. Este é o caso da indústria agroexportadora e da mineração no Peru, que contratou um grande número de mulheres trabalhadoras, com jornadas de 12 ou 15 horas, sem condições dignas de trabalho e direitos, aumentando os níveis de exploração de seu trabalho (DOCUMENTO REGIONAL DAS AMÉRICAS, 2020, p.11).

E anunciam:

A partir de nosso feminismo queremos mudar esse sentimento de “salve-se quem puder” que emerge no momento presente e apresentar propostas de ação comum, tendo a sustentabilidade da vida como foco. Afirmamos, assim, nossa visão alternativa à economia dominante cujo objetivo é o lucro privado, a acumulação de capital e a concentração da riqueza e do poder em poucas mãos, onde a vida não tem lugar (DOCUMENTO REGIONAL DAS AMÉRICAS, 2020, p.11).

Na quarta parte o movimento faz a parte do anúncio, onde diz o que significa colocar a sustentabilidade no centro:

Colocar a sustentabilidade da vida no centro é nossa forma de enfrentar o conflito capital-vida. Nossa ação tem como objetivo a superação do sistema capitalista, heteropatriarcal, racista, colonialista, que destrói a natureza e nossas vidas. Significa afirmar um projeto político que defende a sustentabilidade da vida, que sejamos capazes de reconhecer o conjunto de processos, trabalhos e relações que a sustentam - suas contribuições, ensinamentos, lógicas e a partir daí reorganizá-las. Em síntese, colocar a sustentabilidade da vida no centro significa romper com a lógica da acumulação de capital e organizar a sociedade a partir dos princípios de igualdade, justiça e solidariedade (DOCUMENTO REGIONAL DAS AMÉRICAS, 2020, p.13).

A MMM reforça a economia feminista como ferramenta de análise e reforça práticas impulsionadas e apoiadas pelo movimento que reforçam nossa análise sobre o educativo do movimento:

Quando olhamos a realidade a partir de onde as mulheres estão, reconhecemos que existe uma rede da qual fazemos parte, baseada em concepções comunitárias, coletivas e do bem viver. A partir daí, são geradas experiências e propostas que permitem o avanço de alternativas a este modelo de morte e opressão contra o qual nos enfrentamos. Nos territórios das Américas, é evidente que o capitalismo, em sua ofensiva de ocupação e despossessão, tem como método o cercamento e apropriação dos territórios, mas também a destruição de experiências alternativas e contra-hegemônicas. Os territórios sob ameaça têm seus próprios modos de vida, que estão sob ataque. Nas Américas, fica evidente que nossos processos de organização da vida em comum, a partir de outras lógicas, é uma força dos povos em nossa trajetória de resistência permanente. (DOCUMENTO REGIONAL DAS AMÉRICAS, 2020, p.14)

É essencial observar as práticas que promovemos, as experiências de cozinhas comunitárias, agricultura camponesa, cooperativas de trabalho e abastecimento, a promoção de novas práticas de consumo e produção, como as hortas comunitárias urbanas e a agroecologia 15 no campo. Todas essas são experiências coletivas baseadas nos princípios de solidariedade, reciprocidade e complementaridade. A partir delas fica mais evidente que somos interdependentes, que todos nós precisamos de cuidados e que, entre os seres humanos e não-humanos, somos ecod dependentes, parte da natureza (DOCUMENTO REGIONAL DAS AMÉRICAS, 2020, p.15).

Dessa forma, fica evidenciado que o movimento segue o que já havíamos colocado na dissertação sobre o educativo do movimento, ou seja, o movimento denuncia o mundo que quer desconstruir, anuncia o mundo que deseja e realiza a práxis revolucionária, unindo a prática feminista à teoria e a metodologias feministas. Cooperativas de trabalhadoras e trabalhadores de abastecimento e de consumo, organizadas nas cidades, assim como as hortas urbanas estão dando respostas a essa crise. Nosso desafio é massificar essas iniciativas e trabalhar em aliança com outras organizações, sabendo que as relações de reciprocidade começam com a reorganização do trabalho de cuidado (DOCUMENTO REGIONAL DAS AMÉRICAS, 2020, p.15).

E o olhar a partir das mulheres e dos povos tradicionais evidenciados:

A partir do movimento de mulheres recuperamos, defendemos e cuidamos da água, das sementes, da terra, das relações harmoniosas, do afeto, dos cuidados e das práticas ancestrais para a vida. A defesa da sustentabilidade da vida é baseada em outra forma de pensar e fazer economia, na qual todos os saberes e tipos de trabalho são valorizados, a contribuição das mulheres é reconhecida e os ciclos e tempos da natureza são respeitados (DOCUMENTO REGIONAL DAS AMÉRICAS, 2020, p.25).

O documento tem por objetivo orientar as ações do movimento no presente. Ele baliza as urgências de luta no continente americano, não como um limitador das lutas, mas como suleador. Serve de ferramenta teórico-metodológica para as militantes. Por tudo exposto até aqui, no próximo capítulo buscaremos justificar porque a partir das práticas pedagógicas da MMM podemos conceituar uma pedagogia feminista decolonial.

7 A PEDAGOGIA FEMINISTA DECOLONIAL NA MMM

Rebecca de Souza⁵² ressalta que o feminismo decolonial surge na crítica ao feminismo que trabalha apenas questões de gênero. A ativista coloca que o feminismo decolonial foca também nas questões de raça e classe, muitas vezes se colocando ao lado de povos que lutam por seus territórios. Além disso, questiona o feminismo dominante, branco, ligado as agendas dos órgãos internacionais como ONU e OMC.

As Pedagogias decoloniais podem ou não ser feminista, uma vez que seu compromisso também é dar voz aos silenciados do mundo, mas não necessariamente a partir do feminismo, menos ainda do feminismo crítico. Assim como um feminismo decolonial não necessariamente se traduz numa pedagogia decolonial.

Separadamente podemos conceituá-los das seguintes formas:

Pedagogia decolonial é expressar o colonialismo que construiu a desumanização dirigida aos subalternizados pela modernidade europeia e pensar na possibilidade de crítica teórica a geopolítica do conhecimento. Esta perspectiva é pensada a partir da ideia de uma prática política contraposta a geopolítica hegemônica monocultural e monoracional, pois trata-se de visibilizar, enfrentar e transformar as estruturas e instituições que têm como horizonte de suas práticas e relações sociais a lógica epistêmica ocidental, a racialização do mundo e a manutenção da colonialidade (OLIVEIRA, 2016, p.3).

Las pedagogías feministas toman como punto de partida la visibilización de las estructuras patriarcales que influyen en todas las dimensiones del desarrollo de las personas, haciendo referencia a: lo individual, lo político, lo económico, lo laboral, lo familiar, el ocio, los cuerpos, lo sexual, lo afectivo, lo público, los medios de comunicación, etc. (BONAVITTA & PAEZ, 2019, p.353).

Uma posição decolonial feminista implica entender que tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade, etc. foram constitutivos da episteme moderna colonial, não são simples eixos de diferenças, mas são diferenciações produzidas pelas opressões imbricadas que o sistema colonial moderno produziu (OLIVEIRA, 2016, p.37).

E em conjunto:

En términos generales una pedagogía feminista descolonial es un proceso que es coalicional, intercultural y transformador. Implica un proceso que comienza por cuestionar la dominación racista, colonial, capitalista y del sistema moderno colonial de género con el fin de producir procesos que coadyuven a un horizonte de buena vida en común. (WALSH, 2014, p. 407)

⁵²Rebecca de Souza é uma ativista dos Direitos Humanos. Sua entrevista publicada na página Mulheres de Luta, no Youtube, foi citada com link anteriormente.

A partir do educativo da MMM, identificado tanto em GIL (2015) e Wink (2016), o educativo da MMM, pode nos indicar o caminho para uma pedagogia feminista decolonial nas práticas do movimento. Defendemos isso através do modo como os temas das ações internacionais são escolhidos e de seus quatro campos de ação permanentes. Antes de cada ação internacional a MMM realiza um encontro internacional com representantes de todos os países e territórios que compõe o movimento, como já descrito na tese. De forma horizontal as militantes debatem os temas relevantes em cada país e as pautas prioritárias de luta. Dessa forma, a escolha da luta contra as transnacionais como tema da 5ª ação internacional demonstra que as militantes do sul global, as mais afetadas, colocaram a pauta para as militantes dos 76 países que compõe o movimento. As militantes do norte global encampam a luta das companheiras do sul, ouvindo suas demandas e assumindo para si a luta. Essa metodologia de debates e oficinas que ocorrem nos encontros internacionais possuem uma pedagogia própria do movimento feminista e através do diálogo e construção de consenso reforça a luta das subalternas, daquelas que tem seus territórios explorados pelas transnacionais e pelo grande capital internacional.

Uma das marcas do feminismo decolonial é dar voz a quem foi historicamente silenciada, inclusive pelo feminismo dominante ou liberal. A pluralidade de mulheres que compõe a MMM garante que camponesas, negras, palestinas, mulheres curdas tenham voz e recebam apoio internacional em suas lutas. Ao mesmo tempo em que permite que essas mulheres pautem o movimento, educa suas militantes para pautas invisibilizadas. Por isso defendemos nessa tese que a MMM possui uma pedagogia feminista decolonial baseada na transnacionalização, sendo essa um educativo forjado nas lutas das mulheres do sul do mundo que suleia a luta de mulheres ao redor do globo onde o movimento está organizado. A MMM junta seu feminismo decolonial com uma pedagogia feminista decolonial, o que foi demonstrado nessa tese através da luta contra as transnacionais, a luta pela soberania palestina, na luta contra o neoliberalismo e o imperialismo.

Em vídeo⁵³ que registou momento do 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, uma militante agricultora faz a seguinte analogia, demonstrando como corpo e natureza são territórios de exploração do grande capital:

53Página da Marcha Mundial das Mulheres na plataforma Youtube, vídeo com o título “Feminismo em Marcha”. 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres em São Paulo, agosto de 2013.

Assim que fazem com a gente mulher, quando é pequenininha, vê lá na televisão xampu pra criança, maquiagem pra criança, alisante pra criança, minissaia pra criança, shortinho curtinho pra criança, e as crianças mamãe me dá isso e não sei o que. E a gente, né, as mães e os pais fica com dó e dá tudo. Aí vão ficando mocinha, começam a criticar: “olha o tamanho da saia, o tamanho do short”. E aí tudo é crítica. Se foi estuprada é porque a saia é muito pequenininha, se a mulher é estuprada é porque o short é muito pequenininho. E aí, do jeito que matam o meio ambiente, vão matando as mulheres aos pouquinhos. Primeiro põe adubo, rega, deixa a mulher bem bonita, bem maquiada, e depois volta e massacra (Fala de Maria Auxiliadora, agricultora e militante da MMM na Bahia).

Também no mesmo encontro, realizado em 2013, onde estive presente, as mulheres de Moçambique denunciavam a ação da Vale em seus territórios. Na fala de Graça Samo, militante Moçambicana e atualmente integrante da coordenação internacional da MMM:

(...) são as grandes corporações brasileiras invadem o nosso país para extrair recursos naturais, para destruir as florestas para criar uma mudança radical na nossa agricultura, mas mudança radical para o mal, para o pior, trazendo a monocultura, trazendo a agroindustrialização, tudo que vai tirar a autonomia das pessoas. Tudo que vai tirar as terras das pessoas, todos os recursos que as pessoas têm. Então para nós, essa luta, estarmos aqui no Brasil, é para ganhar força com as companheiras brasileiras e de outros países que estão aqui, do mundo árabe que lutam pela sua independência, que lutam pela sua liberdade. Então, nós queremos a todas essas vozes. (Graça Samo, Coordenadora Internacional da MMM em Moçambique)

Miriam Nobre, coordenadora da MMM no Brasil, apresentou também sobre a dinâmica dos encontros:

A democratização da informação, a arte são mecanismos que ajudam a gente, permitem a gente a construir consensos inclusive entre companheiras que falam idiomas diferentes. E nos dá capacidade de atuar em situações tão diversas, guerra, militarização, conflito armado, criminalização de movimentos sociais e nos permite questionar as instituições multilaterais como a Organização Internacional do Comércio, as Nações Unidas, sem cair na conversa de uma maquiagem de gênero com a justificativa que é pelo direito das mulheres. A gente consegue afirmar a nossa visão crítica, de mostrar que é um movimento incontornável, que responde a conjuntura e que afirma uma sociedade que é baseada na igualdade, na solidariedade, na justiça, na paz e na liberdade (Miriam Nobre, Militante da MMM Brasil).

A fala de Miriam Nobre vai ao encontro ao colocado por Ochy Curiel (2019):

Particularmente, o feminismo decolonial, retomando boa parte dos postulados da opção decolonial e dos feminismos críticos, oferece uma

nova perspectiva de análise para entender de forma mais completa as relações derivadas de “raça, sexo, sexualidade, classe e geopolítica de forma imbrincada. Essas propostas feitas fundamentalmente por feministas indígenas e de origem indígena, afros, populares, lésbicas feministas, entre outras, questionam as maneiras em que os feminismos hegemônico, branco, branco-mestiço e com seus privilégios de classe entenderam a subordinação de mulheres desde suas próprias experiências suas teorias e nas classes políticas (CURIEL, 2019, p. 32).

Ingrid Wink (2016) quando estudou a Marcha Mundial das Mulheres e investigou também sua dimensão educativa, afirmou:

Mulheres que militam na MMM e participam das lutas mobilizadas por este Movimento conseguem ter a dimensão do caráter educativo da luta, mesmo que não sejam professoras ou pessoas vinculadas às áreas pedagógicas. Elas incorporam, com nitidez expressa nas suas falas, a importância do caráter educativo da luta nas suas práticas e nas tentativas de trocar suas experiências e processos de consciências com outras mulheres. (WINK, 2015, p.216)

Em minha dissertação estudei o educativo da MMM e concordando com Wink (2015), ressaltou:

A partir desse Movimento (anúncio e denúncia) – MMM – educam-se as suas militantes, ou seja, ao anunciar e denunciar o Movimento constrói seu feminismo anticapitalista como princípio educativo. Seus cantos, batucadas, ações, textos, vestes, denunciam como é o machismo, a desvalorização do trabalho doméstico e de cuidados, a mercantilização do corpo e da vida das mulheres, a lesbofobia e apontam, ao mesmo tempo, como deveria ser. Esse processo de denúncia e anúncio promove um pensamento crítico não apenas sobre os temas políticos e sociais de maior amplitude, mas, também, constrói e modifica a visão de mundo das militantes na sua vida, no cotidiano das famílias que as mesmas constituem, na sua relação com o mundo, com sua intervenção no mundo, fazendo dessa caminhada, o seu educativo do Ser Mulher (GIL, 2015, p.33).

Na declaração da 5ª Ação Internacional, em vídeo com militantes lendo partes em diversos idiomas e também publicado na página do movimento no Brasil, um trecho chama atenção para o colonialismo quando denunciam a tentativa de uma volta à normalidade diante da pandemia de Covid-19:

A esse sistema dizemos não! Não ao chamado das elites e dos governos de direita para o retorno à normalidade. Porque o que eles chamam de normalidade, nós chamamos de capitalismo racista, patriarcal e colonialista, onde não há espaço para a vida, onde poucos se enriquecem com o trabalho e a pobreza da maioria e a isso dizemos basta! Nós, as que sustentamos o mundo com nossa energia, trabalhos e cuidados, de Norte à

Sul, dizemos que é o momento de construir outra normalidade, uma onde a vida e sua sustentabilidade estejam no centro.⁵⁴

A partir dos seus quatro campos de ação defendemos que a MMM constrói as bases para uma pedagogia feminista decolonial baseada na transnacionalização pois em todos eles, conforme demonstramos ao longo dessa tese, as militantes de cada lugar do mundo se identificam com a sua opressão ou se solidarizam com as demais. É feminista porque é construído por mulheres e decolonial porque são as que sofrem as opressões e as denunciam que constroem a solidariedade com todas as mulheres de todos os lugares do mundo, contudo, a denúncia é realizada pelas mulheres do sul global, uma vez que são elas que tem seus territórios invadidos, sua autonomia econômica podada, seus bens comuns e serviços públicos cada vez mais privatizados pelo neoliberalismo.

Ao questionar os cativéis formados pelo patriarcado, a MMM “descautiva” e despatriarcaliza ao denunciar o patriarcado como estruturante da sociedade. Descoloniza, não no sentido de retirar as relações colonialistas, mas no sentido de torná-las visíveis e, portanto, passíveis de serem combatidas. Mostra-se divergente da educação colonialista (BALLESTRIN, 2013) ao incorporar as práticas das mulheres do sul do mundo, como a batucada feminista, como a música Capiré⁵⁵, que se coloca como um símbolo do movimento, com vozes de mulheres ao redor do mundo, com vinte quatro línguas e dialetos. Descautiva porque desmonta os cativéis colocados por Lagarde (2010), desfaz a dicotomia entre santas e putas ao anunciar que essas denominações são invenções patriarcais. Rompe com o cativél das loucas, construindo identidades questionadoras como válidas e importantes. Despatriarcaliza porque expõe as relações de poder patriarcal que oprime mulheres em todos os campos da vida.

54Site da Marcha Mundial da Mulheres, "Declaração da 5ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres 2020", publicado em 19 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/declaracao-5a-acao-internacional-marcha-mundial-das-mulheres-2020/>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2021.

55Página portuguesa da Marcha Mundial das Mulheres no Youtube, “Capiré”, vídeo publicado em 30 de janeiro de 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VsMvJrza3v0&fbclid=IwAR1P3CYgrG7iYoSONgZCzIJK6MmMI11h46ulWXotxH8nnbf5FRMk45NtrQ>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2021.

No Documento Regional das Américas⁵⁶, novamente encontramos trechos que confirmam a presença de uma metodologia feminista nas práticas da MMM. Em trecho onde trata das dinâmicas dos movimentos sociais, dois trechos se destacam:

A partir dessa memória, de onde viemos e de quem nos antecedeu, temos uma dupla fonte de ensino: compreender a violência que vivemos e estamos vivendo, mas também as resistências e alternativas que nos permitiram sobreviver (DOCUMENTOS DAS AMÉRICAS, 2020, p.21).

A resistência ao colonialismo, a afirmação de nossas identidades como povos e a reivindicação de nossa soberania popular - uma luta que imbrica a superação da dominação e a opressão de classe, do racismo e do patriarcado. Com essa perspectiva fomos capazes de incorporar em nossa luta outras dimensões, como a sexualidade, a cultura e a memória - nossa pluralidade - até mesmo no debate sobre o Estado. Na Marcha Mundial das Mulheres temos essa compreensão anticolonialista de que a defesa dos nossos territórios não se limita a um lugar, mas que defendemos nossos corpos-memória-territórios. Esta perspectiva tem sido promovida em nosso continente pela resistência das mulheres indígenas e das mulheres negras (DOCUMENTOS DAS AMÉRICAS, 2020, p.21).

No primeiro trecho temos o destaque para o regate e manutenção da memória histórica. Importante ressaltar que é a partir dessas memórias que se forjam as lutas. Isso nos importa porque demonstra uma pedagogia e uma metodologia que valorizam os conhecimentos das populações envolvidas na luta. No segundo trecho destaca-se que o movimento incorpora as análises de classe, raça e gênero como dimensões que devem ter a mesma potência na análise da realidade e construção de alternativas.

Contudo, uma das questões que importa nessa pesquisa é salientar como as mulheres dos países do norte global se incorporam às lutas das mulheres do sul global. Essa questão nos parece importante pois responde justamente a questão do educativo e da pedagogia feminista decolonial, uma vez que algumas mulheres se beneficiam, mesmo que indiretamente, da exploração dos recursos e da vida de outras, através da riqueza acumulada pelos seus países. Para que pudéssemos afirmar haver uma pedagogia feminista descolonial na MMM, de caráter transnacional, era necessário identificar a forma como essas militantes dos países do norte global se inseriam na luta. Para isso destacamos outro trecho:

56Site da Marcha Mundial das Mulheres, "Documento das Américas no encerramento da 5a Ação Internacional da MMM", publicado em 16 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/documento-das-americas-no-encerramento-da-5a-acao-internacional-da-mmm/>>. Acesso em 08/12/2020

A organização da Marcha Mundial das Mulheres na América do Norte é marcada por um intenso processo de solidariedade. São exemplares as ações das mulheres de Quebec contra as empresas extrativistas, ou o impulso dado por nossas companheiras nos Estados Unidos a um movimento feminista baseado na organização popular, antirracista e anti-sistêmica. Damos visibilidade às articulações com as organizações indígenas, assim como a presença da luta LGBTQI a partir da perspectiva dos setores populares, que marca nossa atuação nesta região (DOCUMENTO DAS AMÉRICAS, 2020, p.24).

As práticas da MMM rompem com a colonialidade do poder. No campo econômico, questionam a economia dominante ao utilizar a economia feminista como instrumento de análise. Incorporam o trabalho das mulheres, o trabalho e reprodutivo e de cuidados ao pensamento feminista. Questionam a autoridade construída no norte, colocam as mulheres como sujeitas de sua própria libertação. Historicizam as opressões que vivem e descortinam a quem elas servem.

Também rompem com a colonialidade do poder quando defendem uma relação com a natureza e recursos naturais que colocam os seres humanos como ecod dependentes. A natureza não está a serviço da humanidade, mas em integração. Gênero/sexo e sexualidade são eixos de luta que buscam devolver às mulheres a autonomia de seus corpos, esses vistos como parte de uma natureza coletiva, de uma subjetividade construída numa perspectiva histórica e não biologicista.

As práticas da MMM também realizam o giro decolonial ao construir conhecimento a partir da relação entre teoria e prática, questionando teorias dominantes, descortinando relações de opressão e considerando o pensamento visto com marginal construída pelas/os subalternas/os. Ao incorporar as sujeitas atravessadas por marcadores sociais de opressão, como gênero, raça/etnia, classe e sexualidade, entre outros, traz fissuras à colonialidade do poder.

A MMM ainda rompe com a colonialidade do ser, pois ao colocar as experiências e saberes das/aos subalternas/os, devolve a humanidade retirada pela colonialidade. Ao incorporar em suas teorias e práticas o feminismo negro, o feminismo indígena e com eles construir consensos, mais do que isso, assumir-se como um movimento feminista que tem na sua própria constituição a luta do povo negro, indígena, ribeirinhos, refugiados, é um movimento onde todas são parte de uma luta única, sem hierarquização de sujeitas.

Coloca no centro epistemologias alternativas desconsideradas na colonialidade do saber. Mais do que reconhecer formas outras de produzir conhecimento, as utiliza para ler o mundo. Ao fazer esse movimento também instiga

a permanente crítica ao conhecimento dominante e cria de novas formas de produzir saber, que pode nos remeter a conhecimentos emancipatórios construídos pelos movimentos sociais populares.

Dessa forma, identificamos pedagogia feminista decolonial como sendo práticas educativas construídas por mulheres que consideram as experiências e práticas que foram marginalizadas pelas teorias coloniais e que balizam lutas em nível local e internacional com vistas à superação das formas de dominação, opressão e colonialidade. Nesse processo, decolonizam e despatriarcalizam os conhecimentos e saberes, fornecendo ferramentas para a superação das opressões.

Essa pedagogia feminista decolonial construída pela MMM em aliança transnacional se opõe ao que Segato chamara de pedagogia da crueldade. Segundo a autora a modernidade e a sociedade capitalista necessitam de uma pedagogia desumanizadora para que possamos conviver com tantas injustiças. Precisamos de um aparato ideológico que nos distancia da dor alheia. Nas palavras da autora:

[...]“pedagogía de la crueldad” como una programación de las personas para la baja sensibilidad, es decir, para la baja empatía hacia el sufrimiento del otro, que les permitirá funcionar adecuadamente en este orden consumidor y cosificador de la vida hasta sus últimos despojos, y en el cual estos despojos no son los cadáveres del ritual funerario sino los deyectos de esa consumición abandonados en los basurales (SEGATO, 2019, p.84).

Nesse sentido, a pedagogia feminista decolonial da MMM serve como ferramenta teórico-metodológica que permite instrumentalizar a análise de outros movimentos sociais que travam suas lutas a partir da crítica à desumanização como fundamento para a produção de inexistências de vidas que não são pensadas como humanas. Falamos de movimentos sociais que construam pedagogias contra-hegemônicas, que questionem as relações de poder e se contraponham à pedagogia da crueldade. Dessa forma contribui para a transformação das relações de gênero na contemporaneidade a partir da construção de modelos e práticas político-pedagógicas libertárias e emancipatórias. Concordamos com Korol ao falar sobre pedagogias feministas apontando a necessidade de priorizar o trabalho dos movimentos populares:

[...] es central la consideración de que son los movimientos populares los sujetos de la transformación histórica. Son las fuerzas organizadas del pueblo, es el poder popular, donde se acumulan las transformaciones culturales que permiten desafiar la cultura enajenante de la dominación capitalista y patriarcal [...]. Los cambios que queremos construir, el “nuevo

mundo posible”, el socialismo feminista, popular, anti-imperialista, o como llamemos a nuestros proyectos políticos, tienen hoy la posibilidad de crecer y de imaginarse precisamente en los espacios de acción colectiva, en los que se reinventa la militancia. (KOROL, 2007, p. 21-22).

Cabe ressaltar que não temos a pretensão de que apenas a MMM possua uma pedagogia feminista decolonial transnacional. É bastante provável que outros movimentos sociais populares também possam ser conceituados assim. Nessa tese usamos a MMM como movimento de análise e compreendemos a limitação que um trabalho apenas possui. Esperamos que a partir dessa pesquisa outros movimentos possam ser identificados com essa forma de construir suas lutas e educar as pessoas que o compõe e o constroem.

8 APONTAMENTOS PARA O PRESENTE E O FUTURO

Buscamos nesse trabalho dar conta de estudar as práticas educativas da MMM que se inserem pedagogia feminista decolonial transnacional. Acreditamos que tal tarefa foi alcançada e possibilitará um olhar mais amplo do movimento sobre si mesmo, permitindo que sua própria intervenção no mundo seja ainda mais qualificada.

Entretanto, delimitamos nosso olhar para os quatro campos de ação e a 5ª Ação Internacional. Isso, de forma alguma encerra as possibilidades de análise sobre a MMM. Acreditamos que muitos outros olhares possam ser lançados sobre a luta dessas mulheres.

Podemos afirmar que as práticas da MMM, despatriarcais, anticoloniais, anticapitalistas, colocam no centro do debate a voz das mulheres, os impactos sobre as suas vidas e constroem as formas de luta a partir da experiência das Mulheres. São as mulheres que realizam o trabalho produtivo/reprodutivo, possuem empregos no mercado formal, trabalhadoras do campo, ribeirinhas, mas que enfrentam todas as dificuldades e priorizam tempo de vida para estar em luta, de forma organizada, com outras mulheres. São mulheres que constroem:

Una pedagogía feminista que se vuelve inconveniente, que provoca al feminismo, lo cuestiona en sus teorías y sus prácticas, no porque crea tener más claridad que lo que se há acumulado en la experiencia historica de este movimiento, sino simplemente porque hace de la crítica y de la autocrítica un método fundamental; porque sabe que las preguntas abren más caminos que las respuestas y porque no teme al vacío que pueda crear una pregunta sin respuesta porque, tal vez, en esse espacio puedan multiplicarse nuevos ensayos sociales y culturales que no reproduzcan o, incluso, que desafien las reglas del poder (KOROL, 2007, p. 18).

O caminho para a construção de alternativas a colonialidade ainda é longa, mas ele existe e está sendo trilhado por homens e mulheres. É tarefa de quem está em ambas as frentes, militância e academia, estar atenta/o a tentativas de cooptar a teoria decolonial e maquiá-la para o uso do projeto colonialista patriarcal capitalista, como fizeram como parte do feminismo e pautas LGBTs. O capitalismo e o patriarcado são bastante maleáveis no que toca tornar até as lutas mais duras em mercadoria.

A pessoa se diz moderna, a favor de certo multiculturalismo, e afirma respeitar os direitos das mulheres, desde que isso implique integrá-las na

economia neoliberal. O mesmo se aplica às pessoas LGBTQIT+. A abertura em março de 2018, em Manhattan, da primeira loja “neutra em termos de gênero”, a Phluid, na qual “a moda encontra o ativismo”, mostra que qualquer identidade minoritária pode ser integrada desde que seja comercializável. A criação de Phluid em si não ameaça as lutas, falemos sério. O problema é seu projeto de “dar aos indivíduos o poder de serem eles mesmos, de se expressarem abertamente, sem serem julgados e sem sentirem medo”, pois essa lógica continua a ser individualista (VERGÉS, 2020, p.95).

Assim, encerramos com a pretensão de ter estabelecido as relações entre decolonialidade e práticas pedagógicas feministas na Marcha Mundial das Mulheres a partir dos quatro campos de ação E 5º Ação Internacional as contribuições para a constituição de uma pedagogia feminista decolonial de caráter transnacional.

Entretanto, de forma alguma com a pretensão de ter dado conta da abrangência de todos os temas aqui trabalhados. Mesmo buscando ampliar o olhar para o máximo de possibilidades e debates, sabemos e temos consciência que o mundo está em constante transformação, que diariamente novos acontecimentos permitem e merecem novas análises. Esperamos que este trabalho contribua para os que virão depois de nós.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Brasiliense, 2017.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto, São Paulo, Boitempo, 2019.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11, p. 89-117, 2013. 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019. 128 p.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. 342 p.

BONAVITTA, Paola; PÁEZ, Florencia María. Pensar las prácticas educativas desde una perspectiva feminista. **Tear: Revista de Educação**, Ciência e Tecnologia, v. 8, n. 1, 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CAMPOS, Marcio D.'Oliveira. **Por que SULEar? Marcas do Norte sobre o Sul, da escola à geopolítica**. Revista Interdisciplinar Sulear, 2019.

CAPIRE. **Arquivos Soberania alimentar** (Online). Disponível em: <<https://capiremov.org/tag/soberania-alimentar/>>. Acesso em: 8 fevereiro de 2021.

CAPIRE. **Ocupação colonial e patriarcado na Palestina**: entrevista com Ruba Odeh. Online, 2021. Disponível em: <<https://capiremov.org/entrevista/ocupacao-colonial-e-patriarcado-na-palestina/>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2021.

CAPIRE. **Solidariedade, uma prática internacionalista**. Online, 2021. Disponível em: <<https://capiremov.org/experiencias/solidariedade-uma-pratica-internacionalista/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CARRASCO, Cristina. Estatísticas sob suspeita. **SOF**, São Paulo, 2012.

CARRASCO, Cristina. Introdução: Para uma economia feminista. **SOF - Sempre Viva Organização Feminista**. 2013. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/categorias/cadernos-sempreviva>>. Acesso: em 12/11/2019.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. **Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá, Colombia: Siglo del Hombre Editores, 2007.

COMITÊ INTERNACIONAL MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (São Paulo). **Elementos para el debate y definición de la 4a Acción Internacional de la Marcha Mundial de las Mujeres en 2015**. 2013. Disponível

em:<https://encontrommm.files.wordpress.com/2013/08/contexto-es-final.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2020.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. *In: SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO E RAÇA*, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos. Descolonizar o feminismo. Brasília, Ifb, 2019. p. 32-51.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el Feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe. **Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista**, realizado en Buenos Aires en junio de 2009.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016

DE MELO, Carlos Ian Bezerra. **Relações de gênero na matemática: o processo histórico-social de afastamento das mulheres e algumas bravas transgressoras**. Revista Ártemis, v. 24, n. 1, p. 189, 2017.

DE MOND, Nádia. Construindo espaços transnacionais a partir dos feminismos. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, v. 11, n. 2, 2001. July/dec. 2003.

DE OLIVEIRA, Dennis. A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder. **Revista Extraprensa**, v. 11, n. 2, p. 39-57, 2018.

DIAS, Edmundo Fernandes. Marx e Gramsci: sua atualidade como educadores. *In: MENDONÇA, Sueli G. de L.; SILVA, Vandei Pinto; MILLER, Stela. (Orgs). Marx, Gramsci e Vygotsky: aproximações*. Araraquara/Marília: Junqueira & Marin/Cultura Acadêmica, 2009.

DOWBOR, Ladislau. **A Era do Capital Improdutivo: a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In: LANDER, Edgardo. (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. BuenosAires: Clacso, 2005, p. 55-70.

EL SAADAWI, N. (2002). **A face oculta de Eva: as mulheres do mundo árabe**. Global. Alfa-Omega, 2002

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Clube de Autores, 2009.

ESCORBETO, Sonia. Guatemala: el cuidado desde la economía feminista. *In: GRACIELA R. LÓPEZ (org.). MUJERES EN LUCHA: construyendo alternativas de economía feminista y solidaria en las américas*. La Paz: Marcha Mundial de Mujeres, 2018. p. 19-45.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. trad. Enilce Rocha e Lucy Magalhães, Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FARGANIS, Sandra. O feminismo e a reconstrução da ciência social. *In*: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Eds.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997, p. 224-240

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. La justicia social debe ir más allá de la noción de justicia liberal burguesa *In*: ANDRADE, Luis Martínez (org.). **Feminismos a la contra**: entre-vistas al sur global. Cantabria: La Vorágine, Editorial Crítica (Otramérica), 2019. p. 125-134.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019

FREIRE, Paulo. **Denúncia, anúncio, profecia, utopia e sonho**. Obra de Paulo Freire; Série Capítulos, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer**: teoria prática em educação popular. Petrópolis: Editora Vozes, 1989

FREITAS, Tais Viudes de. O cenário atual da divisão sexual do trabalho. *In*: FREITAS, Tais Viudes de; SILVEIRA, Maria Lúcia. **Trabalho, Corpo e Vida das Mulheres**: Crítica à Sociedade de Mercado. São Paulo: SOF, 2007. p. 09-66.

FREITAS, Wesley RS; JABBOUR, Charbel JC. Utilizando estudo de caso (s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. *Revista Estudo & Debate*, v. 18, n. 2, 2011.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. Vol. 1. Claridade, 2018 Série Capítulos, 1997.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o Silêncio**: Uma fenomenologia feminista do mal. São Paulo, Vozes, 2000.

GIL, V. S.; GROSSI, P. K. Patriarcado, Economia Feminista e Educação: caminhos para superação das desigualdades. *In*: KRIEGER, Patrícia G.; ROZEK, Marlene (Org.). **Políticas Públicas na Perspectiva de Gênero e Promoção da Igualdade Racial**. Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 1, 2014, p. 353-366.

GIL, Vanessa Nesbada da Silva. **Mulheres em Movimento Mudam o Mundo**: o educativo na/da marcha mundial das mulheres. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Ppgedu, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015, 117 p.

GIL, Vanessa Nesbada da Silva. O Educativo da Marcha Mundial das Mulheres: UMA ANÁLISE FREIRIANA DA BATUCADA: uma análise freiriana da batucada. *In*:

CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cássia Fraga. **Estudos feministas: mulheres e educação popular**. São Paulo: Editora Liber Ars, 2020. p. 111-122.

HIRATA, Helena. Empleo, responsabilidades familiares y obstáculos socio-culturales. *In: América Latina en Movimiento: Feminismo Popular para Cambiar el Mundo*. Quito, **Alai**, v. 489, n. 10, 2013. Mensal.

HIRATA, Helena. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. **Revista Feminista**, nº 2, SOS Corpo, Recife, 2010.

ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; IYUSUKA, Sheyla Saori; HERRERO, Yayo. **Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. São Paulo, Sof, 2020. 95 p.

KETZER, Patricia. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. **Argumentos-Revista de Filosofia**, v. 2017, n. 18, 2017.

KOROL, Claudia. “La Educación como práctica de la libertad”. Nuevas lecturas posibles. *In: KOROL, Claudia (org^a). Hacia una pedagogía feminista*. Géneros y educación popular. Colección cuadernos

KOROL, Claudia. **Hacia una pedagogía feminista: géneros y educación popular**. Buenos Aires: Editorial El Colectivo: América Libre, 2007.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LAGARDE, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. México e DF, Universidad Nacional Autónoma de México, 2010.

LEMES, Marilene Alves. **Estratégias de participação na política de assistência social na perspectiva de Paulo Freire**. 2017.

LIGUORI, Guido. **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. Boitempo Editorial, 2017.

LOPES, Raphaela de Araújo Lima. Responsabilização de Empresas Transnacionais por Violações a Direitos Humanos sob a Perspectiva do Direito Internacional. **Anais do CONPEDI**, ISBN: 978-85-68147-14-6, 2014, p. 123-138.

LÓPEZ, Graciela R. et al (org.). **MUJERES EN LUCHA: construyendo alternativas de economía feminista y solidaria en las américas**. La Paz: Marcha Mundial de Mujeres. Bolivia, 2018

LUGONES, M. Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples. *In: LUGONES, M. Pensando los feminismos en Bolivia*. La Paz Bolivia, 2012. P. 129-140. (Serie Foros, 2).

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (São Paulo). **Caderno 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres**. 2013. Disponível em:

<<http://www.sof.org.br/artigos/caderno-9º-encontro-internacional-da-marcha-mundialdasmulheres>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (São Paulo). **CADERNOS MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES**. 2006. Disponível em: <<http://www.feminismo.info/webgalego/images/stories/pdf/Livro MMM Brazil.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, **Documento Regional das Américas**. Encerramento da 5ª Ação Internacional, 2020., <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/10/DocAmericasPT.pdf>. Acesso em 25 de fevereiro de 2021.

MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES BRASIL. **Las feministas reivindicam: mantengamos la Amazonía, expulsemos a Bolsonaro!** Site da Marcha Mundial das Mulheres (online) Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/las-feministas-reivindicam-mantengamos-la-amazonia-expulsemos-a-bolsonaro/>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2021.

MARCONI, M. A, Lakatos E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. Atlas, 2010.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Mensaje al congreso obrero**. Ideología y Política. Lina: Amauta, 1969.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MATTHAEI, Julie. Por que os/as economistas feministas/marxistas/anti-racistas devem ser economistas feministas-marxistas-anti-racistas. *In*: Nalu Faria e Miriam Nobre (orgs.). **Economia Feminista**. São Paulo, SOF, 2002

MELLO, Marina Figueira de. Privatização do setor de saneamento no Brasil: quatro experiências e muitas lições. **Economia aplicada**, v. 9, n. 3, p. 495-517, 2005

MIGNOLO, Walter. "A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 71-103.

MIRANDA, Cynthia Mara. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil**. NIEM/UFRGS, 2009.

MORETTI, Cheron Zanini; DA ROSA, Graziela Rinaldi. Descautivar o pensamento pedagógico latino-americano: (Des) colonização e (Des) patriarcalização a partir da crítica feminista. **Revista Brasileira de Educação do**

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. A marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea. **Psico**, v. 38, n. 3, p. 12, 2007.

NEIRA, David Pérez; MONTIEL, Marta Soler. Agroecología y ecofeminismo para descolonizar y despatriarcalizar la alimentación globalizada. **Revista Internacional de pensamiento político**, v. 8, p. 95-113, 2013.

NETTO, José Paulo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012. 271 p.

NOBRE, Miriam. **Introdução à Economia Feminista**. 2013 Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20a%20economia%20feminista%20-%20Miriam%20Nobre.pdf> . Acesso em: 05 abril. 2018.

NOBRE, Miriam; MORENO, Renata (org.). Natureza, Trabalho e Corpo: percursos feministas e pistas para a ação. *In*: NOBRE, Mirian; MORENO, Renata; ISLA, Ana; SAORI, Sheyla; HERRERO, Yayo. **Economia feminista e ecológica**: resistências e retomadas de corpos e territórios. São Paulo: Sof, 2020. p. 33-52.

OCHOA, Luz. **UNA PROPUESTA DE PEDAGOGÍA FEMINISTA: TEORIZAR Y CONSTRUIR DESDE ELGÉNERO, LA PEDAGOGÍA, Y LAS PRÁCTICAS EDUCATIVAS FEMINISTAS**. Ponencia presentada en el “I Coloquio NaciUniversidad Pedagógica Nacional–Fundación para la Cultura del Maestro, 2007.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. O que é uma educação decolonial. **Nuevamérica**. Buenos Aires, v. 149, p. 35-39, 2016

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. 2000.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 9-31, 2005.

REVISTA BRASIL DE FATO. **Feministas de todo o mundo se reúnem para debater o avanço do conservadorismo**. Online, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/06/14/feministas-de-todo-o-mundo-se-reunem-para-debater-o-avanco-do-conservadorismo>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

REYNALDO, Renata Guimarães. **Marcha mundial das mulheres**: um enfoque pós/decolonial sobre interseções e solidariedade no feminismo transnacional. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016, 210 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/168164>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

RIAL, Carmen. Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na Guerra do Iraque. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 1, p. 131-151, 2007.

RODRIGUES, M. N. M.; MENEZES, J. A. O desafio de pesquisar: reflexões sobre metodologias e Feminismo a partir de uma experiência de pesquisa. **Seminário**

Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, ISSN 2179-510X, 2012, p. 01-11.

SAADWI, Nawal El. **A Face Oculta de Eva**: as mulheres do mundo árabe. 2. ed. São Paulo: Global, 2002. 310 p.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SÁNCHEZ BELLO, Ana. El androcentrismo científico: el obstáculo para la igualdad de género en la escuela actual. **Educación**, n. 29, p. 091-162, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologias do sul. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 80, p. 5-10, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Org). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAPUNARU, Raquel Ana; MARINHO, Gabriela Alves. **Mulheres na Ciência: maria gaetana agnesi**. *Revista Diaphonía*, Toledo, v. 3, p. 145-158, abr. 2017.

SEGATO, Rita. El tránsito a la modernidad implicó un desplome de la autonomía, de la autoridad y del poder de las mujeres. *In: ANDRADE, Luis Martínez (org.). Feminismos a la contra: entre-vistas al sur global*. Cantabria: La Vorágine, Editorial Crítica (Otramérica), 2019. p. 72-89.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TROIAN, Alessandra; DALCIN, Dionéia; DE OLIVEIRA, Sibebe Vasconcelos. Jovens e a tomada de decisão entre permanecer ou sair do meio rural: um estudo de caso. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 1, n. 2, 2011.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Ubu Editora, 2020.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de) colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, 2012.

WALSH, Catherine. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos. *En cortito que's pa'largo*, 2014.

WINK, Ingrid. **O educativo na construção da emancipação da classe trabalhadora na marcha mundial das mulheres**: o processo de luta das mulheres no Rio Grande do Sul – Brasil. 2016. 247 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Ufrgs, Porto Alegre, 2016.

WINK, Ingrid. **O educativo na construção da emancipação da classe**

trabalhadora na marcha mundial das mulheres: o processo de luta das mulheres no Rio Grande do Sul – Brasil. 2016. 247 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Ufrgs, Porto Alegre, 2016.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

- 1 - Desde quando você participa da Marcha Mundial das Mulheres?
- 2 - Está em alguma coordenação?
- 3 - Se sim, qual?
- 4 - Desde quando?
- 5 - Participou de alguma ação internacional?
- 6 - Se sim, pode falar um pouco sobre sua experiência?
- 7 - Considerando os campos de ação da Marcha Mundial das Mulheres, o que você aprendeu com cada um?

APÊNDICE B – PERFIL DAS ENTREVISTADAS

Entrevistada	Profissão	Tempo de militância na MMM	Cidade/Pais	Área Atuação
Cintia Pereira Barenho	Bióloga	13 anos	Viamão/BR	Ambiental
Denise Falkenberg Corrêa	Bancária	16 anos	Porto Alegre/BR	Sindical
Ana Naiara Malavolta Saupe	Funcionária Pública	16 anos	Viamão/BR	LGBT
Jheiny Carolina	Estudante	12 anos	Santa Maria/BR	Mov. Estudantil
Isabel Maria Casimiro	Professora Universitária	13 anos	Maputo/Moçambique	Academia
Débora Lupim Fernandes	Pedagoga	10 anos	Torres/BR	Cultura
Analine	Socióloga	17 anos	Brasília/BR	
Rosângela Uranga Gonçalves	Professora	2 anos	Brasília/BR	LGBT
Maria do Carmo	Assessora Parlamentar	10 anos	Porto Alegre/BR	Políticas Públicas
Gabriela Oliveira Cunha	Engenheira Ambiental e Sanitarista	5 anos	Porto Alegre/BR	Ambiental

ANEXO A- MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA MARCHA

Marcha Mundial das Mulheres tem uma tradição de luta feminista por espaço e participação de qualidade e liberdade das mulheres e transformações globais na sociedade. Constatamos a existência de mulheres vítimas e oprimidas que também a oprimem das mulheres.

A 3ª Conferência Nacional de Mulheres para as Mulheres é um momento de grande importância de encontro e de mobilização para mudança estrutural. A Marcha Mundial das Mulheres participa deste processo fundamental para a construção de justiça de qualidade em nível governamental nos níveis municipal, estadual e nacional. Salientamos que a mobilização e a participação das mulheres são imprescindíveis para as propostas aprovadas durante o processo, assim como os movimentos feministas.

Segundo a Lei 12.729/2012, o artigo 24º do Estatuto da Mulher Trabalhadora prevê a licença maternidade antes, durante e depois do parto. Cabe destacar que essa licença não se aplica a mulheres que trabalham em setores informais, como o comércio ambulante, a agricultura familiar, a construção civil, a prestação de serviços domésticos e o trabalho por conta própria. Além disso, a licença não se aplica a mulheres que trabalham em setores informais, como o comércio ambulante, a agricultura familiar, a construção civil, a prestação de serviços domésticos e o trabalho por conta própria.

Marcha Mundial das Mulheres na 3ª CNPM



Mobilização

Um ato importante de mobilização que dirige os esforços das mulheres para a luta por justiça de gênero e a luta de mobilização e transformação estrutural. A mobilização das mulheres é imprescindível para a construção de justiça de qualidade em nível governamental nos níveis municipal, estadual e nacional. Salientamos que a mobilização e a participação das mulheres são imprescindíveis para as propostas aprovadas durante o processo, assim como os movimentos feministas.


Em luta por igualdade e liberdade!




ANEXO B- PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADE DA MARCHA

*O abre-alas que eu quero passar
O abre-alas que eu quero passar,
Sou feminista, não posso negar
Sou feminista, não posso negar!*

*Ô abre alas que as mulheres vão passar,
Com essa marcha muita coisa vai mudar,
Nosso lugar não é no fogo ou no fogão,
A nossa chama é o fogo da revolução!*



Programação:

Sábado - dia 14

8:30 - Início e café da manhã

09 - Desfile/cantando e acionamento

9:30 - **Debate de Conscientização**

- A questão dos pontos por justiça climática e ecológica. (Encontro Internacional na Universidade - UNICAMP) - (Gabriela Cunha - MMM)
- Interação de atividades de Conscientização - Letícia Feres - Amigo da Terra Internacional e Lucas Rêgo - Amigo da Terra - São Paulo

10:30 - Debate e apresentação ações locais e estaduais

11:00 - **Apreensão das 9 ações internacionais da MMM** - (Isabel Freitas - MMM)

11:30 - **Debate e dinâmica das fotos** - o que acumulamos dentro 20 anos da Marcha Mundial das Mulheres? De que forma que a organização da MMM contribuiu para mudanças em nível local e estadual?

12:30 - 13:30 Almoço

13:30 - **Rumo à 5ª Ação Internacional da MMM - 2020**
Apreensão da proposta nacional para 2020 (Maria do Carmo e Gabriela - MMM)

14:30 - **24 Horas de Solidariedade Presépio em 24 de abril** - (Cláudia Prates - MMM e Ana Mariana - CUT)

15:30 - Mobilização para a ação nacional da MMM e política de criação de reuniões

Debate + apresentação ações alinhadas com os temas da 5ª ação internacional

17:00 Dinâmica de encerramento - (Isabel Freitas)

18:00 Festa e confraternização - Comida da Revolução
Apresentação do documentário sobre mulheres no cinema. (pós-debate + festa)

Domingo - dia 15

08 - Rubricamento de marchistas

09:30 - Início Desfile e Desfile

10:30 - Organização das ações da MMM-MS e das reuniões para a 5ª Ação (Maria do Carmo)

12:30 almoço coletivo no local
(A Encantamento)

ANEXO C- FOLDER DA PLENÁRIA ESTADUAL DE 2019



ANEXO D- “NÃO AO CAPITALISMO VERDE” - MATERIAL PRODUZIDO PELA MMM



Cada año que pasa, los efectos del **cambio climático** - generado por la lógica de acumulación capitalista - se notan y se sienten más. En algunos lugares, los periodos de sequías son más largos, en otros las lluvias se vuelven más intensas; en algunas partes del mundo los pueblos ya perdieron sus territorios y fueron forzados a abandonar los lugares en los que vivían.

La lucha por **justicia ambiental** es parte de nuestra **lucha anticapitalista**. Las formas renovadas de desposesión, la contaminación del agua y del aire por el uso de agrotóxicos y por la minería, la intensificación del trabajo precarizado y no remunerado, las biotecnologías que aceleran las ganancias de las empresas transnacionales, son algunas expresiones de esta misma lógica de acumulación, y sus consecuencias hacen cada vez más evidente el **conflicto capital-vida**.

En 2019, llegamos a la Cumbre de los Pueblos en Chile para **denunciar las falsas soluciones de la economía verde**, negociadas en la Conferencia del Clima e implementadas en nuestros países. Desde todas las Américas manifestamos nuestro compromiso y solidaridad con la **resistencia del pueblo chileno** en contra del neoliberalismo, la represión y la violencia.



PUEBLOS EN LUCHA

En toda América Latina, las mujeres se enfrentan a una **ofensiva conservadora y neoliberal** extremadamente violenta, que ataca sus cuerpos, territorios y las condiciones de producción del vivir; ataca a la democracia y le da un nuevo impulso a los procesos de militarización, mercantilización y explotación.

Nos levantamos contra la precarización de la vida, el neoliberalismo, el autoritarismo y el poder de las empresas transnacionales. Seguimos en lucha en la defensa de la soberanía y autodeterminación de los pueblos, contra el racismo que impone una política de explotación y muerte.

Nos levantamos contra la violencia del Estado, de los hombres y del capital. Seguimos en lucha por la igualdad, por la autonomía sobre nuestros cuerpos y nuestra sexualidad. Queremos cambiar el mundo y cambiar la vida de las mujeres.

Nuestras luchas se impulsan por las necesidades concretas e inmediatas de la vida, y se orientan hacia transformaciones sistémicas, ya que no hay posibilidad de justicia, libertad e igualdad para todas en la sociedad capitalista, racista y heteropatriarcal.

Ponemos a la sustentabilidad de la vida en el centro de nuestras prácticas, reconociéndonos como interdependientes y ecodependientes. En la defensa de los territorios, de la soberanía alimentaria y energética, construimos agroecología feminista. **La lucha cambia la vida, la vida cambia la lucha.**

En la página: "Semana de la Resistencia" en Chile, 2019. Foto: [illegible]

ANEXO E- MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA 5ª AÇÃO INTERNACIONAL



MUJERES EN MARCHA

A finales de la década de 1990 y principios de los 2000, el neoliberalismo se expandía hegemónico y parecía no haber alternativa.

Las mujeres se propusieron a ir más allá de lo posible y se atrevieron a seguir actuando justas para construir la Marcha Mundial de las Mujeres como un **movimiento permanente**, como consecuencia de las nuevas fuerzas y sinergias movilizadas en cada lugar.

Desde entonces, la Marcha Mundial de las Mujeres ha desarrollado un método para definir consensos y una forma de acción que supone la construcción permanente de la relación entre lo local, lo nacional y lo internacional.

La preparación de acciones internacionales, cada cinco años, marca procesos de síntesis política de la plataforma de la Marcha.

EN 2020, LA MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES REALIZARÁ SU 5ª ACCIÓN INTERNACIONAL:

¡RESISTIMOS PARA VIVIR, MARCHAMOS PARA TRANSFORMAR!

CALENDARIO DE LA ACCIÓN 2020

8 de marzo
Lanzamiento de la 5ª Acción

24 de abril
24 horas de solidaridad feminista contra el poder de las transnacionales. ¡Rana Plaza está en todas partes!

30 de marzo
Acción de las mujeres en el Día de la Tierra Palestina

25 al 31 de mayo
Semana de Acción Antimperialista

17 de octubre
Cierre internacional de la Acción 2020

Foto: Archivo MMW

ANEXO F- “MUDAR O MUNDO PARA NÃO MUDAR O CLIMA” - MATERIAL PRODUZIDO PELA MMM



**VIDA NÃO SE COMPRA
NEM SE VENDE**

Em qualquer canto que a gente ande, a gente vê coisas estranhas acontecendo. Vários meses de seca, chuva fora de época e muita in-tema, água contaminada de veneno, gente triste porque dá um duro danado e não consegue seu próprio sustento nem da sua família. A pessoa que vive do trabalho na terra tem que enfrentar todas estas coisas estranhas. Mas ainda assim tem a terra, terra para plantar, para viver, para fazer festa. Onde vivem as comunidades chamadas tradicionais: índios, quilombolas, camponeses, incluem aquelas que compartilham o uso do fundo de pasto, dos rios, dos cachinhos, e onde a gente encontra mais semente, preservada as plantadas, e muito diversa, com diferentes plantas e bichos. Essas comunidades têm muito conhecimento, tem regras próprias de como usar a terra, a água, cuidar das sementes e cultivar e tem uma maneira própria de entender e de dialogar com a natureza.

Só que na sociedade que se acha moderna quem manda, quem é dono do dinheiro, tem uma maneira completamente diferente de olhar para a natureza. Olham para uma mata e enxergam só o que pode ser comprado, o que vira matéria prima de algo que depois será vendido. Pode ser uma mesa ou um telefone celular (que contém vários minérios retirados da natureza). Para eles as pessoas estão separadas da natureza, são superiores e acreditam que a natureza existe para eles usarem como bem entenderem. Nem se incomodam de serem violentos e destroem tudo o que para eles não tem valor.

Esta destruição é tanta que mais e mais gente fala que é preciso encontrar soluções. O problema são as falsas soluções. Uma delas é terar um pedaço de mata só para ficar de lembrança ou como um depósito de alguma planta que quem sabe um dia, com mais estudos vai ser usada em um remédio ou recuperar uma planta de comer que não consegue produzir mais. É a “preservação sem gente”. Os parques que vão sendo desenhados em cima de uma terra onde havia gente, gente que soube cuidar daquela mata e por isto ela continua ali. É só começarem a traçar parques, cercar parques, reativar parques para começar a perseguição contra quem mora ali e para aumentar o preço da terra que fica em volta.

Outra falsa solução é cercar um pedaço de que existe na mata, um pedaço do que a natureza faz. Por exemplo o fato de que as plantas absorvem o gás carbônico e o transformam em oxigênio. Toda pessoa respira oxigênio e expira gás carbônico. Os carros, as fabricas, o estrume do gado jogam mais gás carbônico no ar. E este gás vai se juntando, como se fosse o telhado de uma estufa no nosso planeta. Causando aquelas mudanças no clima que a gente falou no começo. Então eles inventaram que poderiam continuar fabricando carros e outras coisas, e criando muito, muito gado. Mas para compensar eles pagariam para manter plantas em pé em outros lugares. Outro exemplo é a polinização. O uso de veneno na agricultura tem causado a morte das abelhas que polinizam, levam o pólen de uma flor para outra, e assim as flores viram frutos. Então este serviço que a natureza faz também pode virar algo que se compra e vende. !

ANEXO G- “LAS MUJERES SEGUIMOS EN LUCHA” - MATERIAL PRODUCIDO PELA MMM

LA MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES

La Marcha Mundial de las Mujeres es un **movimiento feminista, anticapitalista y antirracista** que lucha contra todas las formas de desigualdad y discriminación que vivimos las mujeres.

Nuestros valores y nuestras acciones van dirigidas a lograr un cambio radical en la sociedad. Estos valores se concretan en la mundialización de la solidaridad, la igualdad entre mujeres y hombres, entre las mujeres mismas y entre los pueblos; el respeto y el reconocimiento de la diversidad entre las mujeres, la multiplicidad de nuestras estrategias, la valoración de liderazgo de las mujeres y el fortalecimiento de las alianzas entre mujeres y con los movimientos sociales.

No sólo la globalización de nuestras luchas, pero también la construcción de una fuerza global, con acciones enlazadas en cada lugar, podrá garantizar un proceso emancipatorio irreversible. **¡Seguiremos en marcha hasta que todas seamos libres!**



Marcha Mundial de las Mujeres en el Encuentro Continental por la Democracia y contra el Neoliberalismo (Uruguay, 2017). Foto: Alejandro Espino.

LAS MUJERES SEGUIMOS EN LUCHA POR LA DEMOCRACIA Y CONTRA EL NEOLIBERALISMO

En noviembre de 2019, nos reunimos una vez más en La Habana, Cuba, para **fortalecer la organización popular e internacionalista en las Américas.** Este Encuentro Antimperialista de Solidaridad por la Democracia y contra el Neoliberalismo forma parte de un amplio proceso de lucha de los pueblos por soberanía y autodeterminación, contra el poder de las corporaciones transnacionales sobre nuestras vidas y territorios.

El avance del neoliberalismo y del imperialismo sólo podrá ser interrumpido y revertido con lucha intensa y popular. Con unidad y movilización popular, derrotamos el ALCA en 2005. Los pueblos se levantan hoy en todo el continente. La solidaridad con la Revolución Cubana, Venezuela y Bolivia, bien como a los pueblos en lucha, es fundamental para derrotar los ataques del imperialismo. Por eso decimos: ¡manos fuera de Cuba!

Seguimos fortaleciendo la construcción y articulación de agendas y procesos comunes en la Jornada Continental.

Por eso, ¡seguimos en lucha!



Marcha Mundial de las Mujeres
americas@marchemondiale.org
www.marchemondiale.org

ANEXO H- MATERIAL PRODUCIDO PARA DIVULGAÇÃO DA 5ª AÇÃO INTERNACIONAL DA MMM

Marcha Mundial de las Mujeres | Noviembre 2019

HACIA LA 5ª ACCIÓN INTERNACIONAL DE LA MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES

TODAS CONTRA A TIRANIA DO LIVRE COMERCIO

¡RESISTIMOS PARA VIVIR, MARCHAMOS PARA TRANSFORMAR!

En 2020, la **Marcha Mundial de las Mujeres** llevará a cabo su **5ª Acción Internacional**, con el lema **“Resistimos para vivir, marchamos para transformar”**.

Con esta Acción, continuaremos avanzando en la construcción de un **movimiento permanente y en lucha: feminista, anticapitalista y antirracista**. Cada cinco años, una Acción Internacional de la MMM conecta nuestros procesos organizativos y luchas a nivel local con la fuerza mundial del feminismo en movimiento.

La 5ª Acción se caracterizará por la **resistencia a la ofensiva del capital contra la vida, la resistencia al ascenso del conservadurismo y del autoritarismo en distintas partes del mundo**. Nuestra resistencia está relacionada con propuestas y construcciones concretas de una sociedad basada en **igualdad, justicia, libertad, paz y solidaridad**.